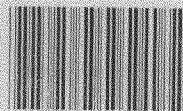
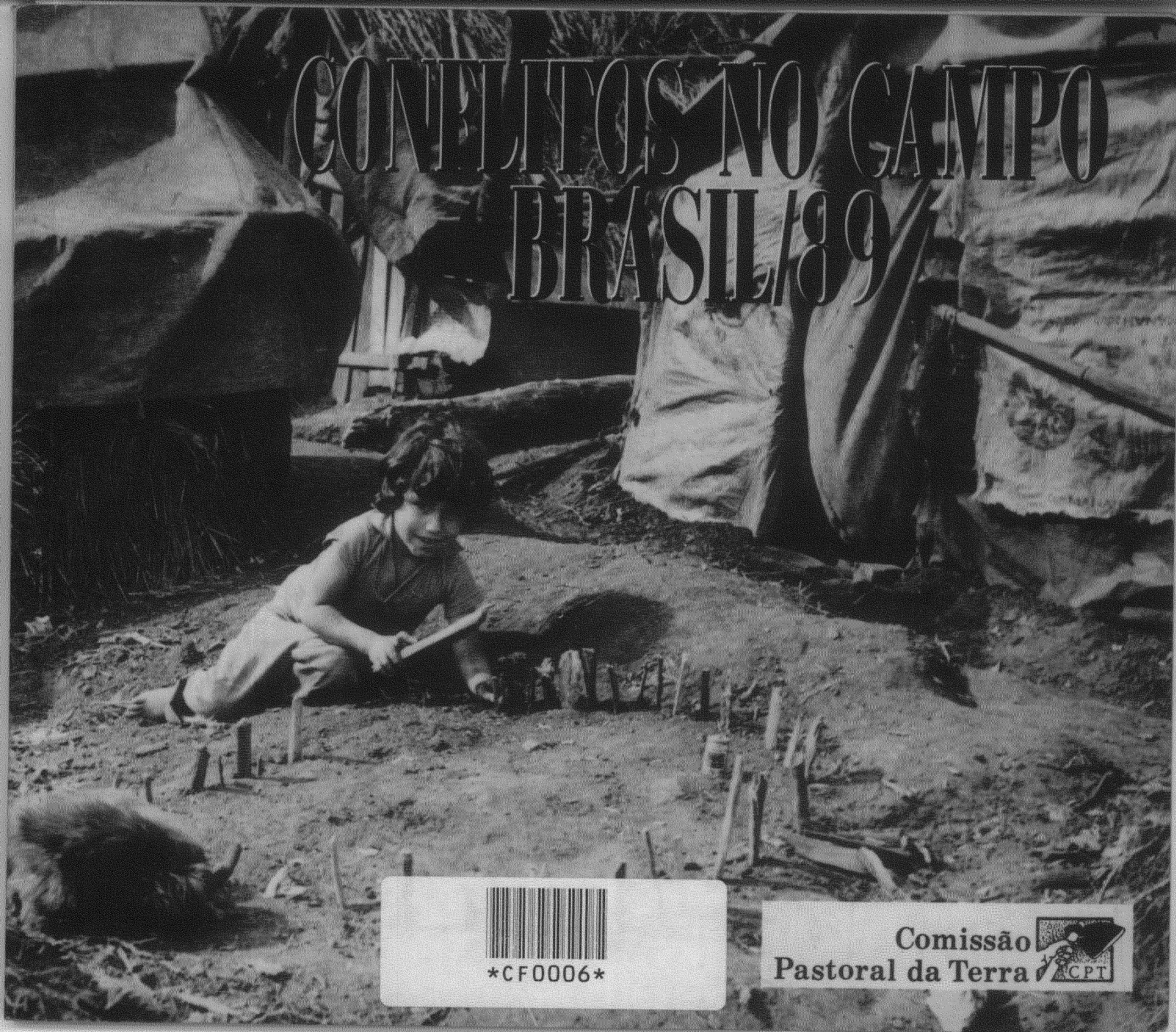


CONFLITOS NO CAMPO BRASIL/89



CF0006

Comissão
Pastoral da Terra



C.P.T. Nacional

Data 11 / 07 / 90

Nº. Co - 54

DEDICAMOS

*este nosso trabalho
aos moradores do Centro
dos Aguiar (MA)
mulheres e homens do
campo, jovens e crianças:
sofredores na
ESPERANÇA,
lutadores pela **VIDA-TERRA;**
aos padres e irmãs que
caminharam e caminham
com este POVO, "**SERVO DE JAHVÉ**";
à Diocese de Bacabal
com seu **BISPO- PASTOR**
(não mercenário)
que não fugiu
quando os lobos
ditavam lei.*

DEDICAMOS

*este nosso trabalho
aos Índios Yanomami
que afirmam sua vida e
sua cultura
frente à selvageria
do Estado e das
mineradoras.*

Lavradores presos no Centro dos Aguiar, município de
Lago do Junco, MA (agosto/89).
Foto: Arquivo ACR



CPT - CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL - 1989

INDICE

Iª – PARTE – O GOVERNO TRAIU OS TRABALHADORES DO CAMPO	7
1 – A falsa pacificação no campo	8
1.1 – Pacificação forçada	8
1.2 – Perfil da violência em algumas regiões em 1989	9
2 – Mecanismos de controle	9
2.1 – Desapropriações: burocracia, omissão, cansaço	9
2.2 – Repressão policial	10
2.3 – Milícias particulares	11
2.4 – Os recuos da UDR	11
3 – Características da violência	12
3.1 – Autoridade arbitrária	12
3.2 – Guerra de Baixa Intensidade e falsa informação	13
3.3 – Violência seletiva: “para quebrar os espinhos mais fortes”	13
3.4 – Violência generalizada	13
4 – Poder Judiciário	15
4.1 – Impunidade, morosidade, conivência	15
4.2 – Defesa do direito ou do abuso da propriedade?	15
4.3 – Algumas vitórias	17
5 – A reforma agrária na contramão da história	18
5.1 – Equívocos do PNRA	18
5.2 – Equívocos das Forças Progressistas	19
IIª PARTE – A DEFESA DA VIDA E A LUTA PELA TERRA	
1 – Ocupações	22
1.1 – Criando o direito negado	22
1.2 – Conquista da terra: uma iniciativa popular	22
1.3 – Espírito Santo: a força da solidariedade	23
2 – Participação da mulher na luta do campo	25
2.1 – As crianças	26
2.2 – Viúvas e órfãos	26
2.3 – Mulher sindicalizada	26
2.4 – Mulher boiafria	26
2.5 – Esperança de mudar	27
3 – Assalariados rurais: um desafio às organizações	27

4 – Luta pela terra e defesa da Amazônia	28
4.1 – Conquista da terra	29
4.2 – Dominação das águas	29
4.3 – Sujeição da floresta	29
4.4 – Requisitos duma defesa do meio ambiente	30

IIIª PARTE – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1 – Conflitos e Igrejas	34
1.1 – As Igrejas dentro dos conflitos	34
1.2 – A fé no meio do conflito	34
2 – O movimento Sindical: nossas lideranças devem viver	35
3 – Solidariedade	36

QUADROS:

1 – Quadro Geral dos Conflitos em 1989	37
2 – Quadro Geral das Questões em 1989	37
3 – Quadro Comparativo dos Conflitos (de 1985 a 1989)	37
4 – Quadro Comparativo das Questões (de 1985 a 1989)	38
5 – Brasil 89: Estados e Regiões	38
6 – Conflitos de Terra em 1989 (Violência contra a pessoa)	39
7 – Conflitos de Terra em 1989 (Violência contra posse-propriedade)	40
8 – Relatório das Ocupações de Terra em 1989	41
9 – Assassinatos em 1989	44
10 – Vítimas de Tentativas de Assassinatos em 1989	47
11 – Ameaçados de Morte em 1989	49
12 – Casos de Trabalho Escravo em 1989	55
13 – Mortes de Bóias-Frias em 1989	56
14 – Bóias-Frias Feridos em 1989	56

ANEXOS:

1 – PNRA 1985-1989: Metas e Realizações
2 – Gráfico: Metas e Realizações (1985-1989)
3 – Histogramas Comparativos: Conflitos de Terra e Projetos da Reforma Agrária em Execução nos Estados do PA, BA, MA, MT.
4 – Julgamentos de 1964 a 1990
5 – Fontes utilizadas em nossa pesquisa



APRESENTAÇÃO

O Setor de Documentação da CPT trabalha o ano inteiro recolhendo informações da base e dos meios de comunicação, sobre a violência no campo. Ao publicá-los anualmente, pretendemos clarear para o conjunto da sociedade o quadro escandaloso que muitas vezes se tenta esconder por motivos interesseiros ou simplesmente porque nos assusta.

Neste ano são duas publicações: uma contendo todos os quadros dessa violenta realidade para que entidades e estudiosos possam nos ajudar a aprofundá-la e divulgá-la mais; outra em linguagem mais simples para que os trabalhadores do campo e da cidade possam tomar consciência da dimensão deste problema e articular iniciativas que o solucionem.

Faltam certamente muitos aspectos da violência sofrida pelas crianças, mulheres e homens do campo e suas comunidades. São inúmeras as formas inventadas pelo capitalismo para desenraizar o trabalhador da terra e fazer dele um garimpeiro na área Yanomami, carvoeiro quase escravo no meio do eucalipto (em MG), colhedor de dendê para a Mendes Júnior (PA), colhedor de uva irrigada no seco Nordeste, brasiguai no Paraguai, expulso por outros brasileiros, cortador de cana morando em barracões.

A CPT faz a pesquisa dos conflitos. Chegamos até nós os mais gritantes, mas a opressão é diária para esta classe que os donos do poder condenam à condição de não cidadãos mas que re-

vive na luta dos seringueiros, pescadores, sem-terras, assalariados, posseiros em busca de alternativas para si e para a sociedade. É no meio desse sofrimento que os trabalhadores criam força para reinventar a luta pela terra, apesar da traição da “Nova República”.

Neste ano, foi grande a solidariedade da sociedade civil, nacional e internacional. Aconteceu sobretudo em relação às vítimas das pequenas guerras ou focos maiores da “guerra de baixa intensidade”. Despertar uma solidariedade maior é o objetivo deste caderno publicado no início do novo governo que mais uma vez trai os trabalhadores, colocando um homem da UDR como Ministro da Agricultura e Reforma Agrária (ver box na pág. 19). Só os trabalhadores rurais, apoiados pela consciência e ações dos trabalhadores urbanos e de toda a sociedade civil, podem arrancar a terra das mãos das elites que eleitoreiramente se dizem contra as “elites”.

Somos uma pastoral a serviço da vida dos trabalhadores rurais. Registrar as mortes e ameaças é, para nós, manifestar a fé no Deus da VIDA, que é capaz de ressuscitar os mortos e dar vida aos “ossos secos” (Ez 37,114). As lideranças assassinadas ou impedidas de lutar com seus companheiros fazem falta. É preciso denunciar que os alicerces da nova sociedade estão sendo arrancados. Mas, assim mesmo, ela acontecerá porque o Deus da VIDA é mais forte que os ídolos da morte.



SIGLAS

ABRA Associação Brasileira para Reforma Agrária
 AJUP Instituto Apoio Jurídico Popular
 CDDH Comissão de Defesa dos Direitos Humanos
 CEE Comunidade Econômica Européia
 CIMI Conselho Indigenista Missionário
 CLT Consolidação das Leis do Trabalho
 CNA Confederação Nacional da Agricultura
 CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNRA Campanha Nacional da Reforma Agrária
 CNS Conselho Nacional dos Seringueiros
 CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPI Comissão Parlamentar de Inquérito
 CSN Conselho de Segurança Nacional
 CUT Central Única dos Trabalhadores
 FAESP Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
 FUNAI Fundação Nacional do Índio
 GETAT Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
 IBAMA Instituto Brasileiro do Meio A. e Rec. Naturais Renováveis
 IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INCRA Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária
 INPA Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia
 INTER Instituto Jurídico de Terras
 JB Jornal do Brasil
 MIRAD Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
 MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
 OAB Ordem dos Advogados do Brasil
 ONG Organizações não Governamentais
 ONU Organizações das Nações Unidas
 PAD Projeto de Assentamento Dirigido
 PDC Partido Democrata Cristão
 PF Polícia Federal
 PGC Projeto do Grande Carajás
 PIB Produto Interno Bruto
 PJR Pastoral da Juventude Rural
 PZ Polícia Secreta da PM
 PM Polícia Militar
 PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PMACI Plano de Proteção ao Meio A. e às Comunidades Indígenas
 PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
 PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária
 PP Populorum Progressio
 PT Partido dos Trabalhadores
 PROCERA Programa de Crédito da Reforma Agrária
 PRODECER Programa de Desenvolvimento do Cerrado

RIMA
 SADEN
 STR
 SUDAM
 SUDENE
 TRF
 UDR

Relatório de Impacto Ambiental
 Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais
 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
 Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
 Tribunal Regional Federal
 União Democrática Ruralista

SIGLAS DOS ESTADOS

AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
BA	Bahia
CE	Ceará
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
GO	Goiás
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
RO	Rondônia
RR	Roraima
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo
TO	Tocantins



CPT – CONFLITOS NO CAMPO
 BRASIL – 1989

NOSSOS CRITÉRIOS DE TRABALHO

Os dados que ora apresentamos são obtidos por meio de jornais de circulação nacional, boletins e publicações de entidades, de sindicatos e de igrejas, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrências, além das notícias que os Regionais da CPT enviam ao Secretariado Nacional, em Goiânia. (Anexo 5)

Nosso objeto de documentação e análise são os conflitos e questões que tiveram alguma ocorrência durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum acontecimento durante o ano estudado. Explica-se, assim, porque o número de conflitos, famílias envolvidas, hectares conflitivos é tão flutuante. Exemplo: o conflito de determinada fazenda acaba, teoricamente, com o assentamento. Mas se, passados dois anos, os trabalhadores ocupam órgãos públicos, exigindo assistência do governo para a infra-estrutura do assentamento (estrada, escolas, sementes, alimentação, ajuda de custo, etc), percebemos que na verdade esse conflito não está encerrado e, mediante essas ocorrências, o conflito volta a figurar nas tabelas. Isso só é possível mediante ocorrências documentadas com fontes.

Outra ressalva precisa ser feita: o número de hectares e de famílias envolvidas em conflitos possessórios e trabalhistas (assim como o número de pessoas assassinadas, ou torturadas, presas ou ameaçadas de morte) não traduzem as dimensões reais da tragédia. Trabalhando com números e estatísticas, temos sempre a impressão de que esses diminuem e pasteurizam o drama das famílias camponesas.

As vezes os números fornecidos pelos jornais não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT. Nesses casos, levamos em conta, em primeiro lugar, os números que são fornecidos pelos nossos Regionais, porque acreditamos no acompanhamento direto das CPTs junto aos trabalhadores rurais. E, persistindo as dúvidas, sempre divulgamos o menor número, em detrimento do maior. (Não cabe, portanto, qualquer acusação de sensacionalismo). Isso porque não aceitamos participar da gincana macabra de divulgar o maior número de vítimas possível.

Nesse relatório tratamos de dois grandes ramos de conflitos: os de terra (ou possessórios) e os trabalhistas.

1. Por conflitos pela terra entendemos:
 - a. possessórios (posse, uso e propriedade da terra);
 - b. de renda ou foro;
 - c. de parceria;
 - d. de meação;
 - e. intrusão em áreas indígenas (posseiros x índios; fazendeiros x índios; mineradoras/madeireiras x índios);
 - f. construção de barragens (alagamento das terras camponesas, não indenização justa, não reassentamento, etc);
 - g. nas atividades extrativistas como em seringais e castanhais (seringueiros x fazendeiros/seringalistas; "empate", do desmatamento que põe em risco a atividade do seringueiro);
 - h. de ribeirinhos (embora seja um fenômeno observado apenas no Amazonas);
 - i. dívidas bancárias que ponham em risco a propriedade camponesa.
- Nem sempre vamos encontrar conflitos "clássicos" de grandes proprietários contra posseiros. Também levamos em conta conflitos entre iguais, ou seja, de pequenos contra pequenos, às vezes até com mortes.

A causa desses conflitos é também uma questão de terra, de ausência (ou urgência) de reforma agrária.

2. Conflitos trabalhistas são aqueles que dizem respeito à relação de trabalho patrão x empregado, por exemplo, que desrespeitam as normas estabelecidas pela CLT, ocorrência de trabalho escravo ("escravidão branca"); não pagamento dos salários, regime de "barracão"; greves em usinas e plantações, etc.

Os acidentes trabalhistas são acompanhados, na medida de sua divulgação, por entendermos que, pela sua repetição, deixam de ser meros acidentes para se tornar uma prática criminosa que tem caracterizado a exploração da mão-de-obra rural, mesmo nas regiões do país onde o capitalismo é mais avançado. São exemplos: os acidentes com caminhões de bóias-frias, envenenamento por agrotóxicos, mutilações no trabalho com a juta, sisal e a cana, desmoronamento de garimpos, acidentes durante o desmatamento, etc.

Além desses dois tipos principais consideramos as questões **sindica**is que se referem às fraudes nas eleições, intervenção policial ou do Ministério do Trabalho, intromissão de políticos e fazendeiros em Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

As questões de **seca** - melhor seria denominá-las de "cerca" - dizem respeito sobretudo aos saques, ao não pagamento nas Frentes de Emergência ou às reivindicações dos trabalhadores nelas inscritos, ou qualquer manifestação em virtude das consequências da seca.

As questões de garimpos pela proporção que assumiram têm funcionado como válvula de escape aos problemas de terra no Brasil. Nos últimos anos aumentou de forma espantosa o número de camponeses-garimpeiros e a situação a que estão submetidos torna-os iminentemente explosivos. No entanto os dados publicados nos grandes jornais são inexactos e não revelam esta realidade. Nesta publicação, as questões sobre garimpo não são consideradas.

Os casos referentes à **Política Agrícola** são ainda poucos e se configuram em manifestações de trabalhadores por créditos, maiores prazos para dívidas ou anistia, bloqueio de estradas e agências bancárias e sempre que há confronto e tensão com a Polícia e latifundiários. Tendo sempre o cuidado de discernir as manifestações organizadas por STR e trabalhadores, das patrocinadas pelas federações patronais com o envolvimento da UDR.

Ações contra trabalhadores que não tenham claramente a conotação de conflitos fundiários e trabalhistas, além das demais questões mencionadas (sindical, acidentes, seca, política agrícola) não são contabilizadas.

Em alguns casos, divulgamos vítimas não identificadas, desde que com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada.

Apesar das dificuldades em sistematizar dados tão esparsos e tratados pela imprensa nacional sem o rigor que merecem, todos os casos aqui relatados podem ser comprovados nas fontes.

Aproveitamos para solicitar às pessoas, sindicatos e entidades que dispuserem de mais dados, que nos comuniquem, a fim de que possamos tornar esse registro o mais próximo possível da realidade, ou corrigir informações imprecisas.

MAPA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA EM 1989

(Registramos em 1989 80 Ocupações com cerca de 16.016 Famílias)

** NORTE

AC	0	0
AM	0	0
AP	0	0
PA	5	275
RO	1	200
RR	0	0
TO	4	36
** Subtotal **		
	10	511

** NORDESTE

AL	3	620
BA	10	2.240
CE	3	630
MA	6	1.290
PB	3	430
PE	1	400
PI	1	125
RN	0	0
SE	3	1.240
** Subtotal **		
	30	6.975

** CENTRO-OESTE

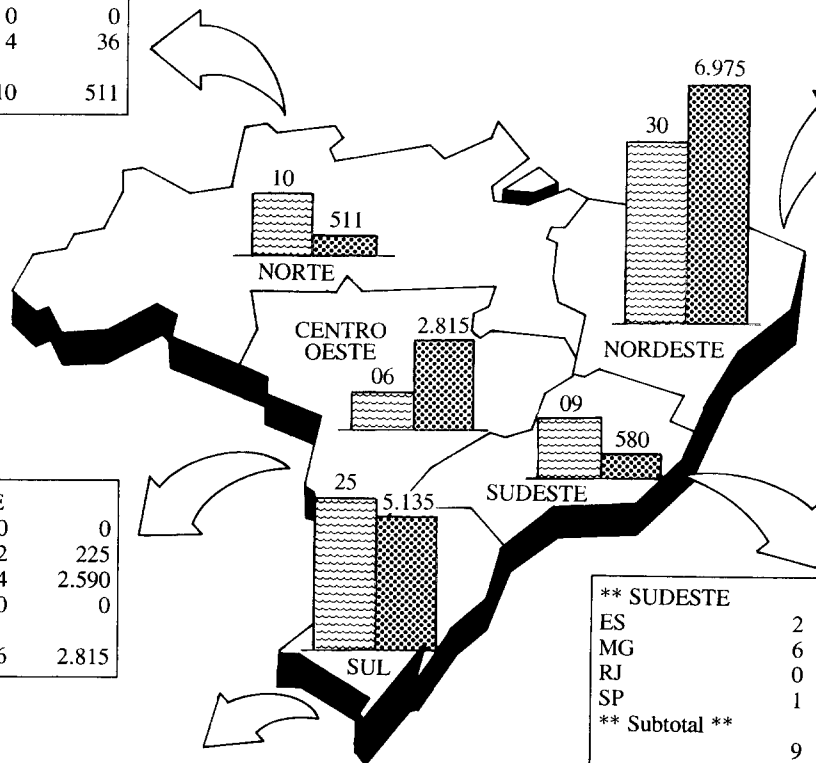
DF	0	0
GO	2	225
MS	4	2.590
MT	0	0
** Subtotal **		
	6	2.815

** SUDESTE

ES	2	126
MG	6	324
RJ	0	0
SP	1	130
** Subtotal **		
	9	580

** SUL

PR	8	1.714
RS	10	1.695
SC	7	1.726
** Subtotal **		
	25	5.135

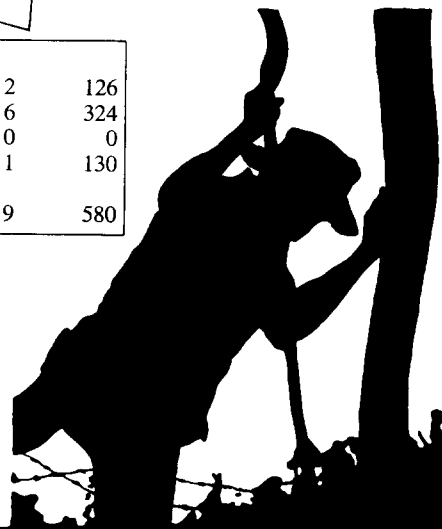


LEGENDA:

- ▨ - Nº de Ocupações
- - Nº de Famílias Ocupantes

ESCALA:

1 cm - 10 ocupações
1 cm - 1.000 famílias



I Parte
**O GOVERNO TRAIU OS
TRABALHADORES DO CAMPO**



*Feridos, presos e despejados no final do massacre na Fazenda Santa Elmira, município de Salto do Jacuí-RS. (março de 1989).
Foto: Paulo Dias, ZERO HORA.*



**CPT – CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL – 1989**

1 - A FALSA PACIFICAÇÃO NO CAMPO

Em 1989 ampliou-se a preocupação a nível nacional e internacional pelos problemas ecológicos e a preservação da Amazônia. Enquanto isso, a questão da terra e da Reforma Agrária ficou nitidamente relegada ao segundo plano.

A defesa do meio ambiente é mais do que legítima e, na verdade, muito complexa. Porém, essa preocupação não pode fazer esquecer que, a cada ano, dezenas de camponeses e trabalhadores rurais são abatidos sem defesa. Por trás da devastação das florestas e da matança de lavradores, há causas estruturais idênticas, sob vários aspectos. A Nova República manteve em relação ao campo padrões velhos: política favorecendo a concentração da terra e da renda, a expulsão de pequenos produtores e a destruição do meio ambiente.

A Reforma Agrária, tão prometida pelo Governo, não passou de um engodo para os trabalhadores do campo. Reforma Agrária, no sentido estrito da palavra, implicaria modificações profundas da estrutura agrária, correções de distorções seculares na questão fundiária, social e ambiental. O último ano do PNRA demonstrou o seu fracasso: menos de 10% das metas foram cumpridas (Anexos 1 e 2).

Ao considerarmos os dados, 1989 representa aparentemente uma calma em relação aos conflitos de terra dos anos anteriores (quadro 3). Os trabalhadores do campo se confrontaram com duas situações adversas: o novo texto constitucional, sem lei complementar determinando o conceito de propriedade produtiva e uma crise econômica implacável para os pequenos produtores. O acesso à terra se tornou muito mais difícil no aspecto legal e econômico. A inflação em 1989 atingiu o patamar de 1.764%, piorando ainda mais a situação precária dos pequenos produtores.

Prevaleceu, no entanto, o conceito de guerra de baixa intensidade contra camponeses e trabalhadores rurais, considerando-os como inimigos até prova em contrário. Em 1989 aumentaram os índices da violência contra a pessoa, não somente em proporção mas em termos reais: tentativas de assassinatos, espancamentos, torturas, prisões ilegais (Quadro 6).

Por fim, recusando ser apenas objeto de "pacificação", milhares de deserdados da terra demonstraram firme determinação por terra e liberdade, realizando ocupações em maior número que no ano anterior.

1.1. Pacificação Forçada

Em termos quantitativos, os indicadores da luta pela posse da terra em 1989 revelam menos intensidade em relação aos anos anteriores: 500 conflitos, 56 mortos, 192.533 pessoas implicadas numa área de 14.480.254 ha (mais de três vezes o tamanho do Estado do Rio de Janeiro) (Quadros 1 e 3).

Nos meados de 1989, o Ministro da Agricultura, Iris Rezende, declarava perante a CPI que "as ações governamentais tinham apresentado resultados altamente positivos na solução de antigos conflitos e na redução do número de mortes causadas por tais litígios" (Diário do Congresso 01/07/89 – Brasília-DF). Porém, analisando mais profundamente os dados de 1989, verificamos que, se o número de conflitos diminuiu, aumentaram vários índices de violências contra pessoas.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA (Geral)

	1988	1989
Ameaça de Morte	153	134
Tentativa de Assassinato	68	100
Vítimas de Lesões Corporais	153	512
Torturados	06	66
Agredidos Fisicamente	288	1.079
Presos Ilegalmente	247	401

Vigorou uma pacificação forçada sobre camponeses e trabalhadores rurais em vez de Reforma Agrária. Por pacificação entendemos medidas burocráticas e autoritárias para resolver, a curto prazo, focos de tensão social no campo, deixando intactas as causas profundas. No seu depoimento perante a mesma CPI, em julho de 1989, o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, distinguia dois tipos de conflitos: o econômico e o ideológico, entendendo por ideológico "a não aceitação da natureza do direito de propriedade". Na sua grande maioria, as ações governamentais visaram essa suposta insurreição contra a ordem estabelecida. As medidas adotadas alternaram desapropriações em algumas áreas de maior tensão (PA, MT, MA, RO) e forte repressão em outros Estados (BA, PR, SC e RS) (Anexo 3).

A estratégia do governo foi apenas de curto prazo: as desapropriações em “pele de onça” como já previa em 1986 o ex-presidente do INCRA José Gomes da Silva (algumas manchas de assentamentos, cercados por imensas propriedades rurais improdutivas). Sem risco de exagero, podemos afirmar que a realidade e o conceito de “Justiça Social” continuam ainda longe da maioria da população rural.

1.2. Perfil da Violência em algumas Regiões em 1989

A região Norte deixou de ser o palco de maior violência, na luta pela terra (exceto o Estado do Tocantins). O Nordeste passou ao primeiro lugar pelo número de conflitos e de mortos. A região Sul apresentou acréscimo muito forte em relação aos anos anteriores.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA (Região Sul)

	1988	1989
Assassinatos	01	13
Ameaçados de Morte	04	24
Tentativa de Assassinato	—	04
Vítimas de Lesões Corporais	106	447
Torturas	—	22
Presos Ilegalmente	29	160
Agressão Física	08	638
Impedidos de Ir e Vir	91	2.334

Na região **Norte**, a violência, característica da luta pela terra, se transferiu para áreas de garimpos. Num ano de crise econômica sem precedentes, os garimpos tornaram-se uma alternativa quase irresistível. Pequenos proprietários e assalariados sofreram como nunca a falta de preços para os produtos agrícolas, a insignificância dos salários, inexistência de infra-estrutura na área da saúde, educação e estradas. Em muitos Estados, principalmente Pará, Rondônia e Roraima, os garimpos pipocaram, multiplicando os focos de violência. Itaituba (PA), substituiu a Serra Pelada; Ariquemes (RO) e a área dos índios Yanomami (RR), continuam apresentando cenas de apocalipse.

O **Nordeste** revelou a farsa trágica dessa pacificação imposta ao campo a ferro e sangue. A Bahia tem o maior número de conflitos

no país (66); está em 2º lugar em número de mortos (8) e em 3º lugar em número de famílias expulsas arbitrariamente (261). Ainda na Bahia, vários casos de tortura foram perpetrados por jagunços, junto com a UDR e a PM. O Maranhão registrou um número de expulsões ainda maior com seu cortejo de destruição de casas, roças, espancamentos.

A região **Sul** (PR, SC, RS) apresentou índices que superam a média anual desses últimos quatro anos. O grito por terra e liberdade ressoou forte através de dezenas de ocupações. Esse fenômeno revela que duas décadas de propaganda em favor da colonização na Amazônia e de incentivos para modernização, não conseguiram abafar essas aspirações. O tributo foi pesadíssimo: 12 mortos em 2 Estados (PR e RS) e repressão violentíssima em três ocupações Santa Elmira (RS), Palma Sola (SC) e Inácio Martins (PR).

2. MECANISMOS DE CONTROLE

Para o Estado e para os grupos dominantes, a democracia “outorgada” aos camponeses e trabalhadores rurais deve ser moldada em certos parâmetros. Trata-se de um engenharia combinando a exclusão sócio-política com uma intensa exploração econômica. Isto é, nega-se na prática o direito de cidadania ao trabalhador rural.

A nível institucional, a vertente autoritária tem caracterizado as ações governamentais no que tange ao tratamento da questão agrária. Prevaleceram em 1989 medidas desarticuladas de vários órgãos oficiais, subordinados a interesses políticos e visando proteger os privilégios dos grandes proprietários.

2.1. Desapropriações: Burocracia, Omissão, Cansaço

As desapropriações realizadas no ano foram feitas em doses homeopáticas, protelando soluções já desesperadoramente lentas para a imensa maioria dos trabalhadores rurais. O processo, do lado oficial, aparenta uma guerra de desgaste, tentando vencer pelo cansaço, burocracia e omissão (Anexo 2). No Mato Grosso o INCRA alegou falta de recursos a 20 posseiros da Gleba Yamim (Luciara), que tinham perdido tudo após ataques de pistoleiros.

No Maranhão, 200 posseiros, ocupando há 3 anos a fazenda Maracassumé, foram pressionar, pela quinta vez o INCRA, e 40 agentes da PF, armados de metralhadoras, desalojaram os lavradores.

Ao ocorrer as desapropriações, os empecilhos ainda se multipli-



cam. Alegando o Decreto nº 2363 de 1987, o INCRA da Bahia desmembrou 25% da fazenda Cajueiro, município de Una, a favor do fazendeiro. Num outro município, Itacaré, pistoleiros atacaram os posseiros, queimando casas e roças na fazenda Cambuinha, já desapropriada.

A vingança irada de fazendeiros abateu lideranças de ocupações vitoriosas, como na fazenda Amaralina, em Vitória da Conquista (BA). A respeito da situação no Lote 11 em Nova Brasilândia (MT), desapropriado, o procurador regional do INTER declarou que o “fazendeiro Clarismundo, ignorando a Justiça e a Lei, continua praticando violência contra os moradores instaurando um verdadeiro clima de terror na região”.

2.2. Repressão Policial

O cerceamento pelas forças policiais de direitos básicos garantidos pela Constituição aparece como prática corriqueira em numerosos casos em todo o país.

O livre direito de se organizar foi violentamente negado e reprimido, como na Bahia, num conflito trabalhista entre a empresa Agrocampo e trabalhadores (município de Barra). O delegado de

RIO GRANDE DO SUL - FUMICULTORES SE ORGANIZAM

No Rio Grande do Sul a polícia mostrou sua violência na repressão ao movimento dos fumicultores que lutavam contra o prejuízo de 44%, nas vendas do fumo, de janeiro. Ao mesmo tempo acontecia uma greve dos 3.000 trabalhadores nas indústrias do fumo, exigindo 75% de reposição salarial.

Ao tentarem impedir a entrada de fumo para as fábricas da Souza Cruz em Venâncio (26/02/89) os agricultores são reprimidos pela polícia a pancadas e 12 têm que ir para o hospital. Em Santa Cruz, a polícia quebra barracas, destrói alimentos e danifica tratores.

A 09/03/89 mais 8 pessoas são feridas em Erveiras, município de Cruz Alta.

O movimento dos fumicultores teve a solidariedade de muitas entidades, Igrejas e o apoio da OAB. No final, 70 lideranças de fumicultores de 20 municípios se reúnem para estudar a fundação de novo sindicato que os represente frente às empresas.

polícia, Capitão da PM Gilmar; ameaçou “prender e espancar todo aquele que estiver contra a empresa”. Em Santa Terezinha (MT), o delegado de polícia se recusou a fazer a ocorrência, após a invasão criminosa do STR. No Acre, em Brasiléia, as eleições sindicais foram realizadas sob forte aparato de órgãos federais e estaduais. Os fumicultores no RS sofreram a mesma repressão (cfr. Box).

É de estranhar as declarações do Dr. Romeu Tuma perante a mesma CPI, contestando o número de mortes no campo citadas por entidades nacionais e estrangeiras – “Essas denúncias não retratam a verdade, foram realizadas com exagero, principalmente pelo fato de não se basearem em fatos oficiais”.

Porém, o número impressionante de operações em conjunto de polícia e jagunços evidencia contradições enormes. Isso ocorreu em pelo menos 11 ações de repressão em 10 estados. O mais grave foi o despejo de várias famílias da Gleba Santa Helena, em Marabá (PA). A ação policial junto com jagunços, durou três dias: a polícia disparou seus revólveres, obrigou as pessoas a rolar na lama, queimaram casas e plantações.

O próprio Dr. Romeu Tuma reconheceu, na mesma CPI, uma realidade denunciada há anos por várias entidades: “Há realmente, pistoleiros profissionais... Sentimos que empresas de vigilância estão se instalando em municípios de conflitos...” O caso do pistoleiro Sebastião da Terezona dá uma ilustração trágica do descaso das autoridades. Entidades de Direitos Humanos acusam Sebastião de ter cometido mais de 50 assassinatos, diretamente ou como chefe de grupo. Está preso em Marabá (PA) desde setembro de 1986, sem que a juíza Ezilda Pastana conclua o processo. O pistoleiro afirmou que ganhava salário mínimo na fazenda de Aziz Mutran. Ao se apresentar no Tribunal de Justiça, usava botas caras e relógio de ouro.

Os fatos, os conflitos, as violências justificam uma pergunta ao Dr. Romeu Tuma e a todas as autoridades “constituídas”: a falta de transformação dos fatos reais em “fatos oficiais” se deve à má vontade, à cegueira, à desinformação ou à decisão política de colocar os aparelhos de Estado a serviço exclusivo da grilagem e da grande propriedade? Enquanto os “fatos oficiais” não registram todos os fatos reais, o “oficial” não pode ser critério de verdade e, por isso, fonte de entidades nacionais e internacionais eticamente idôneas.

D. Pascásio Rettler, Bispo de Bacabal (MA), várias vezes ameaçado de morte, explicou porque desistiu de registrar queixa na polícia: “Ela só atende muito bem a fazendeiros, e está sempre pronta para agir quando é necessário expulsar ou humilhar os lavradores...”

2.3. Milícias Particulares

Juntamente com o Estado, grupos dominantes da sociedade civil lançaram mão de vários meios para manter a exclusão sócio-política dos camponeses e trabalhadores rurais e integrá-los ao processo econômico através de intensa exploração.

Há formas violentas diretas, atingindo os próprios meios de produção. São operações de terra arrasada, destruindo casas, roças, plantações. A Bahia e Maranhão foram palcos de tais violências, como na Vila Pindaré, município de Bom Jardim (MA): 60 barracos queimados de uma só vez.

Há operações que visam atingir as bases culturais e religiosas de comunidades rurais e revelam a vontade de derrotar a resistência das populações (cfr. III Parte – cap. 1).

A alegação, muitas vezes apresentada, que formas de exploração econômica extremas se devem a estruturas sociais arcaicas, não se sustenta. Muitos casos de trabalho escravo – entendido como coerção física – ocorreram em 1989 em propriedades de reconhecidos empresários “modernos”.

No município de Moju (PA), em janeiro de 1989, a empresa Agromendes da Construtora Mendes Júnior (7ª no ranking nacional: cfr. “Quem é quem” Visão 89), adotou medidas de fortíssima repressão contra seus trabalhadores coletores de dendê.

O capataz da destilaria Gameleira-FRENOVA, em Porto Alegre do Norte (MT), disse aos 20 trabalhadores despejados da destilaria: “Agora vocês vão procurar seus direitos no inferno, que aqui quem manda é o José Múcio, não é o sindicato, nem o Ministério do Trabalho, nem Federal nenhuma”

2.4. Os Recuos da UDR

No ano de 1989 evidenciaram-se sinais de crise dentro de uma organização patronal rural como a UDR. Ficou abalada a sua pretensão de ser canal hegemônico da classe ruralista.

A candidatura desastrosa de Ronaldo Caiado à Presidência da República (alcançou 0,6% dos votos) rachou o corporativismo da UDR enquanto organização nacional. Isso, porém, não impediu que a entidade, nos Estados, continuasse a exercer a violência, mantendo a imagem que a estigmatizou desde a sua fundação: uma entidade violenta, incapaz de diálogo nacional e ferrenha defensora de seus privilégios arcaicos.

A UDR não percebeu a importância das questões ecológicas.

Seu ex-presidente, Ronaldo Caiado, tratou do assunto com seu caráter temperamental. Considerou tais questões como complô contra a soberania nacional, agrediu verbalmente repórteres da BBC de Londres, fez declarações desastrosas sobre envio de favelados para a Amazônia.

Em 1989, a UDR voltou a investir significativamente, mas sem obter nenhum resultado, para conquistar a liderança de organizações patronais. Após ter perdido a CNA, lançou chapa para a poderosa FAESP e Roque Roosevelt, presidente da UDR, perdeu para o peso-pesado Fábio Meirelles, eleito para o 6º mandato.

No seu conjunto porém, a UDR, continua tendo força para defender seus privilégios, caso esses sejam ameaçados e caso os poderes públicos sejam vacilantes para defendê-los (cfr. Box).

RIO GRANDE DO SUL - O MASSACRE

A ocupação de Santa Elmira (Salto do Jacuí-RS) é uma pressão de 500 famílias que há 3 anos estavam acampadas sem obter solução. No dia da ocupação (09/03/89), a UDR faz reunião na sede da fazenda e consegue imediatamente a ordem de despejo, sem qualquer prazo para negociações. Já no dia 11/03/89, dois aviões lançam bombas de gás lacrimogênio, enquanto 1.000 soldados iniciam a invasão dando tiros. Houve 400 feridos (30 em estado grave) e 22 presos. Alguns presos são espancados e torturados. “Um sargento da PM, usando paramentos de Pe. Paulo (um dos presos), “abençoava” integrantes da UDR e acusava os padres de comunistas em meio às gargalhadas da tropa”. A UDR comemorou o despejo com foguetes e buzinação e ofereceu churrasco aos soldados na sede da fazenda.

Este fato escandaloso despertou grande solidariedade no Brasil e no estrangeiro, Bispos do RS, CNBB e muitas entidades populares, sindicais e políticas.

Diante da força da repressão, os lavradores resolvem fazer um jejum de 2 dias na Câmara Municipal de Porto Alegre (80 pessoas). No dia 13 de abril, 4 sem-terra, um frade e um pastor iniciam uma greve de fome por tempo indeterminado que vai durar 15 dias. Muitos grupos de várias cidades, em solidariedade à greve, fizeram períodos curtos de jejum e inventaram formas de pressão para obrigar o governo a ceder terra.



3 - CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA

3.1 - Autoridade Arbitrária

Em 1987, vários governadores como Valdir Pires, Tasso Jereissati e Epitácio Cafeteira, assumiram o poder prometendo acabar com o Coronelismo. Cafeteira declarou literalmente à revista Senhor (31/03/87, pág. 94): “Vou amparar as famílias que não têm terras. Já escolhi dois campos de ação: um será o da reforma agrária”.

Analisando o quadro da violência em cada Estado, chegamos à conclusão que essa promessa não se cumpriu. Mesmo que alguns governadores interferiram nos conflitos a pedido dos trabalhadores, a realidade normal é a arbitrariedade das autoridades encarregadas de manter a ordem.

Dia 01/04/89 o jornalista Nóbrega, em O NORTE (PB), analisando o massacre de 70 lavradores em frente ao Fórum de Alhandra termina dizendo: “A ordem vigente, com o Judiciário e a polícia, dão total liberdade ao latifúndio” (cfr. Box).

Uma série de fatos mostra como o direito de ser cidadão é negado aos trabalhadores rurais por autoridades que abertamente protegem privilégios de uma classe minoritária.

UMA CIDADE DOMINADA POR UM HOMEM

Dia 14/06/89, durante uma greve de assalariados rurais da Usina Luciânia, de Antônio Luciano, o maior latifundiário de Minas Gerais, a polícia cercou a praça onde eles estavam concentrados, prendeu Fenelon, dirigente da CUT, espancou-o, fraturou um osso do rosto e causou ferimentos graves. Os trabalhadores se revoltaram e depredaram 3 ônibus, queimaram 5 caminhões e saquearam o supermercado da usina.

ABUSOS DO DELEGADO

A 25/02/89, Guilherme, delegado policial de Iaçú (BA), acompanhado de homens armados com metralhadora, revólveres, escopeta, espingarda, a mando do fazendeiro Gustavo Carvalho da Silva ameaçou de morte 45 famílias de posseiros com mais de 20 anos na fazenda Gamelas, Andaraí (BA). O próprio fazendeiro se sentiu bastante forte para agredir o Pe. Eugênio Molini no escritório paroquial.

PARAÍBA - POLÍCIA E JUIZ CONTRA OS TRABALHADORES

1 - A fazenda Gurupi foi desapropriada a 19/02/88, mas os posseiros não têm imissão de posse. Zé de Lela assassinado a 29/12/88 e os assassinos não são presos. A 25/01/89, Bui Mariano ameaça Frei Anastácio na Redação do “Correio da Paraíba”, dizendo que “se o padre continuar liderando a comunidade na invasão de terras vai acontecer outra morte”.

Dia 28/01/89, 15 comunidades e 2 sindicatos se reúnem para avaliar o clima de violência. Dia 30 é feita uma representação criminal ao juiz, exigindo garantias de vida para Frei Anastácio. No mesmo dia em frente ao Fórum, Bui Mariano passa três vezes sua camioneta em cima dos lavradores, atira neles e mata Bila. O juiz Antônio Leobaldo assiste tudo e a polícia só apareceu meia hora depois.

2 - Dia 14/04/89, trinta capangas e 25 policiais militares fora juntos para cumprir uma ordem de despejo de 4 famílias, expedida pelo juiz Carlos Martins B. Filho, também de Alhandra, contra os moradores da fazenda Tambaba. “As autoridades” atearam fogo a 21 casas, destruí-

ram a casa de farinha, queimaram e roubaram utensílios domésticos, despejaram 20 famílias de posseiros e 4 proprietários. O secretário de Segurança Pública e os chefes da Polícia visitando o local, reconheceram o abuso e a injustiça - “vandalismo reprovável” - e enviaram colchões, agasalhos e suprimentos para subsistência dos trabalhadores que perderam tudo.

Dia 28/04/89, os ditos proprietários, Enio Pessoa Guerra e Luiz Pedrosa Melo, foram de novo a Tambaba com 60 policiais e 50 pistoleiros para repetir as violências contra o povo e agredir o presidente do STR e jornalistas.

Dia 15/05/89 o Tribunal de Justiça do Estado cassa a reintegração de posse concedida aos supostos proprietários pelo juiz de Alhandra. Três dias depois as famílias tentam reocupar suas terras, mas ainda encontram capangas e policiais. Os trabalhadores constatarem que o juiz Antônio Leobaldo Monteiro, ligado à UDR, convidou os fazendeiros à desobediência ao Tribunal de Justiça.



A PRESSA DA JUÍZA

A 28/07/89, 30 jagunços armados e com pá mecânica, dizendo cumprir uma liminar de “reapropriação” a favor da Empresa Transporte e Comércio Rio Castanho Ltda, invadiram a Colônia Abacatal, em Ananindeua (PA), destruindo casas, escolas, salão de reuniões, etc. Vinte dias depois a juíza, Maria Nazaré Saavedra, é obrigada a revogar sua própria ordem, reconhecendo que a Colônia já existia em 77 e o documento da empresa é fraudulento. Mas a empresa manda de novo seus homens para iniciar o desmatamento.

3.2 - Guerra de Baixa Intensidade e Falsa Informação

Durante mais de 20 anos, o país ficou sujeito à Lei de Segurança Nacional. A questão do campo foi conduzida pelo CSN, que colocou o Exército à frente de órgãos como o GETAT.

Parece que agora a lei é outra. Segundo o Documento de Santa Fé II (preparado pela direita americana para o Governo Bush), estamos na era da “Guerra de Baixa Intensidade”. O Exército aparece menos. Os grupos paramilitares são protegidos para agir livremente. Usam as armas da desmoralização e perseguição de lideranças. Utilizam os meios de comunicação para divulgar informações distorcidas e falsas. Criam-se “versões” para desinformar a população.

Em 89, os sem-terra e posseiros foram tratados como “gente miserável, uns pobres coitados” (palavras de um dos donos da Fazenda Caldaltto-SC). Mas a polícia caracteriza as lutas deles como “tática de guerrilha aprendida na Nicarágua” (cfr. Box). Também em Santa Elmira (RS) e no Espírito Santo, a UDR e a polícia procuravam descobrir nicaraguenses. Durante a tortura, José Mamédio (Terra Bela, MA) é chamado de “bandido” e “articulador dos crimes”. O presidente da UDR-ES, Amarílio Caiado Fraga diz, que “não há pessoas sem terra mas um movimento de pessoas treinadas para perturbar”.

Através dessa manipulação da informação, tentam desviar as atenções públicas da necessidade real de uma revisão fundiária e descreditar as lideranças que podem ajudar o povo a conquistá-la.

3.3 - Violência Seletiva - “para quebrar os espinhos mais fortes”

Uma das táticas atuais é não provocar mártires. Por isso, alguns casos de morte de lideranças não aparecem na nossa lista. Foram

disfarçados como acidentes ou brigas não motivadas por questões de terra. Como as investigações não caminham, os mandantes ficam protegidos e o povo perde suas lideranças. O caso mais conhecido não se refere à área rural: é o Pe. Gabriel Maire, perseguido por latifundiários urbanos – ameaçado por Bonadimam e assassinado em Vitória (ES). A versão da Polícia Militar, Federal e do Juiz (até agora) é “assalto comum por motivo de roubo”. Mas as comunidades e a Igreja continuam denunciando essa morte como fato político.

A “seleção” aparece claramente na lista dos ameaçados que atinge lideranças de comunidades, movimentos populares, sindicatos, partidos e Igrejas. Felizmente muitas dessas pessoas não são assassinadas, porque a publicidade inibe a ação criminosa e a comunidade prepara esquemas de segurança.

Mesmo assim, entre os 65 assassinados em 89, há lideranças rurais e sindicais importantes na sua região. O caso mais flagrante é o do Espírito Santo, onde o crime obedece a um calendário prefixado.

No Paraná foram sistematicamente assassinadas ou ameaçadas as pessoas que deram solidariedade à ocupação do município de Inácio Martins.

“Quebraram o espinho mais forte, agora será mais fácil”, comentava o pistoleiro Laurentino, depois do assassinato de Herculano Pereira da Silva, o “Piauí”, em 10/02/89, delegado sindical em Porto Alegre do Norte (MT).

3.4 - Violência Generalizada

A nova Constituição Federal qualifica a tortura como crime inafiançável. Mas sua prática é um método policial rotineiro.

Nosso relatório apresenta 66 pessoas torturadas.

– Ivan Brito de Assis, 24 anos, lavrador, líder do MST, preso a 22/08/89 por dois policiais, acompanhados pelo fazendeiro Roberto, ordenados pelo delegado Ricardo Lessa, de Quebrângulo (AL). Na Delegacia é espancado, colocado no “pau-de-arara” nu, sufocado com toalha molhada, recebe choques elétricos e os órgãos genitais são amarrados e puxados com violência, para contar segredos do movimento.

A Comissão de Direitos Humanos leva Ivan ao exame corpo de delito no Serviço Médico Legal onde se comprovam as marcas das torturas.

– Em Terra Bela (Santa Luzia-MA), a 21/08/89, cinco lavradores (José Mamédio, Raimundo e Dominginhos e outros dois) são presos e torturados pela polícia, com a presença de um pistoleiro, para denunciarem o paradeiro de Pedrão e Benedito, tidos como responsáveis pela morte de um soldado. Os 5 lavradores exigiram a demissão do delegado, Sargento José Evange-



lista de Moraes, por causa das prisões ilegais e espancamentos.

Denúncias de torturas são feitas também pelos lavradores do Centro dos Aguiar (MA), Santa Elmira (RS) e em Maringá (PR) onde o jovem Maurício Fernandes Gutierrez (da CPT e PJR) foi torturado durante 5 horas de forma profissional e abandonado como morto.

Em várias regiões do Brasil, em 89, os direitos humanos foram totalmente cerceados, criando um clima de guerra não declarada, regional, perversa, visando matar qualquer germen de organização e destruir a própria comunidade (cfr. Box).

SANTA CATARINA - VIOLÊNCIA POLICIAL

A ocupação da fazenda Caldatto (município de Palma Sola-SC) no mês de junho é reveladora. A UDR ameaça fazer o despejo por suas próprias mãos. Mas a polícia cumpre o papel: tenta obter informações sobre os líderes, impede o acesso de visitas, a entrada de alimentos e remédios e barra jornalistas. A 16/07/89, dia do despejo, 400 soldados do Batalhão da PM de Chapecó chegam atirando, jogando granadas e bombas de gás lacrimogênio. O trabalhador sem terra Ivo Albani é morto por uma bala de 40 pessoas são feridas; 11 são presas. A própria polícia se assusta com o massacre promovido e se retira do local, mas fecha o cerco e ameaça continuar o despejo. A mesma violência já tinha sido usada no dia 25/07/89, em frente ao Palácio do Governador, onde 100 trabalhadores da fazenda Caldatto exigiam negociações e entrega de terras.

“Às 3 horas da madrugada, em uma rápida operação, as crianças e adultos são retirados por 200 soldados armados com cacetetes, metralhadoras e fuzis. As barracas são arrancadas, os alimentos chutados, mulheres e homens são arrastados pelas pernas até um microônibus, sem poder pegar seus documentos”. Fotógrafos e repórteres são feridos e afastados à força.

UM GRITO NO FUNDO DO POÇO

Por meio de Frei Adolfo, lá do Lago da Pedra no Maranhão, nos veio a seguinte comunicação

O POVO QUER VIVER.

Os moradores do Aguiar, no Lago do Junco, só não morreram até agora porque Deus não quis. Por meio de muitos massacres, foram violentados nos DIREITOS HUMANOS mais básicos:

1. O Aguiar perdeu o **direito de moradia**. A maioria das casas está fechada, e as famílias se refugiaram em povoados vizinhos. Pior ainda: até de lá são expulsas em ataques noturnos. A polícia se instalou no lugar para guardar uma fazenda como se fosse um departamento do governo. O povo não suportou as humilhações e investigações e mesmo perseguições e foi embora. As famílias que acolheram os desabrigados tiveram suas casas invadidas pela polícia na noite de 19 de setembro de 89.

2. O Aguiar perdeu o **direito de trabalhar**. O último pedaço de terra comum que era tido como patrimônio do lugar foi vendido sob protestos da população. Outra fonte de sobrevivência é o babaçu, não é possível juntar e quebrar, pois o medo está generalizado.

3. O Aguiar perdeu o **direito de criar**. Com a mudança forçada desapareceu a galinha do terreiro e o porco do quintal.

4. O Aguiar perdeu o **direito de se reunir**. Quando o povo se reuniu dia 2 de set para planejar uma manifestação pública, a polícia abotou piquete na estrada para sequestrar pessoas no caminho de volta. Quando os lavradores se reuniram dia 30 de set no Pau Santo, chegou ameaça de invasão da polícia.

5. O Aguiar perdeu o **direito de ir e vir** na estrada. No dia 12 de jul, duas mulheres foram sequestradas e levadas até a fazenda para intimidar os maridos. No dia 29 de jul, um grupo de mães quis visitar o povoado e foi forçado a voltar com brutalidade. No dia 19 de set, outro grupo de mulheres foi impedido de entrar no Aguiar com estas palavras: De hoje em diante, mulher vai ser tratada como homem!

6. O Aguiar perdeu o **direito à educação**. A escola funciona precariamente. As poucas crianças que ainda vão, passam com muito medo na frente da fazenda onde se instalou o quartel do horror.

7. O Aguiar perdeu o **direito de reclamar e protestar**. A polícia se armou fortemente contra uma manifestação planejada. Nenhuma reclamação é ouvida pelas autoridades. Não se atende nenhuma comissão de entidades, nem comissão de lavradores, nem a voz do bispo diocesano, nem apelos de jornal e televisão. Todo tipo de reclamação é inútil.

8. O povo perdeu o **direito de se representar na política**. Os vereadores Milton Vieira e Ireno, eleitos pelo povo, arriscam sua vida quando

querem assistir às reuniões da Câmara. Amigos que vieram dar cobertura a eles no dia 1 de agosto, foram presos só pelo fato de acompanhar estes vereadores. A prisão foi humilhante: os lavradores foram obrigados a comer fuzis e foram torturados com violentas pancadas. Tudo isto para amedrontar os vereadores no exercício do seu mandato.

9. O povo perdeu o **direito de organização livre**. O Sindicato está parado. O secretário João da Cruz foi ameaçado pelo Delegado Vidal e foi torturado no dia 1 de agosto. As pancadas foram no rosto e ele está ameaçado de perder um olho.

10. O povo perdeu o **direito de informação**. O repórter Jorge da BBC de Londres, foi agredido pela polícia no exercício de sua profissão. Roubaram dele fitas e filmes.

11. O Aguiar perdeu o **direito de expressar sua fé**. A Igreja local está praticamente fechada, a mesma Igreja que foi profanada em 87 pelas balas dos pistoleiros do fazendeiro Adeline Barbosa e ainda hoje mostra as perfurações. No dia 17 de set um grupo de fiéis foi intimidado por oito soldados armados quando saiu da Igreja em procissão com o Santo padroeiro. 12 policiais se armaram fortemente contra os fiéis no Lago dos Rodrigues quando a procissão de São Francisco do dia 4 de out passou pacificamente na frente da Delegacia.

A Igreja é ameaçada no seu direito de se reunir e celebrar. As desobrigas são ameaçadas e o padre da região é viciado para morrer.

Durante a novena de São Francisco chegaram muitas ameaças para invadir a Igreja. O povo vem ao culto sob clima de terror.

12. O povo perdeu o **direito de se defender na justiça**. Os causadores de prisões e torturas não foram responsabilizados apesar de patentes provas. Os prejudicados não foram indenizados.

Quando foi instaurado um processo contra 18 acusados – pela morte do pistoleiro Irmar – o juiz da Comarca, Dr. Francisco Teixeira decretou prisão preventiva contra homens que nunca se negaram a responder inquérito. O povo perdeu o direito de ser respeitado como cidadão, todos foram acusados de serem marginais que não têm profissão definida nem casa. A prova que eles têm casa é que a polícia soube encontrar os procurados. A prova que eles têm profissão é que todos tinham roça brocada. A prisão decretada da qual 4 deles escaparam, serve de pretexto para ataques e saques: toda região vive traumatizada pelos acontecimentos da noite de 19 de set; 4 povoados foram atacados de noite por dois pelotões de polícia.

Firmado PÉ, Ana III, nº 10, 1990. Pág. 8.



4 - O PODER JUDICIÁRIO

“O Sistema Judiciário brasileiro está falido e o que resta dele está completamente caduco”. (Dr. Beinusz Smuckler, presidente da Associação de Juristas Americanos e membro da Comissão de Juristas da ONU em sua visita ao Pará, (JB 13/06/89))

Ao Poder Judiciário compete as funções de fazer cumprir o que o Legislativo legisla, fiscalizar os atos do Executivo, resolver as pendências da sociedade em todas as esferas do Direito: Criminal, Civil, Trabalhista, Comercial. Este poder, apesar de ter função soberana, está restringido a uma independência teórica. Além da maléfica subordinação ao Direito Positivo, que não se preocupa com questões de caráter social, mas sim com questões individuais, ainda permanece a dependência ao Poder Executivo, apesar de esta começar a ser rompida.

4.1 - Impunidade, Morosidade, Convivência

A comissão de juristas da ONU, em sua visita ao Pará, afirmou que “a morosidade da Justiça brasileira para concluir os processos e punir os criminosos, a cumplicidade da polícia com os mandantes dos crimes (...) só fomentam a criminalidade”.

Do ponto de vista jurídico, não se considera impune o réu que é processado e julgado pela Justiça. Quando um júri absolve um criminoso, este não pode ser enquadrado dentre os que gozam de impunidade. Porém do lado da vítima, pode-se, juridicamente, afirmar que não foi feita justiça no aspecto legal. Por isso, não devemos nos ater a este aspecto formal e devemos considerar as absolvições como consequência da “falida” estrutura do Judiciário que acaba na impunidade. Conforme professores de Direito Penal, a morosidade é uma falha tão grave que, normalmente, culmina com a absolvição do réu. Um exemplo é o julgamento do caso de MARGARIDA ALVES (12/08/83, na PB), realizado cinco anos depois do crime, com absolvição para um dos indiciados que foi pronunciado.

No Amazonas, 14 índios Tikuna foram vítimas fatais numa verdadeira chacina promovida pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, em março de 88. Essa responsabilidade é de conhecimento público. Mas, em crimes como este os advogados de defesa atuam no sentido de ganhar tempo (morosidade). Esse caso é da esfera federal, pois os índios são tutelados da União e o objeto do conflito é a terra, já demarcada pela Federação. Após a conclusão do inquérito, pela PF, e dado encaminhamento processual, ao invés de prosseguir, o proces-

so retornou à esfera da Justiça Comum de Benjamim Constant (AM), onde está sujeito às pressões diretas dos empresários e políticos locais.

A Coordenação da Campanha de Solidariedade ao Povo Tikuna alertou: “As perspectivas de punição dos culpados são a cada dia mais remotas”. Até hoje o processo adormece em alguma gaveta. O maior protelamento possível torna escabrosos os caminhos da justiça.

O assassinato de Chico Mendes suscitou a solidariedade e a coabrança da comunidade nacional e internacional e chegou a abalar a segurança de seus mentores. Mas o Poder Judiciário permaneceu insensível aos apelos de justiça. É fato que Darli e Darci, autores do crime foram pronunciados, mas seus advogados impetraram recurso junto ao Tribunal de Justiça do Acre, contra o julgamento e, apesar do Tribunal ter julgado, até hoje o acórdão (sentença) não foi publicado no Diário Oficial.

A grande debilidade do Sistema Judiciário brasileiro evidencia-se na leitura do anexo nº 4.

4.2 - Defesa do Direito ou do Abuso de Propriedade?

Mas, ao contrário do que foi dito anteriormente, o Poder Judiciário se mostra ágil e eficiente nas ações cíveis, onde a “propriedade particular” corre perigo. O advogado Osvaldo Alencar relata que os juízes da região do Araguaia/Tocantins, ao despacharem, no mesmo dia, sobre uma ação de manutenção de posse ajuizada por fazendeiros, usam normalmente os seguintes termos: “**Tendo em vista a violência na área, violência fomentada pelos subversivos, pelos comunistas da Pastoral da Terra, concedo a medida liminar pleiteada. Requisite-se força policial para garantir o cumprimento da ordem. Registre-se. Cumpra-se.**” (Direito Insurgente II, Anais da II Reunião do AJUP, 1989, pág. 44).

Para salientar a eficiência do Judiciário ante os riscos da “propriedade particular”, destacamos uma inversão acontecida em relação à expulsão e despejo judicial: em 1989 aumentou em 30% o número de famílias despejadas com ordem judicial como mostra a tabela abaixo:

	Despejos Judiciais	Expulsões
1988	2.387 fam.	3.932 fam.
1989	3.107 fam.	1.842 fam.

Na prática, expulsar e despejar é a mesma coisa, que o digam os camponeses que sofrem essas violências. Mas, juridicamente, há



diferença. A expulsão é arbitrária e sem o conhecimento da Justiça: os fazendeiros decidem e executam, enquanto o despejo se dá com o requinte da ordem judicial, após uma ação cautelar. As ações cautelares gozam do privilégio de terem tramitação com urgência. Como atesta a citação acima, o despacho do Juiz se dá sempre no mesmo dia. Essa é uma medida que visa resguardar a propriedade seja qual for a origem.

Em 89, contabilizamos 42 liminares judiciais expedidas a favor dos ditos proprietários. Casos como a ordem de despejo contra as 21 famílias de posseiros da fazenda Tambaba (Conde-PB) e contra as 70 famílias da fazenda Yamin (Luciara-MT), revelam a agilidade da Justiça que se fez acompanhar por reforço policial nas suas execuções e ainda contou com a participação de jagunços.

É gritante a praxe de “dois pesos e duas medidas” utilizada pela Justiça nos litígios entre os pequenos camponeses e os grandes “donos da terra”.

Em nosso arquivo pudemos contabilizar 99 atuações diretas do Poder Judiciário nos conflitos do campo de 1989 (quadro 7). Em relação à postura que esse Poder assumiu, destacamos que só em 34 casos se pronunciou a favor dos camponeses, em 52 casos se pronunciou contra e em 13 chegou a fazer uso da violência (cfr. Box).

No dia 30 de junho de 1986, dona Olinda Moraes Tavares, patrocinada pelos advogados Luiz Eduardo Greenhalgh, Pedro Luiz Dalcero, Osvaldo Alencar e Michael Mary Nolan, impetra uma Ação Ordinária de ressarcimento contra a Fazenda Pública de Goiás e a União como responsáveis pela morte de seu filho, o Pe. Josimo Moraes Tavares. Passaram-se 3 anos e somente em 1989 aconteceram as audiências com as testemunhas na Justiça Federal. Depois de toda essa demora o Juiz acabou indeferindo o pedido. Mas há um recurso contra essa decisão tramitando no TRF.

Ainda no início de 89, chegou ao conhecimento da CPT a notícia de que, entre junho e agosto do mesmo ano, poderiam estar sendo julgados, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, os três mandantes da morte de Nativo da Natividade (23/10/85, em GO). Eles devem ser julgados pelo Tribunal de Justiça porque ocupam cargo público alcançado pela via eleitoral (um já foi e os outros são prefeitos municipais). O processo, denso de provas incriminadoras, até hoje se arrasta pelos labirintos da Justiça. A partir da nova Constituição, o juiz local se tornou incompetente para prosseguir na ação. Portanto, o primeiro processo foi anulado e começou o segundo.

No caso da morte do Padre Ezequiel (24/07/85 no MT), houve

juízo de um terceiro réu, no dia 31/10/89. Desta vez, o júri foi responsável pela absolvição do contratante dos pistoleiros e fornecedor das armas do crime, Nagib Alves de Almeida. O líder sindical, Adílio de Souza, que estava com o Pe. Ezequiel na hora em que ele foi assassinado, após o julgamento, desabafou: “É como se tivessem matado o padre Ezequiel outra vez!” Os testemunhos dos dois pistoleiros já condenados e as provas não foram levados em conta pelos jurados.

CEARÁ - A MORTE POR INANIÇÃO E RAIVA

Existe uma lei garantindo aos moradores de uma fazenda o “direito de preferência” no caso de ela ser vendida. Esta lei poucas vezes é aplicada, mesmo quando os lavradores requerem ao juiz sua aplicação. Os detentores desse “direito” se vêem frequentemente tratados como criminosos.

A 13/02/89 as comunidades de São João dos Carneiros, Choró e a CPT Sertão Central, Quixadá (CE) se reuniram para analisar uma dessas vendas irregulares e as práticas violentas do “atual dono”. Enquanto o juiz não agiliza o “processo de Preferência” dos lavradores, outro juiz decreta liminarmente a proibição de reuniões e a construção de uma sede das CEBs e de um prédio para bodega.

Os homens colocados pelo novo “dono” envenenam comida para os animais, fecham as águas, impedem a preparação de terra para plantio, ameaçam de morte um vereador que mora na área e a advogada e coordenadora da CPT, Cleide Fontes.

A 16/05/89, é dada reintegração de posse aos trabalhadores, mas, uma semana depois, o fazendeiro ganha a “Ação de Preferência”. Dois meses mais tarde, a fazenda São João dos Carneiros é ocupada por mais de trinta famílias que exigem a desapropriação pelo Estado.

O presidente da UDR de Quixadá, Dr. Roberto Teixeira, faz pronunciamento na Rádio Monolitos ameaçando de morte o vereador, Antônio Airton, Irmã Cleide e o Pe. Geovani. Ao vereador é enviado o seguinte recado: “Você vai descer da Câmara, às custas de balas”. Meses depois, Roberto declara ao jornal “O Povo”: “Eu vou matá-los. Mas será de inanição e raiva”.

Os pistoleiros presentes na área agredem os acampados, as crianças que vão para a escola e até uma senhora. Mas nunca foram presos. A UDR recebe uma advertência do secretário de Segurança “para que se restrinja à esfera judicial nas questões com posseiros”. Mas o Poder Judiciário é lento para acudir aos posseiros. Até o final de 89 não houve imissão de posse devido às políticas de contenção de gastos do governo Sarney.



4.3 - Algumas Vitórias

Mas no meio de tantas derrotas aparecem algumas vitórias. Salienciamos algumas delas ocorridas em 1989. Graças ao empenho de advogados que atuam na defesa do Movimento Popular se tem conseguido alguns sinais de esperança. Merecem ser lembrados:

* No final de 88, o pistoleiro que tentou matar o padre Francisco Cavazzuti foi condenado em Primeira Instância. O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás corroborou a sentença condenatória.

* O julgamento, em 87, que absolveu o fazendeiro Boaventura José de Magalhães, assassino de Júlio Rodrigues de Miranda (MG, em 85) foi anulado. Aguarda-se novo julgamento.

* A defesa dos cinco posseiros de Utinga Grande-SP usou como argumento o Artigo 24 do Código Penal, que trata da legítima defesa, para garantir – pela segunda vez – a absolvição dos camponeses. E conseguiu.

Só um Judiciário independente e devidamente estruturado poderá tirar os processos dos arquivos e dinamizar a ação de fazer justiça, ao menos a que está prevista nos Códigos. Só assim, o Estado e seus poderes poderão merecer a confiança do povo.

Devemos porém lembrar outro aspecto: a situação em que se encontra hoje a Justiça é consequência de um controle mais amplo, o controle do Estado, exercido pela elite dominante. Quando nós afirmamos sua ineficiência, é sempre em relação àqueles que nada recebem do Estado: quem não alcança a justiça é também privado da terra, do salário, da instrução, etc... Ou seja, é a negação do direito de cidadania aos 70% dos brasileiros que desponta claramente atrás da falta de justiça.

Por isso entendemos que o refrão “a luta faz a lei” é verdadeiro e deve ser incluído no conjunto de esforços de reconstruir a sociedade civil: é um trabalho que está sendo levado pelas forças realmente renovadoras da vida brasileira. A tarefa de superar as formas arcaicas de dominação, deverá transformar o aparelho judiciário para que ele garanta o estado de direito. Isso é diametralmente oposto à atual concepção e prática de usar o Direito como força a serviço do privilégio de uma elite incapaz de olhar além dos seus interesses.

Temos a esperança de que isso vai acontecer quando olhamos a crescente prática dos camponeses que, com suas lutas, vão se afirmando como classe social e política e colocam o direito à vida e à terra acima dos privilégios, às vezes legais, mas ilegítimos dos latifundiários. É fundamental lembrar esta realidade porque as leis que afas-

tam o camponês do direito à cidadania são tantas que, às vezes, ele é obrigado a agir, legitimamente, mas fora delas. Quando isso acontece quem faz as leis deveria se apressar a mudá-las em vez de reprimir e querer colocar camisa de força na maioria adulta.

O ESTADO RESPONSÁVEL: em Leme (SP) a PM mata e acusa o PT

Apesar desta publicação se referir ao ano de 1989, queremos lembrar de um episódio ocorrido em 1986 em Leme e que teve seu desfecho judiciário no começo deste ano.

Após a deliberação da greve em Assembléia dos STRs da Região de Araras, os cortadores de cana de Leme cruzam os braços para exigir o cumprimento de seus direitos. A greve é deflagrada com centenas de trabalhadores organizados concentrando-se na Praça do Bairro Nova Santa Rita, utilizando-se de piquetes para garantir o movimento. A PM, com seu batalhão de choque, comparece ao local para acabar com a greve. Os deputados federais José Genoíno Neto e Djalma Bom e o estadual Anísio Batista, todos do PT, comparecem para se solidarizar e acompanhar a ação dos trabalhadores. Na madrugada de 11/07/86, a PM age com truculência para dar fim à manifestação, e, com forte aparato (revólveres e bombas de gás), mata duas pessoas: a menor Sibebe Aparecida Manoel, 17 anos e Orlando Correia, 22 anos.

Mas, para salvar a farsa da Nova República, nas proximidades de um pleito eleitoral, de Brasília e de São Paulo ecoam para todos cantos as acusações apressadas e unânimes do então diretor-geral da PF, Romeu Tuma, do ex-ministro da Justiça Paulo Brossard e do ex-presidente da República José Sarney. Afirmavam os três que o tumulto teria sido provocado pelos próprios grevistas e que os tiros assassinos teriam sido disparados do carro dos parlamentares do PT.

No entanto, depois de quase 4 anos a justiça aparece. No dia 31 de janeiro deste ano, o Juiz da 1ª Vara da Comarca de Leme-SP, Ronaldo Frigini sentenciou: “JULGO PROCEDENTES as ações...” que responsabilizaram e garantem o consequente ressarcimento pela Fazenda do Estado de São Paulo, propostas por Sueli Aparecida N. Correia e seus filhos Luciana e Ronaldo (da parte de Orlando) e Ignez Pinheiro dos Santos (da parte de Sibebe), patrocinadas pelos advogados Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, Dr.º



CPT – CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL – 1989

Michael Mary Molan e Dr. Aton Fon Filho. Embora a sentença tenha ainda que ser submetida à apreciação do Tribunal de Justiça de SP, esse resultado elucida o caso, sendo dirimidas as acusações da PF, do Ministério da Justiça e do presidente da República. A responsabilidade total foi da PM, apesar de não ter identificado o policial autor dos disparos fatais. Como não se pode responsabilizar criminalmente o Estado (pois é pessoa jurídica) ao menos foi condenado a ressarcir economicamente os dependentes das vítimas.

5. A REFORMA AGRÁRIA NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA (Reflexões sobre alguns equívocos)

5.1 - Equívocos do PNRA

“É impossível o país avançar sem que se faça uma reforma profunda da estrutura agrária. Nenhuma Nação moderna estabilizou-se institucionalmente sem resolver seu problema agrário. Queremos justiça no campo”. (José Sarney, presidente da República – 1986).

Esta retórica soa tragicamente vazia. O leque de alianças, base de sustentação da Nova República, inviabilizou radicalmente o PNRA que, na sua decretação, em 10/10/85, saiu semicastrado. A Constituinte de 1989 veio selar com cravo e fechadura o veto a qualquer mudança na estrutura fundiária. A reativação do INCRA pelo Congresso em 28/03/89 ficou sem efeito por falta de alocações de recursos.

Na sua concepção profunda, o PNRA deixa aparecer uma dupla contradição entre o diagnóstico e o remédio para a questão agrária:

- o diagnóstico foi o reconhecimento pela Nação de uma enorme dívida social em relação aos deserdados da terra;
- o remédio escolhido em 10/10/85 foi enfiado goela abaixo o nome da modernidade, e inviabilizava o uso das desapropriações como instrumento jurídico, protegendo as terras ditas produtivas. Confirmava a exclusão secular dos camponeses e trabalhadores rurais. Para as classes dominantes, o país precisava de uma política agrícola “empresarial” e não de Reforma Agrária. Foi assim, que em nome da modernidade, do progresso, o PNRA virou tragédia grega. A Aliança Democrática esqueceu o que devia e tinha prometido aos seus filhos deserdados. O Estado revelou sua verdadeira face, ne-

gando a milhões de trabalhadores o acesso à terra. Esses receberam em troca parcas desapropriações, cacetetes e balas (Anexo 2):

No mesmo ano da proclamação do PNRA, o Banco do Brasil, de Uberaba (MG), iniciava uma bolsa de arrendamento para fazendeiros amedrontados pelo Plano. A fórmula era atraente: cultivar terras improdutivas por grandes arrendatários capitalizados, sem mexer na estrutura agrária. Em 1989 uma campanha na imprensa relatava o sucesso das operações e sua extensão para mais quatro Estados (BA, MA, RJ, ES). Essa nova iniciativa se enquadra no PRODECER, sem trazer benefícios reais para os pequenos produtores.

Enquanto isso, o PROCERA foi uma medida malograda para viabilizar assentamentos dentro do PNRA. Na prática, ficou a nível de pura propaganda como experimentaram duramente 1.200 trabalhadores do Projeto Angical I e II, município de Angical (BA), e 230 colonos do PAD Boa Esperança, em Sena Madureira (AC). Esses ficaram 52 dias acampados na frente do INCRA reivindicando recursos. Neste contexto, tornou-se engodo o programa de capacitação de assentados, iniciado em 1989 em sete Estados: CE, RJ, SC, PE, GO, RO, AC. O projeto deveria atingir 13.000 famílias e contribuir “para a transformação dos assentamentos em empresas produtivas que tenham condições de competição no mercado”. Os objetivos brilham pela total falta de realismo, tendo em vista a ausência de recursos.

Extremamente reveladora é a comparação entre os projetos de Reforma Agrária em execução e os conflitos de terra nos quatro Estados que apresentam os maiores índices de violência no período de 1985 a 89: PA, BA, MA e MT. Esses Estados representam 36% dos conflitos de terra e 50% das mortes em todo o país.

	Mortos	%	Conflitos	%
PA	113		369	
BA	53		272	
MA	49		269	
MT	33		168	
TOTAL	248	50,8	1.078	36
BRASIL	488	100	2.973	100

Um estudo por microrregiões revela que os maiores focos de tensão não tiveram soluções (Anexo 3).

Na prática o PNRA corresponde para o campo ao programa “Tudo pelo Social” do Governo Sarney.

5.2 Equívocos das forças progressistas

As forças progressistas (partidos, sociedade civil) entraram também na contramão da história, querendo utilizar o aparelho do Estado para desencadear mudanças profundas no campo.

Prevaleceu a ilusão de que o Estado Brasileiro podia promover essas transformações, esquecendo que, na Nova República como na Velha, o Estado continuava sob controle das classes dominantes.

As elites conseguiram levantar uma cortina de fumaça eficiente. Nunca se opuseram abertamente à Reforma Agrária mas negaram ao Estado qualquer possibilidade de resolver a questão agrária.

O discurso neo liberais, pregando a retirada do Estado da economia, já era tese defendida no início de 80 por grupos econômicos nacionais e grandes agências financiadoras internacionais.

No setor rural, o governo se apresentava totalmente desaparelhado e sem decisão política para levar a cabo o PNRA. Perante a opinião pública, foram evidentes os sinais do desgaste interno dos órgãos responsáveis. A direita, em operações bem-sucedidas, na imprensa, soube se aproveitar muito bem desses erros. A palavra mágica utilizada pela UDR foi a livre iniciativa contra a corrupção e ineficiência do Estado. A mistificação funcionou e anestesiou a opinião pública.

A verdade porém, é outra. O não aparelhamento dos órgãos ofi-

ciais para agilizar desapropriações e assentamentos é resultado da vontade política de não fazer nenhuma Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, o Estado mostra-se efficientíssimo em fornecer subsídios e incentivos fiscais aos grandes donos de terra.

Outro equívoco sério de alguns setores progressistas foi de conceber a idéia de que uma Reforma Agrária só tinha sentido para resolver a questão social. Estes setores se deixaram encurralar nos parâmetros economicistas dos neo liberais. Para estes, os únicos critérios devem ser produtividade, competição, racionalidade. Em tais condições, uma Reforma Agrária voltada para os pequenos produtores não garantiria retornos econômicos rápidos.

A luta pela terra, porém, não pode ser considerada apenas em termos de produtividade dentro de moldes estreitos. A ocupação de propriedades improdutivas não resolveria apenas a questão do desemprego, mas garantiria o abastecimento maior do mercado interno.

A luta pela terra implica visões diferenciadas da sociedade que burocratas e intelectuais recusam facilmente como arcaicas e irrelevantes. São valores de vida e cultura camponesa que a ciência moderna começa a descobrir e valorizar: laços de solidariedade, sabedoria secular, conhecimento e convivência com a natureza. É significativo que o Banco Mundial financie pesquisas sobre a viabilidade da pequena produção familiar. A verdadeira identidade e riqueza do camponês devem ainda ser descobertas.

A RAPOSA VAI GUARDAR O GALINHEIRO

Na hora em que estávamos levando este livro na tipografia, foi divulgada a notícia que o ministro da Agricultura e Reforma Agrária Joaquim Roriz, depois de 15 dias de exercício, deixou o cargo.

O presidente Fernando Collor de Mello escolheu o novo ministro: Antônio Cabrera Filho, 30 anos, que, segundo indicações da imprensa, é dono de duzentos mil hectares de terra em SP, MS, MG e GO, ajudou nos leilões da UDR e é grande criador de búfalos. O que podemos esperar de bom de um Governo que chama as raposas prá guardar o galinheiro?

A pretensa “novidade” das propostas do Governo Collor é muito duvidosa: nunca os governos anteriores (e deles não temos nenhuma saudade!) chegaram à aliança explícita com os inimigos da Reforma Agrária. As propostas de Reforma Agrária do novo Ministro coincidem exatamente com aquelas que a UDR fez em setembro de 1987:

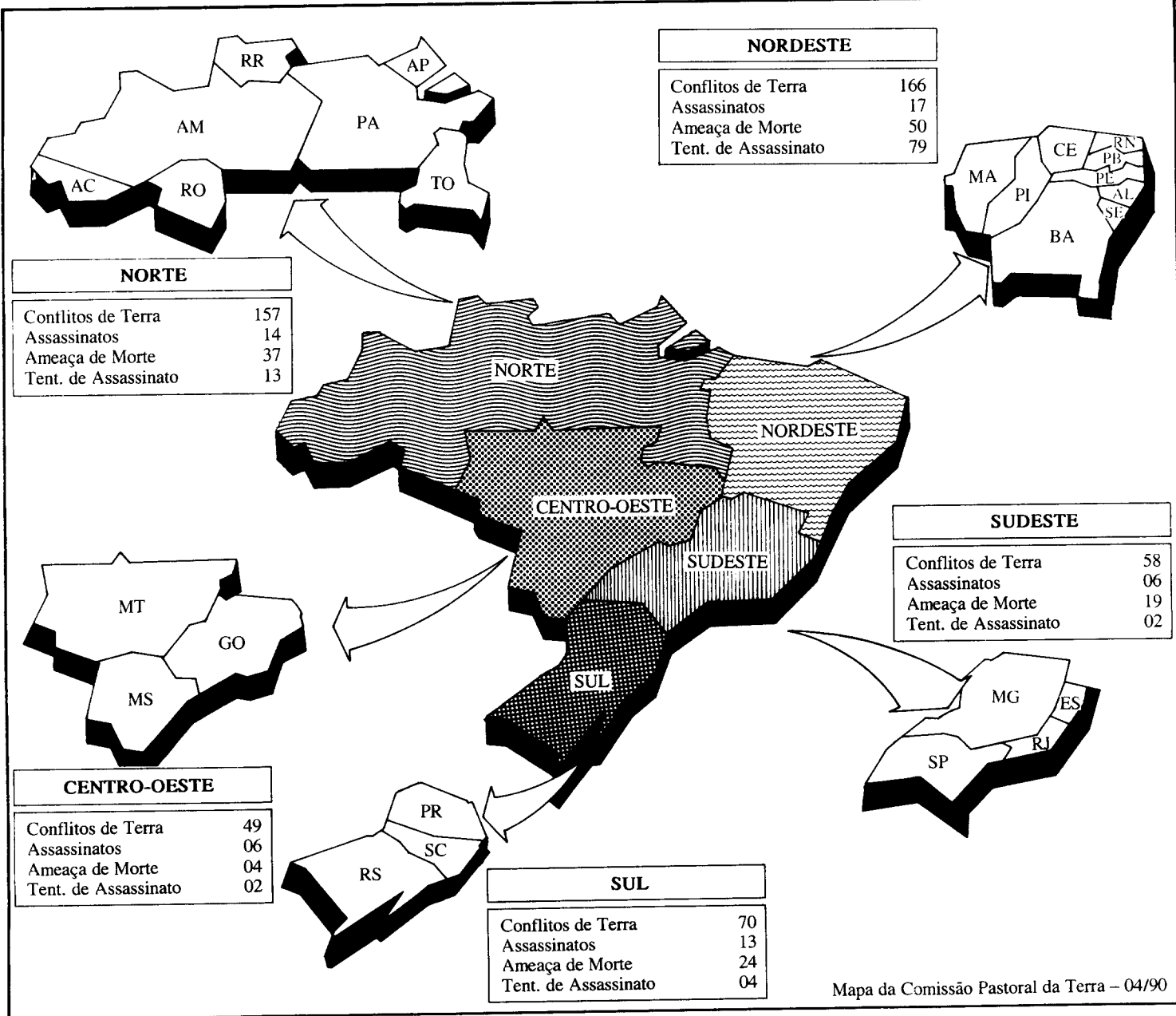
- promover o recadastramento das propriedades;
- realizar os assentamentos através da iniciativa privada.

Uma nota conjunta da CPT, CUT e MST em 05/04/1990 lembra: “Fazer assentamentos com a participação da iniciativa privada é querer repetir a fracassada experiência de colonização dos militares que levaram famílias do Sul e do Nordeste para a Amazônia e Mato Grosso. Esses colonos ficaram abandonados e, ao mesmo tempo, conflitos de terra se multiplicaram no Brasil inteiro, aumentando a fome e o número de sem terra”.

“Está claro que o Collor dos descamisados vestiu a camisa da UDR, que é a entidade dos latifundiários mais atrasados, especuladores de terras, responsáveis pela morte de muitos dos 551 lavradores assassinados durante a Nova República”.



VIOLÊNCIA NOS CONFLITOS DE TERRA POR REGIÕES



II Parte

A DEFESA DA VIDA E A LUTA PELA TERRA



Elizete Bezerra da Silva, viúva, 4 filhos, foi torturada pela PM, seu marido, Francisco Eclódo Bezerra da Silva, assassinado pela PM, no município de Manoel Urbano, ACRE (outubro/89).

Foto: Arquivo CPT ACRE



**CPT – CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL – 1989**

1 - OCUPAÇÕES

1.1 - Criando o Direito Negado

A luta direta empreendida pelos camponeses brasileiros sem terra para conquistar a terra indispensável à sua vida só pode ser corretamente explicada quando vista no longo e complexo movimento dos excluídos pela Lei de Terras de 1850. Ao instituírem unilateralmente o “direito de propriedade da terra”, inspirado no “direito de usar e de abusar” dos antigos romanos, os que detinham o poder econômico e político baseado em séculos de escravidão condicionaram o acesso a esse “direito” à capacidade financeira para comprá-lo. Transformaram a terra em mercadoria, reduzindo o “direito” à legalização e à defesa do objeto adquirido! Em outras palavras, implantou-se a propriedade capitalista da terra, ocultada sob a forma jurídica de um “direito” universal.

Esse processo criou, no mesmo movimento, o proprietário capitalista de terra e o cidadão sem terra. Aos povos indígenas, aos negros livres da escravidão, aos brancos e mulatos pobres, aos imigrantes pobres só restaram três alternativas: trabalhar nas fazendas instaladas em terras legalmente apropriadas, deslocar-se para as cidades em busca de algum serviço ou APOSSAR-SE DE ALGUMA TERRA LIVRE.

O privilégio da minoria que controla como um monopólio a terra no Brasil afirmou-se sobre o sangue das classes subalternas que lutaram obstinadamente em favor da democratização real do direito à terra. Muitas foram suas formas de luta, mas a principal foi esta: OCUPAÇÃO DE TERRAS. Uma vez “livres” numa “terra livre”, famílias posseiras criam e recriam relações sociais que, uma vez agredidas e ameaçadas pela “legalidade” da grilagem/propriedade, se tornam base de lutas de resistência/conquista que põem em xeque a lei e os privilégios legitimados por ela. Foi isto que aconteceu em Canudos (BA), na região do Contestado (SC e PR), na revolta do sudoeste do Paraná nos anos 50, em Trombas e Formoso (GO) e em tantas outras guerras e lutas camponesas.

O Estado, oligárquico em sua origem e em sua constituição atual, marca sua presença no processo como reforço às milícias dos antigos e modernos “coronéis” para reprimir os camponeses que não se submetem à lei e à autoridade do juiz. E quando, com sua luta, o camponês se apresenta como um novo sujeito político, a última dita-

dura “impõe”, através de múltiplos incentivos econômicos, o casamento entre o grande capital urbano e a grande propriedade de terra e a modernização da grande produção agrícola.

Ditadura, velha, nova ou novíssima República, ninguém pode desconhecer a presença do camponês sem terra em luta por seu direito à terra. As classes dominantes esvaziaram a possibilidade de uma Reforma Agrária democrática e popular através do Golpe de Estado de 1964, do PNRA e a afirmação da “terra produtiva” na Constituição de 1988. Essas PROMESSAS, confrontadas com a reforma em favor da grande propriedade capitalista, servem para firmar ainda mais a convicção política dos camponeses de que, se não a conquistam com sua luta, jamais os proprietários capitalistas lhes concederão terra. Isto faz com que, cada dia mais, a luta pela terra seja uma luta contra o capital.

Este caráter da luta pela terra foi evidenciado nos confrontos ocorridos na última Constituinte. E o resultado, previsível, foi a consolidação jurídica da propriedade capitalista (= “produtiva” para o capital). Mas a festa, orquestrada pela UDR, pode ser o canto de cisne do privilégio. Afinal, nunca uma lei nasceu com tão forte sabor amargo de ilegitimidade. A propriedade capitalista pode apresentar-se ainda como um “direito” legal, mas enfrenta a contestação política da consciência social cada vez maior de sua ilegitimidade. Para que servirá uma lei que não produz legitimidade?

1.2 - Conquista da Terra: Uma Iniciativa Popular

Este é o primeiro ano de vigência da Constituição da Nova República. Os dados que publicamos revelam que aumentou a violência em relação aos sem terra que lutam por seu direito à terra. Considerando-se vitoriosos na Constituinte, proprietários, UDR e jagunços, apoiados por governos estaduais e sua polícia militar, baseados ou não em decisões do Judiciário, tratam o camponês sem terra como um bandido, um marginal que não sabe – e não merece, talvez – viver no “estado de direito”.

Mas a luta pela terra – e nela devem ser incluídas as conhecidas iniciativas populares do Sul e as silenciosas iniciativas de ocupação e resistência ocorridas no Centro, Nordeste e Norte do país – continua abrindo, e com firmeza, o caminho da legitimidade do direito popular sobre a terra (Quadro 8). E esta afirmação política aprofunda a crise de legitimidade da grande propriedade capitalista da terra, associando-a praticamente ao privilégio e ao poder que explora, con-

trola, subordina e exclui as classes subalternas.

A análise revela a importância do MST nas iniciativas populares de luta pela terra. Sua atuação é maior no Sul, sua região de origem, e no nordeste. Em outras regiões, especialmente o Norte, Centro-Oeste e Sudeste, sua presença e atuação são menores e enfrentam vários tipos de problemas. Nestas áreas o MST corre o risco de forçar iniciativas sem conhecer a realidade e a experiência secular de luta pela terra e o perigo de não contar com o indispensável apoio da sociedade civil.

Tudo indica que o mais correto é a implementação e valorização das diferentes expressões de luta pela terra, reforçando os movimentos sociais que nascem das necessidades e condições concretas de cada região, buscando uma unificação de lutas diferentes. Seguindo por este caminho, em vez de centralização e de implantação de modelos, deve-se procurar um processo democrático em que o peso e a formulação da luta sejam construídos com a participação de todos que efetivamente lutam pela democratização da propriedade e da posse da terra.

Diante da constatação do aumento da violência repressiva, em que se combina a ação do Estado e dos proprietários, torna-se necessário o crescimento da luta pela terra na trilha de um amplo movimento social. Só com a simpatia, adesão e participação ativa de todos que descobrem que a democratização da terra é de seu interesse direto ou indireto será possível fazer avançar a luta popular pela terra. E isto só pode ser construído por um movimento social que não se feche em perspectivas exclusivas.

Além disso, é indispensável que os camponeses se coloquem e venham a ser assumidos como personagens do futuro, superando os equívocos tradicionais que os vêem como uma sobrevivência de um passado arcaico, um personagem destinado a desaparecer. Politicamente ele tem futuro, porque é portador de novidades econômicas, culturais e sociais, na luta por sua existência, por seus direitos e por sua reprodução.

1.3 - ESPÍRITO SANTO: A força da Solidariedade

Os acontecimentos desencadeados a partir da ocupação da fazenda Ipueira, no município de Pedro Canário, levaram o Espírito Santo à duvidosa honra de figurar nos principais jornais e, frequentemente, nas páginas policiais. Não só pelas mortes ocorridas e violência generalizada, mas por trazer à tona pistas do envolvimento entre o crime organizado (narcotráfico, roubos de carros, armas e

pistolagem) com integrantes das polícias civil e militar e da UDR (fazendeiros e exportadores de café).

O governador do Estado, Max Mauro, chegou a admitir a dificuldade para desvendar toda a teia de responsabilidades. A PF armou rocambolescas operações – “Conexão Espírito Santo – Bolívia”, “Operação Marselha” – e chegou a prender 5 pistoleiros, todos no dia seguinte.

Mas assassinatos e perseguições aos sem terra não impediram a torrencial chegada de cartas de solidariedade e repúdio aos crimes, vindas de todas as partes do mundo.

Merece uma leitura a cronologia dos principais acontecimentos que marcaram esse conflito:

04/06/89 – Cerca de 100 famílias ocupam, de madrugada, a área de propriedade de José Machado Neto. Outras 150 famílias não conseguem chegar ao acampamento, barradas pela PM.

05/06/89 – O fazendeiro acompanhado de um grupo de policiais e pistoleiros, todos armados, tentam entrar na área para expulsar os sem terra a bala. Não tinham ordem de despejo. Há tiroteio. O fazendeiro José Machado Neto e o PM Sérgio Narciso da Silva, da P2, foram mortos. (...)

As famílias fogem da área e se agrupam noutra localidade. Tropas da PM de São Mateus e Nova Venécia foram deslocadas para a região. Toda a região e estradas vicinais foram cercadas, como também o assentamento limítrofe Castro Alves. Lideranças e agentes de pastoral são ameaçados de morte.

06/06/89 – 11 “sem terra” – estão detidos. 80 soldados da PM revistam todos os caminhões de bóias-frias e carros particulares, recolhendo as armas que encontram e tentando prender os possíveis autores dos disparos.

07/06/89 – A UDR culpa a CUT, o PT e a Igreja Católica pelo “clima de terror” criado no campo.

A polícia procura o lavrador José Bezerra da Silva (“Zé Paraíba”), acusado de ter matado o fazendeiro.

A CPT e muitas outras entidades enviam telex ao Gov. Max Mauro, repudiando a violência e a falta de Reforma Agrária que lhe dá origem. Responsabiliza o governo do Estado por tudo que vier a acontecer aos ameaçados João Marré, Derli Casali e Damião Sanchez.

10/06/89 – Até esta data, o bispo de São Mateus, D. Aldo Gerna, já recebeu cerca de 10 telefonemas anônimos, ameaçando-o de morte.



15/06/89 – A PM cercou a Igreja Católica de Montanha, após boatos que José Bezerra estaria escondido, sob cobertura dos padres. Derli Casali foi obrigado a deixar a cidade de São Mateus, porque corria risco de vida.

19/06/89 – O tesoureiro do Diretório Municipal do PT, de Linhares, Paulo Damião Tristão (“Purinha”) foi assassinado com 8 tiros nas costas, quando chegava à sua casa. Tinha 36 anos, casado e deixou 2 filhas pequenas. Era ligado à Igreja e no Movimento Sindical.

20/06/89 – Paulo Damião foi sepultado num clima de forte emoção e revolta.

06/07/89 – Preso o líder comunitário e secretário do STR de Montanha, Verino Sossai, sem mandato de prisão, para que explique a ajuda que teria prestado a José Paraíba, quando ferido e em fuga, lhe procurou no Hospital N. Sr^a Aparecida, do qual Verino é diretor.

19/07/89 – Exatamente 1 mês após o assassinato de “Purinha”, é assassinado em Montanha, Verino Sossai, 40 anos. Era pessoa de destaque no município. Agricultor, secretário do STR (tendo sido seu fundador e presidente), presidente do diretório do PSDB, diretor do Hospital e Maternidade N. Sr^a Aparecida e chefe de Obras Públicas da Prefeitura Municipal.

20/07/89 – O clima na região é bastante tenso, com notícias de “uma lista de marcados para morrer” atingindo pessoas ligadas ao MST e às Igrejas.

O sepultamento de Verino levou 3.000 pessoas ao cortejo e manifestação contra a violência no campo. O comércio e as repartições públicas da cidade fecharam as portas.

18/08/89 – Interrogatório judicial de 4 “sem terra” presos em Conceição da Barra. Apesar das barreiras policiais que impediam o acesso à cidade, compareceram 700 lavradores, vindos de diversos municípios e assentamentos. Entidades mandaram representantes.

30/08/89 – Divulgada a carta aberta “Sociedade Civil Deseja a Paz”, assinada pelas mais expressivas entidades, STR e partidos do ES, num total de 55 entidades e 10 personalidades.

Explode uma bomba em frente ao Fórum de Conceição da Barra, 48 horas depois do relaxamento da prisão dos “sem terra” presos por acusação de envolvimento na morte do fazendeiro.

12/09/89 – Assassinado Valdício Barbosa dos Santos (Léo) com diversos tiros, no município de Pedro Canário. Tinha 41 anos e 7 filhos. Era dirigente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pedro Canário, membro do MST e da executiva municipal do PT. Além disso, Valdício era meeiro do fazendeiro Galeno, cunhado do fazendeiro morto, José Machado. O corpo ficou exposto no asfalto das 8:00 até o meio-dia, sem que a polícia tomasse qualquer inicia-

tiva. O MST e a CPT-ES acusam a UDR.

O presidente regional da UDR, Amarílio Caiado Fraga, rebate as acusações como “pura demagogia das esquerdas” e que “a CUT e o PT ficam usando cadáveres para se promover”.

17/09/89 – O pastor luterano Vilmar Schneider e o advogado da CDDH de Linhares, são obrigados a sair da cidade, depois de escaparem a várias tentativas de assassinato.

O pastor metodista Jader Batista da Silva, de Colatina, também é ameaçado de morte.

18/09/89 – Pistoleiros cercam a sede da CPT, em São Mateus, impedindo a saída da secretária.

Telefonemas anônimos anunciam para esta semana a morte de Derli Casali e Damião Sanchez, ambos da CPT.

24/09/89 – A partir dessa data começam a chegar cartas de diversos países, de entidades de Defesa dos DH, da Anistia Internacional e de cidadãos mobilizados pela Anistia. Desde o início do conflito, entidades, igrejas, partidos e sindicatos nacionais manifestaram sua solidariedade aos trabalhadores, através de cartas e telegramas.

A CPT recebeu cartas vindas da Inglaterra, Alemanha, França, Canadá, EUA, Áustria, Colômbia, Holanda, Suécia, Suíça, Japão, Finlândia, Grécia, Chile, Nova Zelândia, Portugal, Austrália, Bélgica e Costa Rica, são centenas de cartas, que não param de chegar.

12/10/89 – Entidades e representantes das Igrejas realizam um jejum de 48 horas em “defesa da Vida”.

Sem entrar no mérito do acerto ou precipitação da ocupação da Fazenda Ipueira, promovida pelo MST, é importante destacar dois aspectos desse acontecimento:

1. A total responsabilidade dos proprietários, incrustados em seus absurdos privilégios e das autoridades, insensíveis às necessidades e ao direito à vida dos camponeses sem terra.

2. A incrível mobilização da sociedade civil organizada em solidariedade às famílias dos assassinados e aos ameaçados de morte, bem como em apoio político aos camponeses que lutam por terra. São organizações do Brasil e do exterior. Todas as manifestações, com suas motivações originais, confluem, quais pequenos afluentes num grande rio, na exigência de Reforma Agrária e da justiça em favor dos camponeses.

A análise do conflito de Ipueira nos leva a concluir que a democratização da terra, é uma aspiração política e econômica de amplos e diferenciados setores e classes sociais. É uma aspiração legitimada pela própria luta dos sem terra, mas uma legitimação que conta com componentes culturais e religiosos importantes. A cada dia que passa, a humanidade vai despertando das ilusões do progres-

so a qualquer custo, e descobre que a destruição da terra resultará em sua própria destruição. O controle monopolizado dela se tornará um terrível poder sobre a liberdade humana. Esta consciência ecológica e política pode tornar-se a base de um gigantesco movimento social em favor da libertação da terra como condição da libertação da humanidade.

2 - PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA DO CAMPO

“E Deus quem deu a vida para nós. É Deus quem deu a terra para nós. Deixar tomar nossa terra é deixar tomar nossa vida e isso seria trair Deus” (D. Ana – de Cabeceira da Mata, Almas-TO).

Nesses últimos vinte anos, tem havido um crescimento de consciência da sociedade sobre a situação de discriminação e opressão em que vive a mulher. E uma tomada de consciência provocada pela própria mulher que vem questionando e reivindicando seu lugar, seus direitos e o reconhecimento de sua dignidade.

Tudo isso lhe foi roubado no momento em que o homem começou a dominar o homem, desintegrando-se a relação homem-mulher-natureza e estabeleceu-se um sistema patriarcal que fez nascer as discriminações sociais, o racismo e a opressão à mulher. Daí se criaram normas morais, sociais, econômicas e religiosas que passaram a ser consideradas e a funcionar como “leis naturais”. Entre elas estão as normas de comportamento diferenciadas para os homens e as mulheres, em que o espaço do mundo é dado aos homens e à mulher resta o espaço doméstico.

O capitalismo encontrou neste contexto sócio-cultural terreno propício para estabelecer seu sistema de dominação e entre o oprimido dos oprimidos está a mulher.

O relatório da ONU de 1980 diz que as mulheres representam a metade da população mundial, executam dois terços das horas de trabalho em todo mundo, recebem a décima parte da renda mundial e possuem menos da centésima parte dos bens de propriedade do mundo.

No Brasil, 27% delas vivem no meio rural: estão nas posses, nas terras arrendadas, nos assentamentos, ou trabalhando como assalariadas ou bóias-frias nas colheitas de cana-de-açúcar, café, algodão, laranja, uva, fumo, cacau, alho, coco, tomate etc. Onde quer que estejam, desempenham a dupla jornada como “trabalhadoras rurais” e “donas-de-casa”.

A luta pela permanência ou conquista da terra não tem sido en-

frentada só pelo homem; é assumida também pelas mulheres e até pelas crianças. Ter terra, permanecer nela, significa preservar a vida, alimentar os filhos, defender a família, impedindo que ela se desfaga. Hoje, em muitas regiões, existem “viúvas de maridos vivos”, pois tendo perdido as terras, os companheiros tiveram que buscar trabalho nos garimpos, nas construtoras ou fazendas distantes; as mulheres ficam sozinhas assumindo o sustento dos filhos, e muitas vezes os maridos desaparecem sem dar mais notícias.

A traição feita aos trabalhadores rurais pela política do governo e a nova Constituição levou a um acirramento da violência praticada pelos “donos das terras”. Neste confronto temos assistido à coragem e valentia das mulheres se colocando à frente de suas famílias para enfrentarem policiais e pistoleiros que querem expulsá-las da terra. Quando ela participa na luta pela terra, aumenta contra ela a violência (quadro nº 11).

As mulheres, além de sofrerem as mesmas violências que os trabalhadores do campo (ferimentos, torturas, prisão ilegal, tentativa de assassinato, morte, seqüestro) são vítimas de outros tipos de violências que as atingem no mais íntimo do seu ser, que são o estupro e o aborto provocado por maus tratos. Também a impossibilidade física de reagir à força bruta de policiais e jagunços, as torna mais vulneráveis e mais inseguras frente à repressão.

Nos dados do quadro nº 11 são lembrados casos de mulheres agentes de pastoral, religiosas e leigas, vereadoras e advogadas que apóiam e atuam junto aos trabalhadores rurais e que têm sofrido agressão pelo fato de defenderem a causa dos pequenos.

Mas temos que lembrar aqui especialmente a morte de duas mulheres vítimas da extrema violência exercida pelo poder do latifúndio. Foi de estarrecer o assassinato de dona Severina Rodrigues da Silva, a dona Bila, de 52 anos de idade, mãe de 12 filhos, em frente ao Fórum de Alhandra (PB). Aconteceu quando cerca de 70 trabalhadores rurais foram solicitar ao juiz a prisão de Zequinha (José Alves de Sena Filho), um dos acusados do assassinato do líder de comunidade José Avelino dos Santos e que fora visto andando livremente na área. Severino M. de Sena, tio de Zequinha, dirigindo uma caminhonete C-10, jogou-a contra o grupo de trabalhadores, atirando em seguida nas pessoas próximas e nas que estavam caídas no chão, machucadas. Ele fugiu depois de ferir 23 pessoas, sendo 15 mulheres, 6 homens e 2 crianças. Dona Severina, baleada e com o ventre esmagado pela caminhonete, morreu.

No Maranhão, no município de Grajaú, há um conflito de posseiros com os índios Guajajara por questão de terra que se arrasta há



muito tempo e as autoridades não procuraram uma solução. Num momento de conflito, Maria Benedita Pinheiro, de 45 anos, passou mal e não recebeu assistência médica, vindo a falecer. No diagnóstico médico posterior foi constatado alto grau de inanição.

2.1 - As Crianças

É preciso também salientar as mortes das crianças, vítimas da violência no campo. Em Rincão do Ivaí (RS) seis crianças morreram intoxicadas por agrotóxicos, que os camponeses acusam ter sido jogado de avião no acampamento por membros da UDR.

Em Bananeiras (PB), uma menina de 15 meses morreu em consequência dos maus tratos sofridos junto com os moradores da fazenda Sapucaia, no momento do despejo efetuado pela polícia.

2.2 - Viúvas e Órfãos

É importante ainda lembrar as viúvas e os órfãos da violência no campo. As mulheres sofrem três vezes a violência: perdem seus companheiros, ficam com a responsabilidade de cuidar dos filhos e da roça e muitas vezes continuam sendo perseguidas e ameaçadas pelos próprios assassinos de seus companheiros.

Podemos aqui destacar o caso de Ilzamar Mendes, companheira de Chico Mendes, que foi várias vezes ameaçada de morte e teve que pedir proteção policial.

Também lembramos de Iliana de Paiva, de 19 anos, que precisou pedir proteção policial por estar ameaçada de morte porque investigava o assassinato de seu pai, o sindicalista Wilson de Souza Pinheiro (assassinado em 21/07/80, no AC).

2.3 - Mulher Sindicalizada

Ainda é muito forte a discriminação da mulher nos sindicatos e principalmente entre os “donos da terra”. A mulher camponesa, a partir de seu engajamento na luta pela terra, tomou consciência de que através de seu trabalho no campo participa da produção do país mas não tem reconhecido ainda o direito de ser registrada como trabalhadora rural e gozar dos pequenos benefícios da classe. Elas entraram com força nas lutas de reivindicação e várias lideranças femininas se destacaram e tiveram seus nomes referendados para cargos de direção dos sindicatos. Podemos lembrar o caso de Carlita Satou, presidente do STR de Cordeirópolis-SP, que durante a greve geral das assalariadas da cana em junho de 89, por defender os direitos

dos trabalhadores, foi seqüestrada, torturada e ameaçada de morte.

2.4 - Mulher Bóia-Fria

Como bóias-frias, as mulheres trabalham frequentemente mais de oito horas diárias, especialmente nas zonas canavieiras e, em grande parte, sem receber os direitos trabalhistas; contratadas como diaristas, recebem, para um mesmo tipo de trabalho, salários menores que os dos homens.

Entre os trabalhadores rurais, só 14% têm carteira de trabalho assinada, sendo que só 3% destes são mulheres. (Documento do MIRAD “A Situação da mulher no Campo”). Nesses trabalhos como bóias-frias as mulheres sofrem toda forma de discriminação e exploração. Além de receberem menos, não têm qualquer condição de higiene, como banheiros, e, quando grávidas, continuam fazendo os mesmos tipos de serviço. No final da gravidez, às vezes recebem uma licença ou, na maioria dos casos, são despedidas.

Depois da aprovação da lei da “licença-maternidade” na nova Constituição, tem havido em várias regiões muitas denúncias contra usinas de açúcar que não estão contratando mulheres para o corte da cana, ou exigem atestado de esterilidade para contratá-las. Várias dessas queixas foram levadas aos Centros de Defesa dos Direitos das Mulheres, nas zonas canavieiras (Revista “Vamos” – CDDH-PB).

Alguns depoimentos de mulheres trabalhadoras bóias-frias de cana, do algodão, etc: “Nós fazemos o mesmo trabalho do homem, a gente corta, junta e enche o caminhão de cana. Quando vai plantar é a mesma coisa, prepara o olho da cana para plantar, aduba e planta”. “O trabalho da gente é igual escravidão. O feitor fica em cima da gente, fica atrás; se não fizer certo, ele manda embora”. “Quando foi para me aposentar, eles me chamaram para fazer um acordo, mas o que eles queriam é que eu assinasse um papel para receber só o tempo da carteira assinada para cá. Aí eu não quis porque não sou boba. Coloquei na Justiça”. (Olivia M. Noronha – “De Camponesa a Madame”).

“Pedi para beber água e o feitor negou e mandou beber de um tambor ali perto, com água morna. Como se nega um copo de água fresca a alguém? A comida é fria e a água é quente”. (Depoimento de uma bóia-fria do algodão – Goiás).

A mulher bóia-fria representa 40% da força de trabalho temporário. Há ainda a mão-de-obra das menores que vão ajudar suas

mães na produção e que, logo cedo, sofrem as consequências de serem bóias-frias. Em novembro de 89, no município de Mutuípe (BA), ocorreu um acidente com um caminhão de bóias-frias que provocou ferimentos em 35 pessoas e a morte de três, entre elas uma menina de 7 anos, Josilene de Oliveira.

2.5 - Esperança de Mudar

Diante de toda essa violência institucionalizada e cultural contra a mulher do campo, nasce e cresce uma esperança: a crescente tomada de consciência de sua situação a tem levado à descoberta da raiz dessa opressão.

A mudança de comportamento das mulheres, participando e reivindicando seus direitos, tem ajudado os homens a entender que o machismo interessa ao sistema de dominação. Esta compreensão tem mudado o comportamento do homem levando-o a partilhar as tarefas familiares, e a aceitar a participação das mulheres nas lutas e nas discussões e decisões.

Ainda estamos no começo dessa mudança de mentalidade, mas, na medida em que aumenta nas mulheres a consciência dos seus direitos e nos homens a consciência da igualdade, da reciprocidade e da co-responsabilidade na construção da vida, esse novo homem e essa nova mulher farão surgir a nova sociedade, justa, solidária e democrática.

3. ASSALARIADOS RURAIS: UM DESAFIO ÀS ORGANIZAÇÕES

A modernização da agricultura está criando novas relações de trabalho no campo e o assalariamento de trabalhadores rurais é talvez o fenômeno novo de maiores proporções. É uma novidade histórica que se tornou um elemento social relevante e que apresenta problemas diferenciados a depender da região e do tipo de cultura.

Além dos tradicionais assalariados da cana e da laranja, há um crescente número de trabalhadores rurais empregados em modernas empresas rurais, como empresas de reflorestamento, irrigação, produção de frutas tropicais, hortigranjeiros, etc... É bom lembrar que, pelo fato de as empresas serem modernas, não significa que oferecem boas condições de trabalho. Se considerarmos os acidentes de bóias-frias, que deixaram pelo menos 39 mortos e 225 feridos (Quadros nºs 13 e 14) podemos ver quão pouco estas empresas modernas valorizam a vida dos que lhes possibilitam os lucros!

Não temos ainda dados suficientes para arriscar opiniões sobre o número de trabalhadores que morrem devido ao uso de agrotóxicos nas plantações de cana, café, algodão, etc... Mas percebemos que uma pesquisa mais aprofundada deste setor nos abrirá a porta sobre um panorama macabro!

O contingente de assalariados no campo, segundo dados do IBGE e da ABRA, chega hoje a quase 6 milhões de pessoas. Este grande número de trabalhadores representa ainda uma incógnita para quantos trabalham no setor rural como o movimento sindical, os partidos e a própria CPT. Este fato deve nos despertar para procurarmos novas formas de presença e atuação; certamente os canais institucionais não são, hoje, o meio mais próprio. É preciso sair das organizações oficiais e entrar no informal, quer dizer: escutar os assalariados e descobrir como eles estão atuando para conseguir o respeito aos seus direitos. Uma greve de bóia-fria, por exemplo, quando chega a ser notícia na imprensa, tem uma história anterior de muitas discussões e ações.

Devemos reconhecer os assalariados como uma classe dinâmica e criativa porque eles começaram a se organizar e a agir, bem antes que o sindicalista e o agente aparecessem. Uma atenção séria às iniciativas deles pode abrir horizontes novos à organização dos trabalhadores.

É bom registrar, finalmente, a existência significativa de 597 pessoas em regime de trabalho escravo, encontradas nas fazendas em 1989 (Quadro nº 12). Consideramos trabalho escravo não só uma situação de grave exploração, mas a condição do trabalhador que sofre coerção física (prisão temporária, impedimento de ir e vir), recebe alimentação no lugar de salário, sofre castigos físicos pelas “desobediências” e quando há presença de vigias armados no local de trabalho.

Citamos, como exemplo, o caso da Agromendes, subsidiária da moderna empresa Mendes Júnior, que recebe incentivos fiscais da SUDAM: é uma empresa rural, com 520 empregados e 12.000 ha (mun. Moju, PA), dos quais 3.341 estão plantados com dendê. Atualmente se chama Agropalma e foi vendida para a Companhia Real Agroindustrial do Banco Real.

Em 16/01/89, entraram em greve 150 trabalhadores do setor de colheita para exigir NCz\$ 0,15, no lugar de NCz\$ 0,04, por caixa de dendê; exigiam ainda transporte adequado, alojamento, assistência médica (há muitos acidentes), fornecimento das ferramentas e equipamentos de proteção individual (os borrifadores de agrotóxicos trabalham com o rosto descoberto).



No dia 20/01/89 – devido às denúncias dos trabalhadores – uma comissão de deputados, de representantes de entidades de Direitos Humanos e da Igreja Luterana, foram ao local e verificaram situações de verdadeira escravidão.

Descobriram que a Agromendes dispunha de seguranças próprios, fardados e armados até de metralhadora. No dia 16/01/89 a empresa tinha obrigado os grevistas a permanecerem nas casas sem poder se comunicar com o sindicato.

Dois dias depois espancou alguns trabalhadores, os obrigou a assinarem a “demissão por justa causa”, os colocou em caminhões e os despejou na sede do sindicato: eram 162 pessoas, das quais 42 crianças.

26/01/89 – o departamento da PF informou que iria verificar os abusos e espancamentos.

Após as denúncias, a empresa foi obrigada à negociação com o movimento grevista e a aceitar várias reivindicações dos trabalhadores.

4. LUTA PELA TERRA E A DEFESA DA AMAZÔNIA

“A Amazônia é uma floresta senil e melhor seria cortá-la do que deixar que ela floresça”, declarou o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, João Carlos Meirelles, ao defender a ocupação imediata de 1 milhão e 500 mil km² da região – dos 5 milhões de sua área – sob a alegação que “não podemos permitir a sua transformação num jardim zoológico”. (JB 14/02/79).

Quase 10 anos depois, um tiro de cartucheira ceifou a vida de Chico Mendes e acordou a Nação e o resto do mundo para uma tragédia de grande proporção. Sabemos mais hoje o preço altíssimo pago pelas populações locais: índios, seringueiros, ribeirinhos, posseiros e colonos. De 1985 a 1989, 71% do total das mortes na luta pela terra ocorreu na Amazônia Legal, apesar dessa região representar apenas 10% da população global do país.

MORTOS DE 85 A 89

BRASIL	=	488
AMAZÔNIA LEGAL	=	346

Os danos ambientais, nesta região, assustaram a Nação e o Mundo. Em 20 anos se destruíram mais florestas do que em três séculos. 10% da maior floresta tropical do mundo já desapareceu.

De repente, após o assassinato do Chico Mendes, o Governo Brasileiro tomou medidas febris, demonstrando uma conversão súbita para a ecologia: criação do IBAMA em 23/01/89; da Divisão de Assuntos Ecológicos e Direitos Humanos no Itamaraty em 15/02/89; e a Decretação do programa “Nossa Natureza” em 06/04/89.

Uma nova percepção da globalidade e pressões da sociedade civil, dentro e fora do país, foram os únicos lances capazes de abalar as convicções cegas de tantos tecnocratas e governantes. Desde 1970, organizações de trabalhadores rurais e várias entidades pediam, em vão, o fim ou a revisão da política de incentivos fiscais na Amazônia. A suspensão provisória de novos projetos foi determinada pelo programa “Nossa Natureza”, continuando a vigorar antigos projetos agropecuários.

Ao mesmo tempo, estão sendo mantidos intactos os mecanismos que levaram a essa matança de lavradores e índios, e à devastação ambiental.

As premissas de todas as políticas voltadas para a Amazônia estão contidas no famoso Discurso do Amazonas, proferido por Getúlio Vargas, em Manaus, em 10/10/1940: “Conquistar a terra, dominar as águas, sujeitar a floresta”.

Os Governos posteriores, principalmente os militares, desencadearam ambiciosos planos de desenvolvimento na região que resultaram na concentração da renda e da propriedade da terra. As políticas de “integração” tiveram todas as características de uma dominação colonial, aceleradas por incentivos fiscais: exploração intensa de matérias-primas (madeiras, minérios), submissão das populações locais, propaganda oficial para atrair migrantes e resolver problemas sociais nas outras regiões do país. O ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, resumia, na década de 70, o pensamento das elites dominantes: “Vamos desenvolver o Faroste e depois colocar o Xerife”. Na Amazônia, um pseudo progresso e cientificismo primário encobriram uma procura desenfreada do lucro. Em 1980, o Projeto Grande Carajás tornou-se a reprodução tupiniquim do slogan norte-americano da década de 30: “A ciência descobre, a técnica aplica e o homem se adapta”. O Brasil iniciou nesta região um projeto de ferro-gusa a base de carvão vegetal, com conseqüências devastadoras para o meio ambiente. De um total de 22 usinas, três já estão em operação no Pará e Maranhão. Se o projeto total for realizado, “em menos de 20 anos uma área de floresta tropical equivalente a 250.000 km² será destruída” (parecer do Ministério Público).

No ano passado, as mesmas causas estruturais mostraram seus efeitos devastadores.

4.1. Conquista da Terra

A total omissão do governo em relação à pequena produção tem levado ao fracasso grande parte das experiências de colonização no Pará, Rondônia e Mato Grosso. A partir de 1987, o êxodo rural se direcionou para áreas de garimpo. Em Roraima, a ocupação das reservas dos índios Yanomami tomou proporções trágicas. Personalidades de alta credibilidade não hesitaram em denunciar o genocídio do maior povo indígena da América Latina, que tinha, há dois anos, uma população calculada em cerca de 8.000 pessoas. A própria FUNAI registrou em 1989 a morte, em Boa Vista (RR), de 61 Yanomami, vítimas de doenças. O número daqueles que morreram em confrontos violentos com garimpeiros ou de endemias é muito alto. Segundo estimativas dos médicos do CIMI, chegaram a morrer 1.500 Yanomami nos últimos três anos. 20% dessa nação desapareceu. A mesma percentagem representaria 30 milhões de pessoas em relação ao Brasil.

A Justiça Federal decretou, em outubro de 89, a retirada dos 40.000 garimpeiros da região. A operação começou apenas em janeiro de 1990. O Governo Federal acabou por não acatar a decisão legal e apenas transferiu os garimpeiros para outras áreas, cedendo às pressões dos donos das máquinas e de políticos locais.

4.2. Dominação das Águas

Há anos, estudos da ELETRONORTE proclamam que a vocação da Amazônia é energética. O Plano 2010 prevê nada mais, nada menos, do que 78 barragens em toda a Bacia Amazônica. Até agora prevaleceu nessa questão um tratamento autoritário e burocrático: barragem é progresso irreversível. Antipatriotas são aqueles que gritam e defendem os interesses das populações locais e o meio ambiente. “Os cachorros latem e a caravana passa”. O Nacionalismo das classes dirigentes e dos militares proclama “A Amazônia é Nossa”. Mas são os mesmos que têm incentivado os investimentos estrangeiros na região (40% do subsolo está hoje nas mãos de multinacionais). São eles, também, que se recusam a reconhecer o direito de cidadania a índios e posseiros.

O Cacique Caiapó Paiakan que absurdamente, foi enquadrado na Lei dos Estrangeiros, revelou uma maturidade de pensamento a anos-luz dos burocratas e ecologistas de salão. Ele declarou no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA): Os povos indígenas “devem ter a sabedoria de mostrar ao homem branco,

ser possível o progresso sem prejuízo para o meio ambiente e os irmãos índios”.

Não se trata de pregar uma volta saudosista ao passado, de recusar benefícios evidentes do progresso, mas de sempre questionar progresso **para quem e a que custo**.

Os danos sociais e ambientais de duas barragens já construídas – Tucuruí (PA) e Balbina (AM) – provam que esse questionamento é essencial. Balbina foi considerada até pela Eletronorte e o Banco Mundial como um “monumento à insensatez”, tendo em vista a produção irrisória de energia em relação à área alagada. Veja, o quadro que segue:

	Reservatório	Produção Máxima
ITAIPU	1.350 km ²	14.000 MW
BALBINA	3.000 km ²	100 MW

No entanto, está sendo construída a primeira usina hidrelétrica privada em área indígena.

A 10/09/89 o deputado Antero Barros (PMDB-MT), visitando os índios Nambiquara no MT, encontrou a empresa Góes Cohabita Construções S.A., que pertence ao deputado federal Joacir Góes (PMDB-BA), **presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal**, construindo, na área indígena, a usina 12 de outubro. O RIMA foi feito às pressas para ser aprovado na Câmara em 89.

A busca do ouro e a pesca predatória têm provocado outros danos de graves proporções. Está cientificamente provada a poluição por mercúrio dos rios Madeira, em Rondônia, e Tapajós, no Pará.

No Maranhão, em 1989, a SUDAM financiou e encorajou um “crime ecológico” através dos incentivos dados à criação de búfalos. Estes animais causaram enormes danos aos pescadores e às roças dos posseiros da Baixada Maranhense (15 municípios). Desesperados e cansados de clamar por justiça, os lavradores revidaram e mais de 5.000 búfalos foram abatidos. A UDR prometeu fazer correr sangue.

4.3. Sujeição da Floresta

Desde a década de 70, estradas rasgaram a floresta, trazendo dois instrumentos principais de devastação: as patas dos bois e as moto-serras das madeireiras. Ao contrário do que se afirma, os pe-



quenos produtores são responsáveis por apenas 25% das derrubadas e queimadas; 75% é resultado dos grandes projetos agropecuários, segundo Philip M. Fearnside, do INPA.

Em sete municípios do Pará, representando 9,5 milhões de ha (Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Redenção, Xinguara, Paragominas e Rondon do Pará), estão concentrados 45% dos 5,6 milhões de cabeças de gado do Pará (35% dos rebanhos da Amazônia) – (Globo Rural nº 48 – outubro/89). Não é apenas por coincidência que esses mesmos municípios têm apresentado os maiores índices de violência na luta pela terra.

A extração desenfreada de madeira-de-lei provocou numerosos conflitos principalmente no Pará, Acre e Rondônia. A obtenção fácil de lucro fez vários funcionários de órgãos oficiais vacilarem, favorecendo os grandes fazendeiros. Ao mesmo tempo, no Pará, o INCRA permitiu a permanência de posseiros na fazenda Del Rey, município de Paragominas, mas os proibiu de explorar a madeira. Reproduz-se assim na Amazônia um costume de outras áreas: aos grandes é permitida a derrubada, enquanto a mata nativa dos pequenos é considerada “reserva”.

Dezenas de madeiras extraíram em 1989 milhares de toras, em ritmo intenso, das reservas indígenas existentes em Cruzeiro do Sul (AC) e da área dos Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia.

Em muitos casos, funcionários do IBAMA têm perseguido pequenos produtores, impondo multas elevadas por derrubadas limitadas como em Presidente Figueiredo (AM), São Félix do Araguaia (MT). Fazendeiros e madeireiros escapam quase sempre das punições.

Há casos, porém, de funcionários que pagaram caro a sua determinação de aplicar a lei. No Acre, José Rente Nascimento, coordenador do PMACI, foi atacado por pistoleiros a mando de Jorge Moura, presidente do Sindicato das Indústrias Madeiras do Acre.

Foram registrados no Acre em 1989, 40 conflitos de terra, decorrentes do não pagamento da borracha aos seringueiros e a **empates** (mutirão de seringueiros, mulheres e crianças, visando a impedir a derrubada de seringais).

4.4. Requisitos para a Defesa do Meio Ambiente

4.4.1. Ecologia: Justiça Social

O principal inimigo do meio ambiente é a miséria. Esta afirma-

ção já foi feita por vários governantes e não pode ser objeto de demagogia.

Na Amazônia, como no resto do Brasil, a superação da miséria passa pelo acesso à terra, por condições de trabalhá-la, por distribuição da renda e a maior honestidade e eficiência dos órgãos oficiais. Isso poderia impedir o atual recrudescimento de doenças endêmicas como a malária (Rondônia, 42% dos casos) e a hanseníase.

4.4.2. Ecologia: participação

Não há defesa possível do meio ambiente sem democracia, transparência na tomada de decisão e participação das entidades da sociedade civil, principalmente das populações envolvidas.

Até agora, organismos oficiais e agências internacionais financiadoras só fizeram promessas de participação que não saíram do papel. O Plano “Nossa Natureza” peca por ter sido elaborado em gabinetes, sem consulta e participação da sociedade civil e nem de pesquisadores do Governo. Prevaleceu o conceito de Segurança Nacional. A SADEN, antigo CSN, direcionou todos os trabalhos. Ela atua ainda no IBAMA, FUNAI e CALHA NORTE. A sociedade civil, porém, está forçando uma efetiva participação: em 1989, 18 entidades ingressaram junto ao Ministério Público Federal com um pedido de inquérito em relação ao Projeto Ferro Gusa, do PGC. Em abril de 1989, o Ministério Público concluiu pela culpabilidade da União e pediu a paralisação das atividades, pelo fato que o projeto se utiliza do carvão vegetal obtido do corte da mata nativa provocando um deserto. No entanto, o Juiz Federal declinou em sua competência. Corroborando as denúncias, o Parlamento Europeu recomendou em junho à CEE a decretação de uma moratória na importação de minério de ferro do Carajás.

4.4.3 Ecologia: os povos da floresta dão a lição

O capital tem um poder enorme de se apresentar como a felicidade, escondendo a destruição que provoca. Pelo consumismo, a liberdade individual parece infinita, o dinheiro medindo o grau de cidadania.

Nesta lógica mercantil, aqueles que não têm poder aquisitivo são considerados descartáveis. Em nome do progresso não são poucos os que sustentaram que índios, posseiros e pequenos produtores deveriam desaparecer.

Porém, os indicadores econômicos (PIB, renda per capita, produtividade, crescimento) se tornaram notoriamente insuficientes para medir o desenvolvimento. O caso do Brasil é mais do que ilustrativo quando se olha os trágicos indicadores sociais. A destruição de um patrimônio genético como o da Floresta Amazônica deve preocupar não somente o Brasil, mas a comunidade universal.

Os povos da floresta (índios, seringueiros, ribeirinhos) aparecem hoje como sujeitos históricos, capazes de propor iniciativas e soluções: empates, reservas extrativistas no Acre, preservação dos lagos no Amazonas. O 1º Encontro dos Povos da Floresta, no Acre, e o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira-PA, no ano passado, foram dois eventos fundamentais.

Estes grupos, ontem desprezados, tornaram-se interlocutores imprescindíveis de agências internacionais e os guardiães legítimos de valores fundamentais do verdadeiro desenvolvimento que deve garantir os direitos individuais, sociais e até os direitos internacionais ligados ao meio ambiente e à paz.

Davi Yanomami declarou com sabedoria milenar: “O costume do branco é muito complicado para nós, Yanomami. O nosso costume é melhor que o dos brancos, pois nós preservamos os rios, igarapés, lagos, montanhas, a caça, os peixes, as frutas... O branco não tem respeito pela natureza, ele não sabe o que é bom, ele tem que aprender conosco”.







III Parte
**PARTICIPAÇÃO
DA
SOCIEDADE
CIVIL**

*11 e 12/10/89: Jejum contra a violência no campo (Vitória, ES):
mulher mostra as roupas manchadas de sangue de Valdício,
assassinado no dia 12.09.89.
Foto: Jerônimo Nunes*



**CPT – CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL – 1989**

1. CONFLITOS E IGREJA

1.1. As Igrejas Dentro dos Conflitos

A atuação da CPT e das igrejas cristãs nas situações de sofrimento e conflito que o povo vive, quer ser presença da Caridade para transformar situações menos humanas em situações mais humanas (P.P. 21). Sendo a Caridade a maior das virtudes (I Cor. 13,13) não há como a Igreja se ausentar dos conflitos que o trabalhador rural sofre para sobreviver.

A presença pastoral das igrejas é diferente da de outras entidades envolvidas no apoio aos trabalhadores, tanto pela nossa motivação como pelo nosso ponto de partida e nosso objetivo maior: manifestar a presença e a atuação salvadora do Senhor no acontecer diário da história, portanto, nos sofrimentos e na vida conflitiva do trabalhador rural.

Acreditamos que a história que estamos vivendo é história de salvação. Ela é conduzida à realização total através de acontecimentos que são salvíficos na medida em que constroem o Reino. A Igreja é um dos componentes desta construção e sua missão específica é descobrir, anunciar e celebrar os sinais de libertação. Ela tem como elemento de referência uma Palavra que ultrapassa o tempo e a história, mas que só se torna conhecida na encarnação concreta em cada época e situação humana. No Brasil, para os trabalhadores rurais, a história que estão vivendo é esta: o conflito com jagunços, a periculosidade dos agrotóxicos, a busca de uma maior organização da classe, a morte decretada pelos latifundiários ou (mais “limpa”) pelos bancos, o uso de força em ações de defesa, as mobilizações pela Reforma Agrária, as ocupações de terra, a celebração das vitórias ou das derrotas, etc...

Estes são, então, elementos básicos e teológicos da história da salvação que o trabalhador rural vive. Os cristãos que só entendem a salvação restrita ao campo espiritual têm dificuldade em aceitar e compreender que cristãos e agentes de pastoral se envolvam nestes campos “profanos”. Entretanto, para quem vê a salvação encarnada no acontecer da VIDA, tudo o que concorre para dar mais vida (situações mais humanas, diria Paulo VI) faz parte da missão do cristão. Seria um erro pedagógico e até uma heresia querermos chegar ao espiritual e ao eterno sem passar pelo material e histórico.

Essa história real está mergulhada no pecado, por meio de

ações que querem impedir ou até, se pudessem, destruir o advento do Reino. Na realidade social do mundo rural é isso que nós chamamos de conflito. O conflito social é, teologicamente falando, a expressão de um choque mais profundo entre um uso participativo e democrático dos bens da terra e a apropriação indevida, por parte de um pequeno grupo, de uma riqueza que Deus deixou para todos.

Por meio da presença de leigos, pastores, religiosos e bispos nestes conflitos, a Igreja é fiel à sua missão na história. A pesquisa da CPT sobre a violência no campo revela que as nossas igrejas têm setores bem encarnados na história conflitiva dos trabalhadores rurais. É, por isso, normal que os termos que indicam a violência contra os trabalhadores sejam os mesmos que indicam a violência contra agentes de pastoral: seqüestro, ameaça de morte, ferimentos, intimidação, tentativa de assassinato, torturas físicas, lesões corporais, violação de domicílio, prisão ilegal, etc. (Quadros nºs 10 e 11).

Numa sociedade organizada contra a justiça, religiosas são seqüestradas, bispos caluniados e pastores presos ilegalmente (como aconteceu com Jesus Cristo e com seus apóstolos). A quem estranhar estes sinais, lembramos a palavra do Senhor: “Feliz quem não se escandalizar comigo”. (Mat. 11,6).

Apesar de nem sempre isso ser reconhecido, e, mesmo com limitações e erros humanos, estes irmãos e irmãs consagrados à causa dos trabalhadores rurais estão, pela sua vida e testemunho, contribuindo fortemente com a fé no Evangelho, a esperança nas promessas de salvação e um amor que chega ao martírio.

Também em relação às críticas feitas à CPT, nos arriscamos a dizer que, se a mesma dureza fosse usada para julgar todas as atividades das igrejas, talvez sobrariam poucas pastorais e poucas dioceses.

1.2 - A Experiência da Fé no meio do conflito

Para a maioria dos trabalhadores rurais, a força para lutar e resistir em meio a tantos conflitos e sofrimentos vem da sua fé cristã e da participação eclesial.

A cultura popular une de tal modo o olhar da fé a todos os aspectos da vida que, nas perseguições e repressões, as comunidades sempre ligam esta sua experiência com os textos bíblicos que descrevem os sofrimentos dos profetas e das comunidades do povo de Deus. Assim, parece um relato bíblico a narração que Fr. Adolfo, Fr. Estêvão e Fr. José fizeram dos acontecimentos no Centro dos Aguiar (MA). Eis algumas frases do relato que podemos intitular:

LAMENTAÇÕES DO POVO DO CENTRO DOS AGUIAR

O Cristo está sofrendo no Aguiar.
Crucificado no lenho injusto.
Tem aqueles que blasfemam dizendo:
“Onde está o teu Deus?”
Tem aqueles que se calam com medo.
Tem aqueles que choram debaixo da cruz.
O povo está foragido, dormindo no mato.
O povo não come, é anjo.
O terror governa a rua.
Onde viviam 200 famílias, agora só cabe uma.
Onde havia a igreja, ficou a fazenda do Adelino Barbosa.
A lagoa que servia a todos,
passou a ser um açude da fazenda.
A rua, que era passagem livre,
foi cortada por um cancelão.
Faz três domingos que o povo não pode rezar.
Os nossos torturadores zombavam:
“Por que não abrem a igreja?
O padre não vem para celebrar missa?
Vai buscar a chave da igreja e traga a bíblia
prá nós fazer uma reza”.
De noite a polícia fica curiando ao redor da capela.
Os soldados vêm perto da igreja e ficam olhando.
Nossa casa de oração foi profanada pelas balas dos
pistoleiros.
Até sacerdotes e profetas andam com cuidado
perseguidos por capangas.
Tentaram roubar o direito de viver.
Mas este direito está guardado junto de Deus.

A opinião pública brasileira e mundial só em poucos casos toma conhecimento desta perseguição violenta, sistemática e feita profissionalmente.

É uma perseguição que atenta contra a vida das comunidades, no plano político e social, mas também no nível eclesial e religioso.

Talvez esta afirmação se compreenda no sentido da perseguição aos agentes de pastoral. De fato, igrejas como Bacabal (e poderíamos citar outras como Xingu, Roraima e Chapecó) têm sido atingidas em todos os níveis. A perseguição cai sobre as pessoas do bispo, padres, religiosas e leigos de base.

Mas é uma perseguição religiosa que, além das pessoas, atinge também os símbolos e elementos da religião do povo. Impedem comunidades de se reunirem para os cultos e reprimem manifestações da piedade popular. Invadem e destroem capelas como na fazenda Boa Vista, município de São Felipe-BA (uma capela de mais de 100 anos) e em Medicilândia-PA (a polícia deu proteção ao trator que derrubava a igreja). Em Bacabal (MA), ateiam fogo à casa de oração da Diocese e em Ariquemes (RO) queimam a residência das irmãs.

É importante que os setores da hierarquia católica mais sensíveis para defender a liberdade quando um governo restringe o ensino religioso, se dêem conta de que, no Brasil, muitas comunidades sofrem verdadeira restrição à sua liberdade religiosa e precisam se arriscar para viver a expressão eclesial da fé.

“Sobre certas situações conjunturais que hoje estamos vivendo na igreja, poderíamos dizer que está na hora – para o bem dos pobres e da mesma igreja – de rever com serenidade, com verdade e com justiça esta situação anômala de que os grupos das igrejas, mais comprometidos e perseguidos, são olhados com suspeita ou até julgados a priori. Isso impede de reconhecer e de aceitar com espírito agradecido que estes setores da Igreja, com todas as suas limitações e erros, estão produzindo muita esperança, muito amor e muito martírio” (John Sobrino: “Os Seis Jesuítas de El Salvador”).

Nas Igrejas antigas os mártires eram as testemunhas vivas do Cristo que sofreram perseguições pela causa da fé e do Reino.

“O que faz o mártir não é o tipo de morte. É a causa pela qual ele dá a vida” (Stº Agostinho).

Estes conflitos no campo fazem destas comunidades irmãs um povo de mártires.

2. O MOVIMENTO SINDICAL: NOSSAS LIDERANÇAS DEVEM VIVER

Fala-se muito hoje da crise que o movimento sindical está atravessando nos sindicatos de base, na Contag e na CUT. O sindicalismo mais autêntico está procurando, com dificuldade, um caminho que o ajude a responder aos novos desafios que os trabalhadores rurais encontram em relação à pequena produção, à manutenção da terra, aos assalariados permanentes e sazonais, à ligação das lutas do campo e da cidade, etc... Há setores do movimento sindical que não ligam com problema nenhum e, para eles, do jeito que está, está bom



demaís. O avanço, porém, das lutas dos trabalhadores está reduzindo sempre mais o espaço da “pelegada”.

Nossa pesquisa registrou a presença e o tributo que o sindicalismo pagou na luta pela terra em 89: 5 sindicalistas foram assassinados, 7 sofreram atentados e uns 20 foram ameaçados de morte (Quadros 9, 10 e 11).

Diante destes números constatamos que muitos sindicalistas estão levando a sério o compromisso com sua classe e estão dispostos a levar este compromisso até o fim, custe o que custar. Devemos, porém, refletir seriamente como defender e garantir a vida das nossas lideranças: se uma for assassinada, precisamos de vários anos para fazer outra! Cada companheiro vivo é importante e insubstituível nas suas tarefas. Não podemos dar o braço a torcer: nossos inimigos sabem muito bem que, sem liderança, nenhum movimento popular se sustenta. Por isso, quando um amigo sofrer alguma ameaça, sua defesa e sua segurança devem ser assumidas, pela organização toda.

LÍDERES SINDICAIS ASSASSINADOS EM 1989

Vicente Cavalcante Holanda – Tauá-CE;

Verino Sossai – Pedro Canário-ES;

Valdício Barbosa dos Santos – Pedro Canário-ES;

José Rocha Moraes – S. L. Gonzaga-MA;

Raimundo Nonato da Silva – Rondonópolis-MT.

3 - SOLIDARIEDADE

É altamente encorajadora a crescente solidariedade que os lavradores brasileiros estão encontrando na cidade e até em outros países.

A morte de Chico Mendes, no final de 88, chocou o mundo e despertou novas formas de solidariedade. E uma nova percepção das relações campo-cidade (a nível do Brasil) e Norte-Sul (a nível mundial). Surgiu a consciência da interdependência que está multiplicando ONGs dedicadas à questão da Amazônia e à ecologia.

A ameaça da Eletronorte construir a Hidrelétrica de Cararaó (depois batizada de Belo Monte), no Rio Xingu (PA), provocou um grande encontro de lideranças indígenas em fevereiro (Altamira-PA) que conseguiram amplo apoio internacional. A imagem do facão de Tuíra lambendo o rosto do engenheiro da Eletronorte tornou-se símbolo da resistência indígena.

Em 89, a PAX CHRISTI Internacional divulgou em 6 línguas o livro “Conflitos de Terra no Brasil” – relatório de sua delegação internacional que visitou o campo em 88. As conclusões foram oficialmente apresentadas à ONU e ao Banco Mundial.

Em junho, chegou a Belém uma Comissão Internacional de Juristas e do Centro para a Independência de Juizes e Advogados (órgãos ligados à ONU) para acompanhar os processos das mortes dos advogados, no Pará, João Carlos Batista, Paulo Umbelino, Gabriel Pimenta e Paulo Fontelles.

Em agosto realizou-se, em São Paulo, a Terceira Sessão do Tribunal dos Crimes do Latifúndio para julgar os assassinatos de Wilson Pinheiro-AC (21.07.80), Margarida Alves-PB (12.08.83) e Carlos da Silva-SP (03.07.82). Personalidades dos Estados Unidos, Canadá, Espanha, França, Argentina e Peru apoiaram a realização do Tribunal que denunciou a impunidade e moralmente condenou os assassinos, exigindo que os processos sejam reabertos com as novas provas que foram agora reunidas.

A Anistia Internacional realizou neste ano duas campanhas contra a violência no campo no Brasil. A 1ª focalizou os acontecimentos do Centro dos Aguiar (Lago do Junco-MA), com muitas cartas ao governador Cafeteira, que manifestou às entidades maranhenses profunda irritação pela divulgação dos fatos. A 2ª campanha reuniu mais de 300 cartas e abaixo-assinados sobre os crimes no ES.

Dentro do Brasil, a solidariedade passa pelas entidades dos trabalhadores, partidos populares, parlamentares e igrejas (Romarias da Terra). Neste ano houve expressões novas: pequenos proprietários que fazem manifestação apoiando a ocupação da fazenda Caldato (SC); comércio e Prefeitura de Itaquiraí (MS) que exigem a desapropriação da fazenda Itassul, depois de sua ocupação pelos sem terra, pois estes “irão revitalizar a economia municipal”; a Câmara Municipal de Santo André (SP) que se manifestou muitas vezes em apoio à Reforma Agrária; as greves de fome no Espírito Santo e em Porto Alegre. A CNBB, através da Presidência ou da Linha 6 (Ação Social), muitas vezes se posicionou sobre fatos concretos e procurou suscitar a solidariedade das pastorais.

A CNRA mudou sua estrutura em 89. Quase 70 entidades urbanas participam de suas atividades e nela buscam inspiração para incluir a luta pela terra em sua programação.

A CPT assumiu como tarefa sua ser solidária e ao mesmo tempo despertar a solidariedade das igrejas e de outras entidades em relação às lutas no campo. Além de estar presente em muitos acontecimentos, a CPT repassa constantemente informações, encaminha pessoas e entidades que querem investigar mais os acontecimentos e procura suscitar campanhas para que outras entidades se posicionem a favor das lutas pela terra e contra a violência.

QUADROS

1 - Quadro Geral dos Conflitos em 1989

Tipo	Nº de Conflito	Pessoas Envolv.	Ha Conflit.	Mortos Assassín.	Acident. de Morte	Ameaç. de Morte	Tentat. Assas.
Terra	500	192.533	14.480.254	56	—	134	100
Trabalhista	66	343.980	*	09	03	18	03
Total	566	536.513	14.480.254	65	03	152	103

* Para os conflitos trabalhistas não se leva em conta os hectares, e sim as relações de trabalho. (Contabilizamos 167.741 ha nesse tipo de conflito).

Fonte: Arquivo CPT Nacional

2 - Quadro Geral das Questões em 1989

Tipo	Nº de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Hectares Conflitivos	Assassinatos
Sindical	08	—	—	—
Seca	06	950	—	01
Polít. Agrícola	02	56.000	300.000	—
Total	16	56.950	300.000	01

Fonte: Arquivo CPT Nacional

3 - Quadro Comparativo: Conflitos (de 1985 a 1989)

Tipos de Conflitos	1985	1986	1987	1988	1989
TERRA					
Nº Conflitos	636	634	582	621	500
Nº Assassín.	125	105	109	93	56
Pessoas Env.	405.456	594.448	667.177	403.733	192.533
Ha Conflit.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254
TRABALHISTA					
Nº Conflitos	76	95	109	59	66
Nº Assassín.	14	17	24	09	09
Pessoas Env.	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980
TOTAIS					
Nº Conflitos	712	729	691	680	566
Nº Assassín.	139	122	133	102	65
Pessoas Env.	564.641	797.969	984.583	687.513	536.513
Ha Conflit.	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897	14.480.254

Fonte: Arquivo CPT Nacional



CPT — CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL — 1989

5 - Brasil 89: Estados e Regiões

4 - Quadro Comparativo: Questões (de 1985 a 1989)

SINDICAIS

Anos	1985	1986	1987	1988	1989
Conflitos	13	08	10	10	08
Pessoas Env.	-	-	500	-	-
Assassinatos	-	-	-	01	-

SECA

Conflitos	09	-	53	42	06
Pessoas Env.	1.400	-	50.420	239.000	950
Assassin.	-	-	01	-	01

POLÍTICA AGRÍCOLA

Conflitos	-	-	17	15	02
Pessoas Env.	-	-	318.627	1.053	56.000
Assassinatos	-	-	04	-	-

Fonte: Arquivo CPT Nacional

Estado	UF	Extensão Km²	População Pessoas estim. 89por km²	
Região Norte				
Acre	AC	152.589	406.800	2.66
Amazonas	AM	1.564.445	1.948.500	1.24
Amapá	AP	140.276	248.100	1.76
Pará	PA	1.248.042	4.862.800	3.89
Rondônia	RO	243.044	1.057.200	4.34
Roraima	RR	230.104	116.800	0.50
Tocantins	TO	286.706	1.100.000	3.84
Subtotal		3.865.206	9.740.200	
Região Nordeste				
Alagoas	AL	27.731	2.381.500	85.87
Bahia	BA	561.026	11.304.400	20.14
Ceará	CE	148.016	6.356.100	42.94
Maranhão	MA	328.663	5.181.800	15.76
Paraíba	PB	56.372	3.200.400	56.77
Pernambuco	PE	98.281	7.238.300	73.64
Piauí	PI	250.934	2.616.900	10.42
Rio Grande do Norte	RN	53.015	2.277.700	42.96
Sergipe	SE	21.994	1.392.900	63.33
Subtotal		1.546.032	41.950.000	
Região Sudeste				
Espírito Santo	ES	45.597	2.476.800	53.31
Minas Gerais	MG	587.172	15.831.800	26.96
Rio de Janeiro	RJ	44.268	13.845.200	312.75
São Paulo	SP	247.898	32.361.700	130.54
Subtotal		924.935	64.515.500	
Região Centro-Oeste				
Distrito Federal	DF	5.814	1.803.500	310.19
Goiás	GO	355.386	3.742.100	10.53
Mato Grosso do Sul	MS	350.548	1.755.700	5.00
Mato Grosso	MT	881.001	1.678.100	1.90
Subtotal		1.592.749	8.979.400	
Região Sul				
Paraná	PR	199.554	8.935.200	44.77
Rio Grande do Sul	RS	282.184	9.026.700	31.98
Santa Catarina	SC	95.985	4.386.700	45.70
Subtotal		577.723	22.348.600	
Total		8.506.645	147.533.700	

Fonte: IBGE



6 - Conflitos de Terra em 1989 (Violência Contra a Pessoa)

Regiões	UF	Nº de Conflitos	Pessoas Envolvidas	HA Conflitivos	Assassinatos			Ameaça de Morte	Tentati- va de Assassi- nato	Lesões Corporais	Tortura- dos	Presos Ilegal- mente	Agredi- dos Fisi- camente	Desa- pareci- dos	Se- ques- trados	Impedi- dos de Ir e Vir
					Outros	Camp.	Índio									
NORTE	AC	40	6.995	2.052.552	-	-	-	12	05	-	-	-	-	-	-	-
	AM	06	-	194.558	-	-	03	-	01	-	-	-	-	-	-	-
	AP	01	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	PA	66	12.237	923.833	01	09	-	09	01	03	-	-	02	-	-	-
	RO	04	1.160	1.809.505	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-
	RR	06	*	7.347.810	-	-	-	02	-	-	-	32	04	-	-	-
	TO	34	6.396	138.639	-	01	-	14	06	01	-	05	01	02	-	-
SUBTOTAL		157	26.939	12.466.897	01	10	03	37	13	04	-	39	07	02	-	-
NORDESTE	AL	17	4.726	5.326	-	-	-	13	-	-	01	43	23	02	-	-
	BA	66	21.961	360.488	01	07	-	11	02	05	09	49	71	-	02	-
	CE	20	6.917	44.829	-	01	-	08	02	01	-	02	04	-	-	-
	MA	26	20.971	280.976	-	06	-	14	05	-	33	51	314	-	-	44
	PB	11	6.895	34.727	-	02	-	02	70	23	01	04	05	-	-	21
	PE	12	3.920	11.035	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-
	PI	06	1.410	34.638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	RN	01	600	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SE	07	7.175	6.831	-	-	-	-	-	-	-	18	01	-	-	-
SUBTOTAL		166	74.575	779.150	01	16	-	50	79	29	44	167	418	02	02	65
SUDESTE	ES	08	3.933	41.500	01	03	-	10	-	-	-	16	-	-	-	01
	MG	27	2.323	106.612	-	02	-	03	02	19	-	09	12	-	01	-
	RJ	11	6.119	12.264	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-
	SP	12	3.850	38.607	-	-	-	05	-	01	-	-	01	-	-	-
SUBTOTAL		58	16.225	198.983	01	05	-	19	02	20	-	25	13	-	01	01
SUL	PR	24	16.289	32.887	-	06	-	19	04	04	-	18	03	-	01	-
	RS	26	26.466	58.076	-	06	-	03	-	403	22	30	34	-	-	630
	SC	20	6.922	36.783	-	01	-	02	-	40	-	112	601	-	-	1.704
SUBTOTAL		70	49.677	127.746	-	13	-	24	04	447	22	160	638	-	01	2.334
CENTRO- OESTE	DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	GO	19	5.789	53.852	-	02	-	-	-	-	-	08	01	-	-	-
	MS	09	14.850	60.186	-	-	-	-	01	06	-	02	01	-	-	-
SUBTOTAL	MT	21	4.478	793.440	-	04	-	04	01	06	-	-	01	01	01	-
		49	25.117	907.478	-	06	-	04	02	12	-	10	03	01	01	-
TOTAL		500	192.533	14.480.254	03	50	03	134	100	512	66	401	1.079	05	05	2.400

* O número de pessoas envolvidas em RR é indeterminado

Fonte: Arquivo CPT-Nacional



7 - Conflitos de Terra em 1989 (Violência Contra Posse - Propriedade)

Regiões	UF	Nº de Conflitos	Famílias Envolvidas	HA Conflitivos	Despejo Judicial	Expulsão	Destruição de casas	Tentativa de expulsão	Ameaça de expulsão	Destruição de roças	Roubos
NORTE	AC	40	1.393	2.052.552	—	02	02	01	04	—	—
	AM	06	—	194.558	—	—	—	—	—	—	—
	AP	01	30	—	—	—	01	—	30	—	—
	PA	66	2.060	923.833	62	154	34	—	123	35	37
	RO	04	232	1.809.505	200	—	—	—	—	—	—
	RR	06	*	7.347.810	—	—	14	—	—	—	—
	TO	34	810	138.639	20	04	19	—	60	—	01
SUBTOTAL		157	4.525	12.466.897	282	160	70	01	217	35	38
NORDESTE	AL	17	702	5.326	—	300	—	—	105	—	—
	BA	66	4.368	360.488	90	261	14	176	889	90	91
	CE	20	881	44.829	300	—	01	—	—	01	—
	MA	26	4.147	280.976	90	350	63	132	130	—	—
	PB	11	319	34.727	21	150	22	40	151	40	—
	PE	12	444	11.035	150	—	—	400	—	—	—
	PI	06	282	34.638	—	—	06	—	—	—	—
	RN	01	120	300	—	—	—	—	—	—	—
	SE	07	533	6.831	250	—	30	800	63	63	—
SUBTOTAL		166	11.796	779.150	901	1.061	136	1.548	1.338	194	91
SUDESTE	ES	08	156	41.500	—	—	—	100	—	—	—
	MG	27	432	106.612	150	50	—	50	56	—	—
	RJ	11	820	12.264	01	—	—	38	—	01	—
	SP	12	650	38.607	165	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL		58	2.058	198.983	316	50	—	188	56	01	—
SUL	PR	24	2.808	32.887	90	—	—	—	—	—	—
	RS	26	4.573	58.076	488	530	30	—	500	—	—
	SC	20	1.374	36.783	20	—	—	—	700	—	—
SUBTOTAL		70	8.755	127.746	598	530	30	—	1.200	—	—
CENTRO-OESTE	DF	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	GO	19	1.155	53.852	150	—	—	—	63	—	—
	MS	09	2.970	60.186	790	41	—	—	—	—	01
	MT	21	895	793.440	70	—	70	—	181	70	—
SUBTOTAL		49	5.020	907.478	1.010	41	70	—	244	70	01
TOTAL		500	32.154	14.480.254	3.107	1.842	306	1.737	3.055	300	130

* O número de famílias envolvidas em RR é indeterminado.

Fonte: Arquivo CPT-Nacional



8 - Ocupações de Terra em 1989

UF	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	DATA	FAMÍLIAS	ORG. DOS TRABALHADORES
AL	Taquarana	Fazenda Lage	21/01/89	200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
AL	Jacuipe	Fazenda Boa Vista	01/05/89	120 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
AL	Chá Preta	Fazenda Jundiaf	04/09/89	300 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
BA	Prado	Fazenda Três Irmãos	20/02/89	300 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
BA	Alcobaça (ou Prado)	Fazenda Revesa	12/02/89	600 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
BA	Prado	Faz. Sapucaeira	11/02-09/03- /04/89	200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
BA	Itiúba	Faz. Cacatinga e Sítio do Meio	/05/89	300 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
BA	Esplanada	Fazenda Terra Santa	31/07/89	150 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
BA	Itiúba	Fazenda Estação Experimental	/07/89	300 famílias	Org. espontânea (ex-empr. da Cia.)
BA	Camamu	Fazenda Mariana	16/05/89	100 famílias	
BA	Saúde	Fazenda Ponta da Serra	28/08/89	90 famílias	Gr. apoiado p/STR de Saúde
BA	Camamu	Fazenda Sodocal	14/05/89	200 famílias	
BA	Itacaré	Fazenda São João	/ /89	Famílias	Grupo espontâneo
CE	Quixadá	Faz. S. João dos Carneiros	05/07/89	30 famílias	Grupo de posseiros
CE	Quixadá	Fazenda Touro	/08/89	300 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
CE	Quixeramobim – Madalena	Faz. Reunidas São Joaquim	25/05/89	300 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
ES	Pedro Canário	Fazenda Ipueira	04/06/89	100 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
ES	Barra de S. Francisco	Fazenda Santos Dumont	06/05/89	26 famílias	
GO	Goiás	Fazenda Europa	27/08/89	75 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
GO	Guapó	Fazenda Palmeiras	28/10/89	150 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
MA	Santa Luzia	Fazenda Matary	14/08/89	20 famílias	Grupo de ex-posseiros
MA	Santa Luzia	Fazenda Lago Azul	/05/89	300 famílias	Posseiros
MA	Imperatriz	Fazenda Jussara	27/08/89	200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
MA	Estreito	Fazenda Três Pontes	17/07/89	200 famílias	Ex-posseiros apoiados p/FETAEMA



8 - Ocupações de Terra em 1989

continuação

UF	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	DATA	FAMÍLIAS	ORG. DOS POSSEIROS
MA	Vitória do Mearim	Fazenda Diamante Negro	05/07/89	500 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
MA	Estreito	Fazenda Serafim	/ / 89	70 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
MG	Santa Vitória	Fazenda Cruz e Macaúbas	23/06/89	18 famílias	Grupo de posseiros org. através do STR
MG	Montes Claros	Fazenda Buriti	19/06/89	22 famílias	Grupo de posseiros org. através do STR
MG	São Romão	Fazenda Brejo Verde	03/03/89	50 famílias	Posseiros c/apoio da FETAEMG
MG	Teófilo Otoni	Fazenda Bela Vista	18/08/89	84 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
MG	Bonfinópolis	Fazenda Mamoneiras	15/07/89	150 famílias	Posseiros
MG	Bonfinópolis	Faz. Saco do Rio Preto	15/07/89	Famílias	Posseiros
MS	Itaquari	Fazenda Itassul	13/02-15/02-14/06/89	1.200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
MS	Bataiporan	Faz. Mercedina, S. Luiz e S. João	06/11/89	750 famílias	Ex-arrendatários
MS	Itaquiraí	Fazenda Tamacavy	09/10/89	40 famílias	
MS	Jalef	Ocupação da Faz. Sta. Lúcia	11/10/89	600 famílias	
PA	Itaituba	Gleba Arraia	22/05/89	192 famílias	Organizadas através do STR
PA	Xinguara	Ocupação – Vila Rio Vermelho	31/08/89	33 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PA	Paragominas	Col. Nova Tupy/Faz. Swift	/01/89	11 famílias	Posseiros
PA	Conceição do Araguaia	Fazenda Marreca ou Prata	/01/89	6 famílias	Grupo espontâneo
PA	Xinguara	Fazenda Mutamba	31/08/89	33 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PB	Itabaiana	Faz. Santa Clara Primeira	14/03/89	80 famílias	
PB	Bananeiras	Fazenda Sapucaia	07/04/89	150 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PB	Esperança	Fazenda Maniçoba	/09/89	200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PE	Cabo	Complexo Industrial Suape	19/06/89	400 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PI	São João do Piauí	Fazenda Marrecas	09/06/89	125 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PR	Querência do Norte	Fazenda Florão	16/08/89	90 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PR	Cantagalo	Fazenda Rincão do Bicho	26/08/89	300 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)



8 - Ocupações de Terra em 1989

continuação

UF	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	DATA	FAMÍLIAS	ORG. DOS POSSEIROS
PR	Telemaco Borba	Fazenda Guanabara	26/08/89	100 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PR	Catanduvas	Fazendas Caldato e Badotti	26/08/89	400 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PR	Castro	Fazenda Geosul	27/08/89	200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PR	Londrina	Faz. Sta. Tereza/Faz. Serraria	20/02/89	67 famílias	Comunidade de posseiros
PR	Mangueirinha	Fazenda Lagoa	26/08/89	500 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
PR	Alto Paraná – Paraguai	Faz. Mario Abdo Benitez	08/03/89	57 famílias	
RO	Espigão D'Oeste	Gleba Corumbira/Faz. Seringal	25/06/89	200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Julio de Castilhos	Faz. da Ramada	03/02/89	70 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Salto do Jacuí	Fazenda Santa Elmira	09/03/89	500 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Jóia	Fazenda São José	08/06/89	30 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Três Palmeiras	Fazenda Jacaré	13/08/89	108 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Capela de Santana	Fazenda Capela	04/08/89	170 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Charqueadas	Faz. Charqueadas/Col. Pen. Agr.	04/08/89	70 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Passo Fundo	Fazenda Boa Vista	05/09/89	58 famílias	2 grupos: Um ligado ao MST
RS	Cruz Alta	Fazenda Bacaraf	19/09/89	500 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Ronda Alta	Granja Arvoredo	19/09/89	180 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
RS	Condor	Granja das Tunas	28/11/89	9 famílias	
SC	Caçador	Fazenda Taitalo	23/05/89	112 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SC	Lebon Regis	Área de 150 hectares	17/05/89	54 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SC	Caçador		23/05/89	80 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SC	Palma Sola	Fazenda Caldato	12/06-14/06-04/09/89	760 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SC	Palma Sola	Fazenda São Vicente	04/09/89	500 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SC	Abelardo Luz	Fazenda Santa Rosa	04/09/89	200 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SC	Fachinal dos Guedes	Fazenda Santa Úrsula	/08/89	20 famílias	



CPT – CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL – 1989

8 - Ocupações de Terra em 1989

continuação

UF	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	DATA	FAMÍLIAS	ORG. DOS POSSEIROS
SE	Pacatuba	Fazenda Cuirí	05/02/89	800 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SE	Riachuelo	Fazenda Tinguf	10/05/89	220 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SE	Malhador e Sta. Rosa de Lima	Fazenda Pinguf	11/05/89	220 famílias	Mov. dos Trab. Rur. Sem Terra (MST)
SP	Castilho	Fazenda Pendengo	27/01/89	130 famílias	Grupo apoiado pela CPT
TO	Couto Magalhães	Santa Vitória	/05/89	13 famílias	
TO	Itaguatins	Fazenda Babilônia	/05/89	7 famílias	
TO	Itaguatins	Faz. Reis ou Alto da Cruz	/02/89	20 famílias	Grupo ligado ao STR e apoiado p/CPT
TO	Axixá	Povoado Morada Nova	/04/89	10 famílias	

9 - Assassinatos em 1989

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
01	AM	1 Índio Korubo		03/09/89	B.Const./At. do N		
02	AM	1 Índio Korubo		03/09/89	B.Const./At. do N		
03	AM	1 Índio Korubo		03/09/89	B.Const./At. do N		
04	BA	1 Osmundo G. Ferreira	Trabalhador Rural	15/03/89	Itoioró	Nestor Miranda, 2 homens	Fazendeiro Pistoleiros
05	BA	1 Sinfloriano P. Oliveira	Peq. Proprietário	/ / 89	Guaratinga	Osvaldo A. Teixeira, Joselito Palma Santos	Fazendeiro Pistoleiros
06	BA	1 José Carlos C. Santo	Funcionário público	15/03/89	S.M. das Matas	12 pistoleiros	Pistoleiros
07	BA	1 Valdete Pereira Dias	Peq. Proprietário	30/01/89	B. Jesus da Lapa	Francisco Estêvão da Silva	Pequeno Proprietário
08	BA	1 José Vicente dos Santos	Posseiro	/06/89	Camamu	Pistoleiros	Pistoleiros
09	BA	1 Edgar de Souza	Camponês	29/01/89	Dias D'Ávila	Nilo Pereira de Souza	Fazendeiro/Ent. patronal
10	BA	1 Sebastião M. dos Santos	Camponês	12/06/89	Ipiaú	Aurino José Luz, Azanias Fernandes Santos	Pistoleiros Fazendeiro



9 - Assassinatos em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
11	BA	1 Perino Moreira Jordão	Posseiro	29/08/89	Lençóis	Mário/Pistoleiros	Fazendeiro
12	CE	1 Vicente C. Holanda	Dirig. do Mov. Sind.	16/03/89	Tauá	Francisco Monteiro Alves	Pistoleiros
13	CE	1 Francisco V.A. Oliveira	Trabalhador Rural	02/01/89	Capistrano	Francisco Alves Morais	Pistoleiros
14	ES	1 Germiniano F. Souza	Camponês Sem Terra	02/02/89	P.Canár./S.Mat.	Pistoleiros	Pistoleiros
15	ES	1 Paulo D. Tristão	Político	19/06/89	Pedro Canário	Ruban Banhos/Elpidio Coelho	Pistoleiros
16	ES	1 Verino Sossai	Dirig. do Mov. Sind.	19/07/89	Pedro Canário	4 homens	Pistoleiros
17	ES	1 Valdcio B. dos Santos	Dirig. do Mov. Sind.	12/09/89	Pedro Canário		
18	GO	1 Wilson da Silva	Parceiro-meeiro	30/01/89	Itaberaí	Gerente "Lau" e seu capanga	Cap., ger., adm. da faz./pistol.
19	GO	1 João Carlos Francisco	Presidente STR	05/02/89	Doverlândia	Manoel M. Paniago/Valdemar	Fazendeiro
20	MA	1 Raimundo Procópio	Posseiro	23/08/89	Grajaú		
21	MA	1 Eurico Paulo dos Santos	Posseiro	23/08/89	Grajaú		
22	MA	1 Maria B. Pinheiro	Posseira	07/11/89	Grajaú		
23	MA	1 José Rocha Moraes	Dirig. do Mov. Sind.	27/07/89	S.L.Gonzaga		
24	MA	1 Ananias G. do Nasc.	Peq. Proprietário	29/09/89	Rosário, Anaj. e Sta. Rita		
25	MA	1 José Pereira	Posseiro	29/06/89	Vitória do Mearim		
26	MG	1 Donato Cardoso	Posseiro	01/07/89	São Francisco	09 pistoleiros/Renato	Pistoleiros
27	MG	1 José Oliveira	Peq. proprietário	19/06/89	Januária	Messias Cunha, Capangas de Messias Cunha	Fazendeiro Capataz, gerente, adm. da faz.
28	MT	1 Raimundo N. da Silva	Dirig. do Mov. Sind.	10/06/89	Rondonópolis	Pessoas não identificadas	
29	MT	1 Assis Vieira de Souza	Posseiro	22/06/89	Pedra Preta	Ademir Salvador Dograio, Jerônimo Mendonça	Fazendeiro "Funcionário da fazenda"
30	MT	1 Atemar Resende	Posseiro	23/06/89	Paranatinga	Dois homens desconhecidos	
31	MT	1 "Cuiabano"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
32	MT	1 "Fuscão"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
33	MT	1 Oswaldo	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
34	MT	1 "Paulista"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		



CPT - CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL - 1989

9 - Assassinatos em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
35	MT	1 "Mineiro"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
36	MT	1 Herculano P. S. "Piauf"	Posseiro	10/02/89	P. Alegre do N	Luziano, Helio (filho de Besaf), Antonio B., William, Antonio	Fazendeiro Fazendeiro
37	PA	1 Moacir de Souza	Trabalhador Rural	04/04/89	S. Cruz do Arari	Pistoleiros, Arthur Prantera Lobato, Paulo Matos	Pistoleiros Fazendeiro Fazendeiro
38	PA	1 Baiardo Medeiros	Trabalhador Rural	04/04/89	S. Cruz do Arari	Pistoleiros, Arthur Prantera Lobato, Paulo Matos	Pistoleiros Fazendeiro Fazendeiro
39	PA	1 Posseiro	Posseiro	10/05/89	Rio Maria	Pistoleiros	Pistoleiros
40	PA	1 Severino F. Oliveira	Posseiro	24/05/89	Rio Maria	Pistoleiro Braguinha	Pistoleiros Fazendeiro
41	PA	1 Raimundo N. Borges	Posseiro	17/09/89	C. do Araguaia		
42	PA	1 Henrique C. de Carvalho	Org. não govern.	02/11/89	Monte Alegre	Cícero Trindade da Costa, Azir da Mota/Nilton Rabelo	Pistoleiros Burguesia Agrária
43	PA	1 Manoel Batista Neves	Posseiro	02/05/89	Xinguara	Sobrinho de Elviro Arantes	Fazendeiro/UDR
44	PA	1 Posseiro desconhecido	Posseiro	/03/89	S.M. das Barreir.	"Negão", segurança de Carlito Carlito, Zé Vaqueiro, Salvador, Divino Modesto, João Gato, Antonio Leandro e filhos, Mané Gato, Pedro Parana, Carlito e Antonio Leandro	Pistoleiros Madeireiro Madeireiro Madeireiro Madeireiro
45	PA	1 Reginaldo O. Chagas	Peão da fazenda	19/09/89	Curionópolis	Clovis Souza, Pistoleiros da fazenda, Ademir R. O. e Brás O. Bueno	Capataz, gerente, adm. da faz. Pistoleiros Cap., ger., adm. da faz./faz.
46	PA	1 Miguel Capixaba	Posseiro	01/08/89	Xinguara	Pistoleiro não identificado	Pistoleiros
47	PA	1 Antonio Lopes da Silva	Posseiro	16/10/89	Xinguara		
48	PA	1 Paraná	Peão da fazenda	13/09/89	Xinguara	Chico Gato, Carlão e outros 2	"Gato"/Pistoleiros
49	PB	1 Severina R. da Silva	Trabalhador Rural	30/03/89	Conde	Severino Mariano de Sena	Fazendeiro
50	PB	1 Luzia de Brito	Camponesa Sem Terra	09/04/89	Bananeiras	20 policiais militares, Francisco de Assis, Tenente "Zequinha", 30 pistoleiros	Polícia Militar Delegado de Polícia Polícia Militar Pistoleiros
51	PR	1 João Pescador	Pescador	/03/89	Matinhos-Paran.		



9 - Assassinatos em 1989

continuação

52	PR	1 Flávio Ribeiro	Trabalhador Rural	15/02/89	Prudent./I.Mart.		
53	PR	1 Ezequiel de Oliveira	Trabalhador Rural	23/02/89	Prudent./I.Mart.		
54	PR	1 Aurelina de Carli Garcia	Peq. proprietária	12/06/89	Astorga		
55	PR	1 Eder de Carli Garcia	Peq. proprietário	12/06/89	Astorga		
56	PR	1 Luis Colatino de Almeida	Pequeno Arrendatário	09/01/89	Cascavel		
57	RO	1 José de Jesus Santos	Peão da fazenda	23/06/89	Ariquemes		
58	RO	1 Neusa de C. Almeida	Peã da fazenda	23/06/89	Ariquemes		
59	RS	1 Marisa Rocha	Camponesa Sem Terra	/02/89	Salto do Jacuí		
60	RS	1 Marcos Toledo	Componês Sem Terra	/02/89	Salto do Jacuí		
61	RS	1 Alexandre Battistelle	Camponês Sem Terra	/02/89	Salto do Jacuí		
62	RS	1 Jairo Rohde	Camponês Sem Terra	/02/89	Salto do Jacuí		
63	RS	1 Marcia Souza	Camponesa Sem Terra	/02/89	Salto do Jacuí		
64	RS	1 Manoel A. Malisque	Camponês Sem Terra	/02/89	Salto do Jacuí		
65	SC	1 Ivo Albani	Camponês Sem Terra	16/09/89	Palma Sola	400 sold. do BPM de Chapecó	Polícia Militar
66	TO	1 Pedro Alves da Silva	Posseiro	10/12/89	Araguatins	2 pistoleiros João H. Yano, Jair R. e Cobias	Pistoleiros Fazend./político(s)/G. Munic.

Fonte: CPT Nacional

10 - Vítimas de Tentativa de Assassinato em 1989

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
01	AC	1 Antonio Macedo	Dirig. do Mov. Sind. CNS	07/03/89	Cruzeiro do Sul	José da Silva, Pol. Civil Maurício Cordeiro	Fazendeiro Polícia Civil
02	AC	1 José R. do Nascimento	Governo Federal	17/05/89	Rio Branco	Adão L. de Albuquerque, José I. N. de Oliveira, Jorge Moura, Adaldisio da Silva Noronha	Pistoleiros Pistoleiros Madeireiro Capataz, gerente, adm. da faz.



CPT - CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL - 1989

10 - Vítimas de Tentativa de Assassinato em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
03	AC	1 Eng ^o Agr. G. Callegari	Governo Federal	17/05/89	Rio Branco	Adão L. de Albuquerque, José I. N. de Oliveira, Jorge Moura, Adaldisio da Silva Noronha	Pistoleiros Pistoleiros Madeireiro Capataz, gerente, adm. da faz.
04	AC	1 Paulo Benicá de Sales	Governo Federal	17/05/89	Rio Branco	Adão I. de Albuquerque, José I. N. de Oliveira, Jorge Moura, Adaldisio da Silva Noronha	Pistoleiros Pistoleiros Madeireiro Capataz, gerente, adm. da faz.
05	AC	1 Osmarino Amâncio	Dirig. do Mov. Sind.	06/04/89	Brasília e outros	Pessoas não identificadas	
06	AM	1 Antonio E. J. S. Coelho	Advogado	29/03/89	Manaus		
07	BA	1 Rosival B. de Santana	Dirig. do Mov. Sind.	09/02/89	Camamu	Marcelo Hlavnicka Gerente Luis Guarda de Seg. da faz. Polícia Gerente da fazenda	Fazendeiro Capataz, ger. adm. da faz. Pistoleiros Polícia Militar Capataz, gerente, adm. da faz.
08	BA	1 Juvêncio Alves de Souza	Relig. – Igr. Católica	31/10/89	Jacobina	Arlindo Caica	Fazendeiro/UDR
09	BA	1 Generaldo B. de Oliveira	Relig. – Igr. Católica	31/10/89	Jacobina	Arlindo Caica	Fazendeiro/UDR
10	CE	1 Posseiro	Posseiro	26/08/89	Quixadá	Pistoleiro de Luís Saldanha	Pistoleiros
11	CE	1 Dona Isabel	Posseira	06/09/89	Quixadá	2 homens armados	Pistoleiros
12	MA	1 D. Pascasio Rettler	Padre	29/08/89	Bacabal	10 pistoleiros	Pistoleiros
15	MA	3 posseiros	Posseiro	05/07/89	Lago do Junco	54 soldados	Polícia Militar
16	MA	1 Manoel Benedito	Posseiro	12/07/89	Lago do Junco	5 soldados – PM	Polícia Militar
17	MG	1 Pe. José de Anchieta	Padre	09/03/89	Bocaina de Minas	Fernando Arena, José Ailton Correa – 22 anos, Jairo Alves Diniz – 34 anos	Fazendeiro Pistoleiros Pistoleiros
18	MG	1 Carlos Benfica	Posseiro	06/05/89	Claro dos Poções		
19	MS	1 Jorge de O. Alves	Camponês Sem Terra	30/12/89	Bataiporan	Polícia Militar	Polícia Militar
20	MT	1 Raimundo N. da Silva	Dirig. do Mov. Sind.	/05/89	Rondonópolis		
21	PA	1 Raimundo N. Borges	Camponês Sem Terra	05/09/89	C. do Araguaia	Pistoleiro	Pistoleiros
22	PA	1 José Pereira	Peão da fazenda	13/09/89	Xinguara	Chico Gato, Carlão e outros 2	Int. de mão-de-obra/Pistol.
92	PB	70 trabalhadores rurais	Trabalhador Rural	30/03/89	Conde	Severino Mariano de Sena	Fazendeiro

10 - Vítimas de Tentativa de Assassinato em 1989

continuação

93	PR	1 Maurício F. Gutierrez	CPT	05/10/89	Campo Mourão		
94	PR	1 Atílio Machado	Trabalhador Rural	23/02/89	Prudent./I.Mart.		
95	PR	1 Eugênio	Camponês Sem Terra	24/02/89	Prudent./I.Mart.		
96	PR	1 Valdir V. da Silva	Dirig. do Mov. Sind.	10/01/89	Quedas do Iguaçu	José Branco dos Santos, Orlando Lopes Santana	"Funcionário da fazenda" "Funcionário da fazenda"
97	SP	1 Abel Barreto	Presidente STR	10/06/89	Rib.Preto/Camp.	Jandir	Fazendeiro/agroindústria
98	TO	1 Luiz Sobral	Dirig. do Mov. Sind.	19/01/89	S. Seb. do TO	3 pistoleiros	Pistoleiros
103	TO	5 posseiros	Posseiro	19/01/89	S. Seb. do TO	3 pistoleiros	Pistoleiros

Fonte: Arquivo CPT Nacional

11 - Ameaçados de Morte em 1989

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
01	AC	1 Antonio Luiz B. Macedo	CNS	12/02/89	Cruzeiro do Sul	Orley Camely (UDR)	Fazendeiro/UDR
02	AC	1 José R. do Nascimento	Governo Federal	/02/89	Rio Branco	Jorge Moura, Jorn. Benjamim Zegarra	Madeireiro Imprensa
03	AC	1 Altino Machado		20/05/89	Rio Branco	Pessoa não identificada	
04	AC	1 Gumerindo Rodrigues	CNS	/ /89	Xapuri e outros		
05	AC	1 Gilson Pescador	CNS	/ /89	Xapuri e outros		
06	AC	1 Julio Barbosa	CNS	/ /89	Xapuri e outros		
07	AC	1 Francisco Jinu	CNS	/ /89	Xapuri e outros		
08	AC	1 José Alves Mendes	CNS	/ /89	Xapuri e outros		
09	AC	1 Osmarino Amâncio	CNS	06/04/89	Xapuri e outros	Pessoas não identificadas	
10	AC	1 Raimundo M. Barros	CNS	/07/89	Xapuri e outros		
11	AC	1 Iliana Paiva Pinheiro		03/01/89	Brasileia-Xapuri	2 homens	
12	AC	1 Ilzamar Mendes		07/05/89	Xapuri		



CPT - CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL - 1989

11 - Ameaçados de Morte em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
13	AL	1 Ivan Brito de Assis	Mov. Trab. Sem Terra	29/08/89	Quebrangulo		
21	AL	8 pessoas não identificadas	Camponês Sem Terra	29/08/89	Quebrangulo		
22	AL	1 menor – Sem Terra	Camponês Sem Terra	29/08/89	Quebrangulo		
23	AL	1 menor – Sem Terra	Camponês Sem Terra	29/08/89	Quebrangulo		
24	AL	1 José Ferreira da Silva	Presidente STR	29/08/89	Chá Preta		
25	AL	1 Erivaldo	Presidente STR	29/08/89	Quebrangulo		
26	BA	1 José Moreira Cardoso	Pastor(a)	/ / 89	B. Jesus da Lapa	Fazendeiro	Fazendeiro
27	BA	1 Padre Juraci	Padre(s)	/06/89	Sento Sé		
28	BA	1 Jaime Amorim	Mov. Trab. Sem Terra	11/03/89	Prado	Polícia Militar Ten Berlink	Polícia Militar Polícia Militar
29	BA	1 Posseiro	Posseiro	/ / 89	Monte Santo	Elias Azeredo Pinto Jagunços	Fazendeiro Pistoleiros
30	BA	1 Perino Moreira Jordão	Posseiro	/ / 89	Lençóis	Mário	Fazendeiro
31	BA	1 Pe. José Hehenberger	Padre	06/11/89	Jacobina	Arlindo Caica	Fazendeiro/UDR
32	BA	1 Pe. Eugenio Molini	Padre	25/02/89	Andaraí	Guilherme – Delegado de Iaçú Fazendeiro Gustavo	Polícia Militar Fazendeiro
33	BA	1 Antonio Tamarri	Padre	/10/89	Saúde	Propr. da Faz. Ponta da Serra	Empresa Multinacional
34	BA	1 Joel Nunes Vieira	Posseiro	/ / 89	Jaguaripe	Alexandre Jaqueira	Fazendeiro
35	BA	1 Heráclito Arandas	Governo Municipal	04/09/89	Jaguaripe	Zita Rosana Costa	Fazendeiro
36	BA	1 Anatolio Altino da Silva	Posseiro	/ / 89	Iaçú	Pistoleiros Agostinho	Pistoleiros Capataz, gerente, adm. faz.
37	CE	1 Irmã Cleide Fontes	CPT	22/04/89	Quixadá		
38	CE	1 Antonio Airton	Político	08/08/89	Quixadá	Roberto Teixeira	Fazendeiro/UDR
39	CE	1 Padre Geovane	Padre	08/08/89	Quixadá	Roberto Teixeira	Fazendeiro/UDR
41	CE	2 Militão e José Mendes	Entidade Sindicais	08/08/89	Quixadá	Roberto Teixeira	Fazendeiro/UDR
42	CE	1 “Pequeno”	Posseiro	28/08/89	Quixadá	Pistoleiro	Pistoleiros
43	CE	1 José Auricio	Posseiro	19/09/89	Quixadá	2 pistoleiros	Pistoleiros



11 - Ameaçados de Morte em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
44	CE	1 Sebastião Inácio	Posseiro	19/09/89	Quixadá	2 pistoleiros	Pistoleiros
45	ES	1 João Ramalho	Mov. Trab. Sem Terra	/ /89	Pedro Canário	Fazendeiros	Fazendeiro
46	ES	1 José Rainha Jr.	Mov. Trab. Sem Terra	/ /89	Pedro Canário	Fazendeiros	Fazendeiro
47	ES	1 João Batista Marré	Mov. Trab. Sem Terra	/ /89	Pedro Canário	Fazendeiros	Fazendeiro
48	ES	1 Derli Casali	CPT	/06/89	Pedro Canário		
49	ES	1 D. Aldo Gerna	Bispo	09/06/89	Pedro Canário	Pessoas não identificadas	
50	ES	1 Joceni Zagotto	Rel.(s) – Igr. Cat.	20/07/89	Pedro Canário		
51	ES	1 Damião Sanchez	CPT	18/09/89	São Mateus		
52	ES	1 Vilmar Schneider	Pastor	17/09/89	Colatina		
53	ES	1 Jader Batista da Silva	Padre	17/09/89	Colatina		
54	ES	1 Osmar	Advogado(s)	17/09/89	Colatina		
55	GO	1 Adão Onofre Rosa	Presidente STR	13/01/89	C. do Rio Verde	João Soares da Silva	Fazendeiro
56	MA	1 José Mamedio	Posseiro	21/08/89	Santa Luzia		
57	MA	1 José Santos	Político	27/07/89	S.L. Gonzaga do	Maranhão	
58	MA	1 Pe. Osvaldo Martinho	Padre	/04/89	Rosário, Anajat. e Sta. Rita	Pessoa não identificada	
59	MA	1 Vicente Ferreira	Posseiro	23/06/89	Lago do Junco	Vidal e 20 soldados	Del. de Pol./Pol. Mil.
62	MA	3 Francisca, Luzinete, Júlia	Posseiras	17/07/89	Lago do Junco	Soldados da PM	Polícia Militar
64	MA	2 Madalena e Rita	Posseiras	17/07/89	Lago do Junco	Soldados da PM	Polícia Militar
65	MA	1 Pe. de Lago do Junco	Padre	18/07/89	Lago do Junco	Soldados da PM	Polícia Militar
68	MA	3 George M. + 2 comp.	Imprensa	29/09/89	Lago do Junco	PM e UDR Cap Moises Xavier e Sds. PM	Polícia Militar/UDR Polícia Militar
69	MA	1 Pe. Eider F. da Silva	Padre	23/09/89	Viana		
70	MG	1 José de A.M. Filho	Padre	/03/89	Bocaina de Minas	Fernando Arena	Peq.(s) Propr.(s)
71	MG	1 José M. dos Santos	Presidente STR	30/06/89	Miradouro	Faz. Agostinho – J. Paulo PFL	Fazendeiro/Político(s)
72	MG	1 Valdeci Alves Amaral		/01/89	Varzelândia		
73	MT	1 Pe. Duilio Liburdi	Padre	/04/89	Castanheira	Pessoas não identificadas	



11 - Ameaçados de Morte em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
74	MT	1 Atemar Resende	Posseiro	/ / 89	Paranatinga	Ambrosino de Tal	Fazendeiro
75	MT	1 Manoel	Posseiro	20/02/89	Porto Alegre do Norte	Luziano, Helio A. Beraba Wilian e Antonio	Fazendeiro Fazendeiro
76	MT	1 D. Pedro Casaldaliga	Bispo(s)	/08/89	S.F. do Araguaia		
77	PA	1 Ver. Arnaldo J. (PCB)	Político(s)	06/01/89	Belém		
78	PA	1 Dep. Valdir G. (PT)	Político(s)	06/01/89	Belém		
79	PA	1 Pedro Batista	Político(s)	18/01/89	Belém	4 desconhecidos	Pistoleiros
80	PA	1 Expedito R. de Souza	Presidente STR	/04/89	Con. do Araguaia	Faz. Dimas (Faz. Céu Azul)	Fazendeiro
81	PA	1 Juvenil Venturin Pontes	Posseiro	21/12/89	Medicilândia	Aginaldo, Zé Preto, Leontino Agenor José Biancardi	Pistoleiros Pistoleiros Legislativo Municipal
82	PA	1 Nilton Pontes	Posseiro	21/12/89	Medicilândia	Aginaldo, Zé Preto, Leontino Agenor José Biancardi	Pistoleiros Pistoleiros Legislativo Municipal
83	1	José A. de Paula	Presidente STR	02/08/89	Xinguara	Resp. não identificado	Pistoleiros
84	PA	1 Jorge Farias	Advogado(s)	02/08/89	Xinguara	Resp. não identificado	Pistoleiros
85	PA	1 Pe. Paulo Joanil	Padre(s)	03/05/89	Jacundá	2 pistoleiros	Pistoleiros
86	PB	1 Pe. Anastácio Ribeiro	Padre(s)	25/01/89	Conde	Severino Mariano de Sena	Fazendeiro
87	PB	1 Francisco Gomes	Posseiro	/01/89	Tacimã	Cap. PM Ref. Panta	Polícia Militar
88	PE	1 Maria do S. Silva	Org. não Govern.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
89	PE	1 Paulo Mesquita	Dir.(s) Mov. Sind.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
90	PE	1 Pombos	Dir.(s) Mov. Sind.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
91	PE	1 Elizete Barbosa	Dir.(s) Mov. Sind.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
92	PE	1 Vitória	Dir.(s) Mov. Sind.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
93	PE	1 Manoel Santos	Dir.(s) Mov. Sind.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
94	PE	1 Cecy Prestero	Org. não govern.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
95	PE	1 José Rodrigues	Dir.(s) Mov. Sind.	13/11/89	V.S. Antão/Mor.		
96	PE	1 Ismael Crispim	Presidente STR	/02/89	Surubim		



11 - Ameaçados de Morte em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
97	PE	1 Helena Martiniana	Trabalhador Rural	12/01/89	Á. Preta/Palmares	Cabo Daciso	"Funcionário da Fazenda"
98	PE	1 J. Borges	Relig. Igr. Cat.	15/02/89	Pesqueira	Fazendeiros	Fazendeiro
103	PE	5 familiares de J. Batista	Trabalhador Rural	12/02/89	Cabo		
104	PE	1 José J. de M. Filho	Entidade(s) Sindicais	/ /89	Recife e outros		
107	PR	3 trabalhadores Sem Terra	Camponês Sem Terra	17/02/89	Prudent./I.Mart.		
108	PR	1 Ezequiel de Oliveira	Trabalhador Rural	18/02/89	Prudent./I.Mart.		
109	PR	1 Nico	Trabalhador Rural	18/02/89	Prudent./I.Mart.		
110	PR	1 Caco	Trabalhador Rural	18/02/89	Prudent./I.Mart.		
111	PR	1 Genésio Bonato	Peq. Proprietário	/03/89	Prudent./I.Mart.		
112	PR	1 Fernando Bonato	Peq. Proprietário	/03/89	Prudent./I.Mart.		
113	PR	1 D. Albano Cavalin	Bispo	01/03/89	Prudent./I.Mart.		
114	PR	Pe. Dionisio Vanreser	Padre	01/03/89	Prudent./I.Mart.		
115	PR	1 Lia Francener	Rel. – Igr. Cat.	01/03/89	Prudent./I.Mart.		
116	PR	1 João Maria dos Santos	Prof. liberal	06/03/89	Prudent./I.Mart.		
117	PR	1 Vitório Delenga	Prof. liberal	06/03/89	Prudent./I.Mart.		
118	PR	1 Francisco Marochi	CPT	09/03/89	Prudent./I.Mart.		
119	PR	1 Rogério		31/03/89	Prudent./I.Mart.		
120	PR	1 Bernadete Valenga	Rel. – Igr. Católica	31/03/89	Prudent./I.Mart.		
121	PR	1 Pe. Albino (de Irati)	Padre	31/03/89	Prudent./I.Mart.		
122	PR	1 Tadeu Morkoviski	Camponês Sem Terra	31/03/89	Prudent./I.Mart.		
123	PR	1 Joanes Morkoviski	Presidente STR	31/03/89	Prudent./I.Mart.		
124	RJ	1 Edson Santana	Político	/01/89	Volta Redonda	Celso Pinto	Fazendeiro/UDR
125	RR	1 Julia Macuxi	Índia	12/02/89	Boa Vista		
126	RR	1 Gilberto Macuxi	Índio	12/02/89	Boa Vista		
127	RS	1 Pe. Paulo R. Ceriolo	Padre	11/03/89	Salto do Jacuí	Bgda. Militar Polícia Militar	



**CPT – CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL – 1989**

11 - Ameaçados de Morte em 1989

continuação

N.	UF	NOME	PROFISSÃO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
128	RS	1 Guy Leroy	Padre	02/04/89	Porto Alegre		
129	RS	1 Pe. Arnildo Fritzen	Padre	18/09/89	Ronda Alta	Adroaldo e Nelson Schenkel	Profissionais liberais
130	SC	1 Iraci Dallara	Camponês Sem Terra	/06/89	Palma Sola	Polícia Militar	Polícia Militar
131	SC	1 D. José Gomes	Bispo	/05/89	Chapecó	Grupo de Extrema Direita	Entidade patronal
132	SP	1 Rene Parren	CPT	27/01/89	Castilho	Serafim R. de Moraes	Fazendeiro
136	SP	4 Ílderes dos Sem Terra	Camponês Sem Terra	23/08/89	Andradina		
137	SP	1 Carlita Satou	Presidente STR	30/06/89	R. Preto, Camp.	Funcionários da Usina	Capataz, gerente, adm. da faz.
138	SP	1 filho de Carlita Satou		30/06/89	Rib. Preto, Camp.	Funcionários da Usina	Capataz, gerente, adm. da faz.
139	TO	1 Lourdes Lucia Goi	Política	11/12/89	Araguatins	José Pereira	Pistoleiros
140	TO	1 Geraldo G. Barbosa	FETAET	11/12/89	Araguatins	José Pereira	Pistoleiros
141	TO	1 Antonio P. dos Santos	Presidente STR	11/12/89	Araguatins	José Pereira	Pistoleiros
142	TO	1 Luis Moura (Didi)	Peq. Proprietário	11/12/89	Araguatins	José Pereira	Pistoleiros
143	TO	1 Luis Sobral	Dir. Mov. Sindical	11/12/89	Araguatins	José Pereira	Pistoleiros
144	TO	1 Daniel de P. da Silva	Posseiro	03/07/89	Araguatins	Raimundo do A. e Pistoleiros	Cap., ger., adm. da faz./Pist.
145	TO	1 João Carneiro	Posseiro	03/07/89	Araguatins	Raimundo do A. e Pistoleiros	Cap., ger., adm. da faz./Pist.
146	TO	1 Carlos Furlan	CPT	/01/89	S. Seb. do TO	Pistoleiros	Pistoleiros
147	TO	1 Francisco de S. Lima	Posseiro	12/01/89	S. Seb. do TO	Soldado PM	Polícia Militar
148	TO	1 José Ribamar M. Lima	Posseiro	12/01/89	S. Seb. do TO	Soldado PM	Polícia Militar
149	TO	1 João de Deus Soares	Posseiro	20/01/89	S. Seb. do TO	Políciais/Pistoleiros	PM/Pistoleiros
150	TO	1 Simão Martins do Val	Posseiro	20/01/89	S. Seb. do TO	Políciais/Pistoleiros	PM/Pistoleiros
151	TO	José Sérgio da Silva	Presidente STR	/06/89	C. Magalhães	Jerusé Pires Marinho	Fazendeiro
152	TO	1 Sebastião	Posseiro	/06/89	C. Magalhães	Jerusé Pires Marinho	Fazendeiro

Fonte: Arquivo CPT Nacional



CPT - CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL - 1989

12 - Casos de Trabalho Escravo em 1989

N.	UF	NOME	PROFISSAO	DATA	MUNICÍPIO	INDÍCIO DE AUTORIA	CATEGORIA
19	MA	19 Trabalhadores rurais	Trabalhadores Rurais	/03/89	Coroatá	Chico Galalau	Fazendeiro
39	MT	20 peões do corte da cana	Peões da fazenda	19/06/89	Porto Alegre do Norte	Amaro Salvino, Geraldo, Ezequiel Dois vigias	Capataz, gerente, Adm. da Fazenda Pistoleiros
40	MT	1 "Cuiabano"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
41	MT	1 "Fuscão"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
42	MT	1 Oswaldo	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
43	MT	1 "Paulista"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
44	MT	1 "Mineiro"	Peão da fazenda	/ /89	Aripuanã		
219	MT	175 trabalhadores	Peões da fazenda	/ /89	Aripuanã		
368	PA	149 peões	Peões da fazenda	16/01/89	Moju	Agromendes	Empresa Nac. Particular
369	PA	1 jovem trabalhador	Trabalhador rural	19/01/89	Moju	M.Trindade (Manoel Guarda)	Capataz, gerente, Adm. da faz.
370	PA	1 Reginaldo O. Chagas	Peão da fazenda	19/09/89	Curionópolis	Clovis Souza Pistoleiros da fazenda Ademir R. Oliveira e Bras O. Bueno	Capataz, gerente, adm. da faz. Pistoleiros
371	PA	1 José Carlos de Almeida	Peão da fazenda	19/09/89	Curionópolis	Clovis Souza	Capataz, gerente, adm. da faz.
411	PA	40 peões	Peões da fazenda	02/10/89	Curionópolis	Ademir Rodrigues de Oliveira Eduardo, Antonio, Sebastião José Ferreira e Clovis Souza	"Gato" – Int. de mão-de-obra Pistoleiros Pistoleiros
412	PA	1 João da Cruz Pereira	Peão da fazenda	02/10/89	Curionópolis	Ademir Rodrigues de Oliveira Eduardo, Antonio, Sebastião José Ferreira e Clovis Souza	"Gato" – Int. de mão-de-obra Pistoleiros Pistoleiros
413	PA	1 Paraná	Peão da Fazenda	13/09/89	Xinguara	Chico Gato, Carlão e outros 2	"Gato"/Pistoleiros
414	PA	1 José Pereira	Peões da Fazenda	13/09/89	Xinguara	Chico Gato, Carlão e outros 2	"Gato"/Pistoleiros
432	RJ	18 peões	Peão da Fazenda	02/89	Rio Bonito	Antonio Vieira (Português)	Fazendeiro
596	RJ	164 trabalhadores rurais	Peões da fazenda	26/06/89	Campos	Inácio M. e Luis R. Acioli	Agroind./cap., ger., adm. faz.
597	1	Adriana Justo Moraes	Peões da fazenda	/08/89	Campos	Jocielmo Moreira Martins	"Gato" – Int. de mão-de-obra

Fonte: Arquivo CPT Nacional



CPT – CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL – 1989

13 - Mortes de Bóias-Frias em 1989

N.	UF NOME	DATA	MUNICÍPIO
01	BA 1 Josilene R. de Oliveira	24/11/89	Mutufpe
02	BA 1 Argemiro	24/11/89	Mutufpe
03	BA 1 não identificado	24/11/89	Mutufpe
13	MG 10 bóias-frias	19/05/89	Itaguará
15	MG 2 bóias-frias	19/05/89	Teófilo Otoni
21	PE 6 bóias-frias	14/01/89	Vitória de Santo Antão
22	PE 1 bóia-fria	16/10/89	Nazaré da Mata
36	SP 14 bóias-frias	17/10/89	S. Oliveira e Nuporanga
39	SP 3 bóias-frias	06/09/89	Lucélia

Fonte: Arquivo CPT Nacional

14 - Bóias-Frias Feridos em 1989

N.	UF NOME	DATA	MUNICÍPIO
35	BA 35 bóias-frias	24/11/89	Mutufpe
73	MG 38 bóias-frias	28/04/89	Capinópolis/Canápolis. (entre)
74	MG 1 Osvaldo Rosa Ferreira	31/03/89	Santa Margarida
75	MG 1 Hélio Alves	31/03/89	Santa Margarida

N.	UF	NOME	DATA	MUNICÍPIO
76	MG	1 Cleber José da Silva	31/03/89	Santa Margarida
77	MG	1 José Vicente Leão	31/03/89	Santa Margarida
78	MG	1 Paulo Escrivam Mendes	31/03/89	Santa Margarida
79	MG	1 Julio Maria da Cruz	31/03/89	Santa Margarida
80	MG	1 Vicente de Paulo Magreste	31/03/89	Santa Margarida
81	MG	1 Edvaldo Geraldo de Souza	31/03/89	Santa Margarida
82	MG	1 Paulo Batista de Lima	31/03/89	Santa Margarida
83	MG	1 Francisco de Oliveira	31/03/89	Santa Margarida
84	MG	1 Adão Fontoura da Silva	31/03/89	Santa Margarida
85	MG	1 Hélio de Oliveira	31/03/89	Santa Margarida
86	MG	1 Adriano Alves de Oliveira	31/03/89	Santa Margarida
87	MG	1 José Martins de Oliveira	31/03/89	Santa Margarida
88	MG	1 José Jorge de Souza	31/03/89	Santa Margarida
89	MG	1 Djanirio Alves de Almeida	31/03/89	Santa Margarida
94	MG	5 bóias-frias	31/03/89	Santa Margarida
100	MG	6 bóias-frias	19/05/89	Teófilo Otoni
125	PE	25 bóias-frias	14/01/89	Vitória de Santo Antão
165	PE	40 bóias-frias	16/10/89	Nazaré da Mata
181	PR	16 bóias-frias	16/03/89	Terra Boa
225	PR	44 bóias-frias	10/05/89	São João do Ivaí

Fonte: Arquivo CPT Nacional



CPT - CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL - 1989

ANEXO 1 -

PNRA 1985-1989: METAS E REALIZAÇÕES

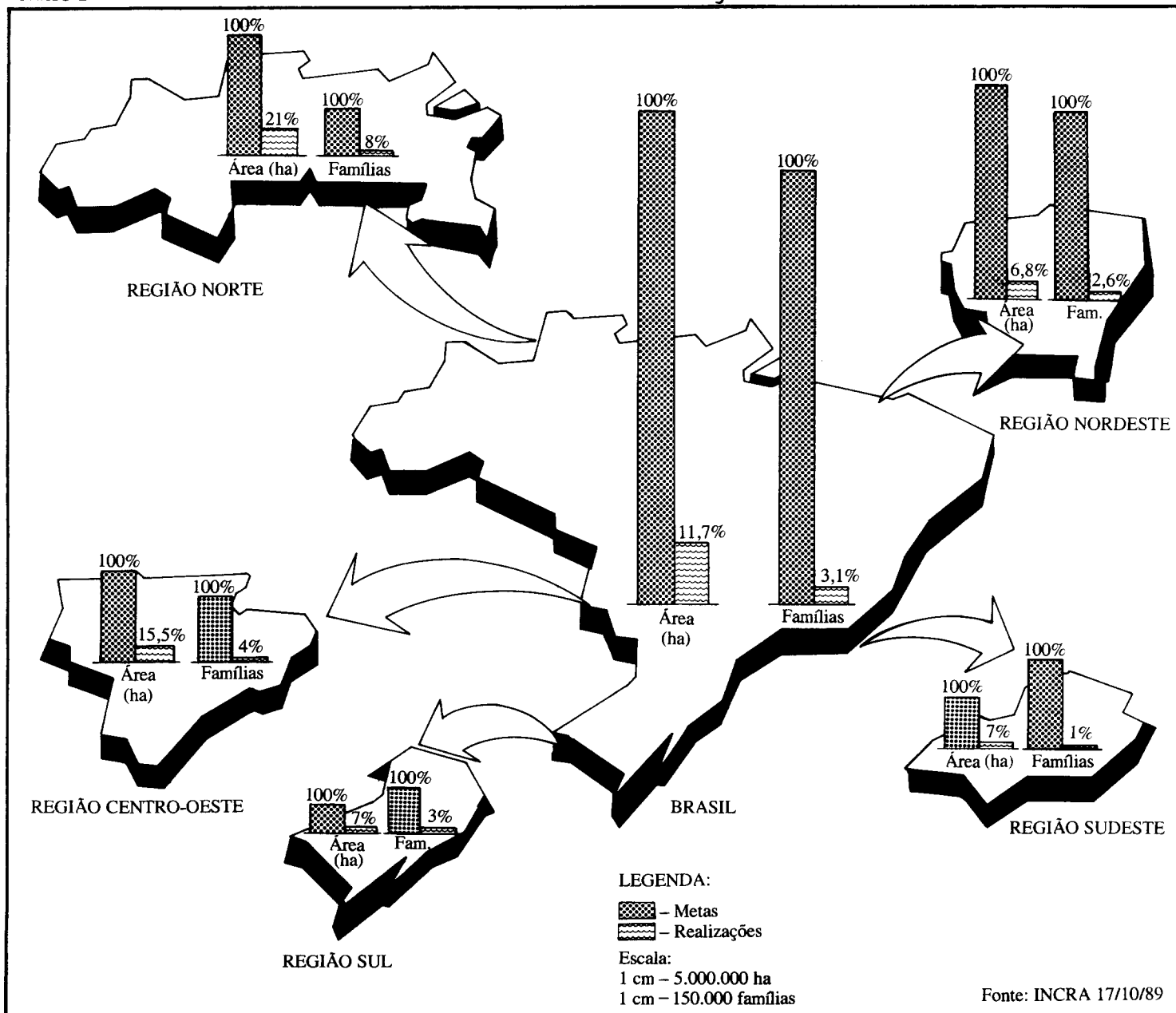
	UF	Desapopr. Meta (Hectares)	Desapopr. Realizadas (Hectares)	Nº Famílias a Serem Assent. (Meta)	Nº Famílias Realmente Assentadas
Norte	AC	590.000	231.678	8.200	430
	AM	2.230.000	293.596	31.000	938
	PA	5.420.000	1.116.014	75.200	4.233
	RO	1.530.000	480.411	21.300	5.057
	RR	230.000	0	3.200	230
Subtotal		10.000.000	2.121.699	138.900	10.888
Nordeste	AL	340.000	3.307	11.400	42
	BA	7.850.000	448.584	261.500	7.648
	CE	1.500.000	150.129	50.100	2.283
	MA	3.560.000	592.130	118.800	7.937
	PB	620.000	8.896	20.600	318
	PE	950.000	14.269	31.800	721
	PI	3.000.000	13.231	99.900	243
Subtotal		17.820.000	1.230.546	594.100	19.192
Sudeste	ES	290.000	8.506	18.700	350
	MG	2.160.000	196.946	138.400	931
	RJ	250.000	21.212	16.000	535
	SP	1.670.000	80.284	106.900	1.186
Subtotal		4.370.000	306.948	280.000	3.002
Sul	PR	1.210.000	86.066	77.900	1.942
	RS	550.000	16.356	35.100	540
	SC	420.000	56.343	27.000	1.805
Subtotal		2.180.000	158.765	140.000	4.287
Centro-Oeste	GO	4.520.000	331.013	125.500	3.664
	MS	1.480.000	132.582	41.200	496
	MT	1.510.000	709.593	41.900	4.249
Subtotal		7.510.000	1.173.188	208.600	8.409
Total		41.880.000	4.991.146	1.361.600	45.778

Fonte: INCRA 17/10/89

CPT - CONFLITOS NO CAMPO
BRASIL - 1989

GRÁFICO: METAS E REALIZAÇÕES DO PNRA

ANEXO 2 -



Quadro Comparativo por Microrregiões:

Conflitos de Terra (1987 - 1989) e Projetos de Reforma Agrária em Execução (1985-1989)

ESTADO DA BAHIA

Número total de conflitos de terra – 148 (indicado no gráfico com [D]

Número total de projetos de reforma agrária em execução – 37 (indicados no gráfico com 11)

ESTADO DO PARÁ

Número total de conflitos de terra – 158 (indicado no gráfico com [D

Número total de projetos de reforma agrária em execução – 33 (indicados no gráfico com u)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

[illegible]

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

[illegible]

Quadro Comparativo por Microrregiões:

Conflitos de Terra (1987 - 1989) e Projetos de Reforma Agrária em Execução (1985-1989)

ESTADO DE MATO GROSSO

Número total de conflitos de terra – 75 (indicado no gráfico com [])

Número total de projetos de reforma agrária em execução – 37 (indicado no gráfico com ii)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

Alto Araguaia	0
	i 1
Alto Guaporé	[1
	iiii 5
Alto Pantanal	[1
	i 1
Alto Paraguai	[2
	ii 2
Alto Teles Pires	[4
	i 1
Aripuanã	[13
	0
Canarana	[5
	iiiiii 10
Colíder	[7
	iii 3
Cuiabá	[2
	i 1
Jauru	[3
	iii 3
Médio Araguaia	[6
	0
Norte Araguaia	[15
	iiii 5
Paranatinga	[5
	i 1
Parecis	[3
	i 1
Rondonópolis	[7
	i 1
Tangará da Serra	[1
	i 1
Tesouro	0
	i 1

ESTADO DE MARANHÃO

Número total de conflitos de terra – 109 (indicado no gráfico com [])

Número total de projetos de reforma agrária em execução – 26 (indicado no gráfico com ii)

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

Aglom. Urb. de S. Luís	[3
	ii 2
Alto Mearim e Grajaú	[13
	i 1
Caxias	[4
	i 1
Baixada Maranhense	[13
	i 1
Codó	[10
	i 1
Gurupi	[7
	iii 4
Itapecuru-Mirim	[4
	ii 2
Lençóis Maranhenses	0
	ii 2
Médio Mearim	[15
	iiii 6
Pindaré	[24
	iii 3
Porto Franco	[5
	0
Rosário	[11
	0



Relação dos Julgamentos - Tribunal do Júri de Assassinatos de Trabalhadores Rurais, Índios, Advogados e Agentes Pastorais de 01 de Janeiro de 1964 a 15 de Março de 1990

I – JULGAMENTO EM 1975

- 1 – **ÍNDIOS CINTA LARGA** – “Chacina do Paralelo 11” – Mato Grosso – 1966.
Autores: sete jagunços
Mandantes: Fazendeiros da região
Encaminhamento jurídico: um dos autores (Co-autor foi julgado e condenado a 11 anos de prisão).
OBS.: Das sete pessoas que participaram do massacre – duas foram excluídas do processo por falta de provas, duas morreram durante o processo e as outras duas estão foragidas.

II – JULGAMENTO EM 1979

- 2 – **PE. RODOLFO LUNKENBEIN E INDIO BORORO SI-MAO** – Mato Grosso – 1976
Autores: João Marques de Oliveira (João Mineiro), Bento Bispo e Manuel Borges.
Mandantes: Fazendeiros da região, entre os quais Diogo Correa Nunes.
Encaminhamento jurídico: Os autores foram levados a julgamento por duas vezes, em ambos absolvidos.
Primeiro julgamento em 28 de março de 1979.

III – JULGAMENTO EM 1983

- 3 – **AGENOR MARTINS DE CARVALHO** – Advogado – Rondônia – 1980
Autores: seis pistoleiros
Mandantes: Fazendeiros da região – alguns dos quais também autores.
Encaminhamento jurídico: Foram denunciadas as seis pessoas autoras do assassinato, mas somente duas foram a julgamento, em júris separados, sendo uma condenada a 16 anos de prisão e a outra absolvida por falta de provas.
Os dois júris foram realizados em 1983.

IV – JULGAMENTOS EM 1984

- 4 – **AGENOR RODRIGUES NEVES** – Posseiro – Rondônia – 1984
Autor: Médico e Latifundiário Dalton Siqueira.
Encaminhamento jurídico: O autor foi levado a júri e absolvido.
Aceita a tese de “negativa de autoria”.
Julgamento realizado em 21 de novembro de 1984.
- 5 – **JOAQUIM DAS NEVES NORTE** – Advogado – Mato Grosso do Sul – 1981
Autores: Laurindo Prestes Maciel, Osmiro Guarapuava, Ivo Bueno Carlin e Geraldo Augusto Bueno da Silva.

Mandante: Fazendeiro Adolfo Sanchez da Silva
Encaminhamento Jurídico: Os dois primeiros autores que efetivamente realizaram o assassinato (os outros dois foram intermediários e auxiliares) foram levados a júri e absolvidos.
Julgamento realizado em 24 de setembro de 1984.

V – JULGAMENTOS EM 1987

- 6 – **JÚLIO RODRIGUES DE MIRANDA** – Lavrador – Minas Gerais – 1985 (anulado: em 1989, aguarda-se novo julgamento).
Autor: Fazendeiro Boaventura José de Magalhães.
Encaminhamento jurídico: O autor foi a julgamento e absolvido por “legítima defesa”.
Julgamento realizado em 25 de setembro de 1987.
- 7 – **JOSE SILVINO VALDIVINO** – Posseiro – Paraíba – 1981
Autores: Aderaldo Moreira e João Batista da Silva.
Mandante: Fazendeiro Manoel Aureliano da Costa.
Encaminhamento jurídico: João Batista da Silva foi levado a julgamento e absolvido por “legítima defesa”.
Julgamento realizado em 28 de setembro de 1987.



- 8 – CARLOS DA SILVA** – Posseiro – Eldorado-SP – 1982
Autores: Messias e Lico, jagunços de Francisco Tibúrcio.
Mandante: Francisco Tibúrcio.
Encaminhamento jurídico: o mandante foi julgado e absolvido em 87. O Júri foi anulado em 88.

VI – JULGAMENTOS EM 1988

- 9 – PE. EZECHIELLE RAMIM** – Mato Grosso – 1985
Autores: sete jagunços.
Mandante: Fazendeiro Osmar Pires Ribeiro.
Encaminhamento jurídico: Dois dos autores – Altamiro Flauzino e Deusébio Gonçalves Fraga – foram a julgamento e condenados a 25 e 24 anos de prisão, respectivamente.
Julgamento realizado em 15 de março de 1988.
OBS.: As penas são maiores pelo fato de serem 2 crimes: assassinato do Pe. Ezequiel e tentativa de assassinato do sindicalista Adílio de Souza.

- 10 – SEVERINO MOREIRA DA SILVA** – Posseiro – Paraíba – 1986
Autor: Pistoleiro Luis Serafim
Mandante: Fazendeiro Manoel Borges
Encaminhamento jurídico: O autor foi julgado e absolvido.
Julgamento realizado em 27 de março de 1988.

- 11 – PE. JOSIMO DE MORAES TAVARES** – Maranhão – 1986
Autor: Pistoleiro Geraldo Rodrigues
Mandantes: Osmar Teodoro da Silva,
Mandantes: Osmar Teodoro da Silva, Gilmar Teodoro da Silva e Geraldo Paulo Vieira. Fazendeiros da região do Bico do Papagaio.
Encaminhamento jurídico: O autor foi julgado e condenado a 18 anos e seis meses de prisão.
Julgamento realizado em 19 de abril de 1988.

- 12 – WELLINGTON CARLOS ZALIQUE LIMA** – Advogado (estagiário) do STR de Carmo do Rio Verde – Goiás, em 1987.
Autor: O jardineiro municipal de Carmo do Rio Verde, Antônio Pinto.

Encaminhamento jurídico: Antônio Pinto é julgado pelo Tribunal do Júri de Ceres e condenado a 15 anos e 4 meses de prisão a serem cumpridos na Penitenciária Estadual de Goiânia.
Julgamento realizado em 07 de junho de 1988.

- 13 – MARGARIDA MARIA ALVES** – Trabalhadora Rural – Paraíba – 1983
Autores: três pistoleiros e a co-autoria de um intermediário.
Mandantes: 6 fazendeiros e industriais da região.
Encaminhamento jurídico: O intermediário – pecuarista Antônio Carlos Coutinho Régis – foi julgado e absolvido por “falta de provas”.
Julgamento realizado em 05 de julho de 1988.

- 14 – TRÊS ÍNDIOS XACRIABÁ** – Rosalino Gomes de Oliveira (Cacique), Manoel Fiuza da Silva e José Pereira de Santana – Minas Gerais – 1987.

Autores: Francisco de Assis Amaro (fazendeiro)
Germano Gonçalves da Silva (posseiro)
Roberto Freire de Alkimin (posseiro)
Sebastião de Oliveira Vidoca (posseiro)
Claudomiro de Oliveira Vidoca (posseiro)
Encaminhamento jurídico: Os autores foram levados a júri pela Justiça Federal por crime de genocídio e condenados, respectivamente a 27 anos, 20 anos, 20 anos e seis meses, 12 anos e 02 anos e seis meses de prisão.
Julgamento realizado em 29 de setembro de 1988.

VII – JULGAMENTOS EM 1989

- 15 – EVANDRO CAVALCANTI** – Advogado – Pernambuco – 1986
Autores: Severino Sinval de Freitas, Domingos Gonçalves Pereira, Waldecir Benício de Sá, Francisco Rodrigues de Souza e Betânio Carneiro dos Santos.

Mandantes: Fazendeiros Charles Guerra de Farias e José Rego Neto.
Encaminhamento jurídico: O intermediário na contratação dos pistoleiros, Gildo Soares da Silva, foi julgado e condenado a 18



anos de prisão.

Julgamento realizado em 30 de março de 1989.

OBS.: Os demais autores aguardam julgamento do Tribunal de Pernambuco para irem a júri.

16. PE. EZECHIELLE RAMIM – (Mato Grosso – 1985) (Ver julgamento em 1988)

Encaminhamento jurídico: julgamento de um terceiro envolvido, Nagib Alves de Almeida, contratante dos pistoleiros, que é absolvido, mesmo com os testemunhos incriminadores dos dois pistoleiros já condenados.

Júri realizado em 31 de outubro de 1989.

JULGAMENTO DE TENTATIVA DE ASSASSINATO

17. PE. FRANCISCO CAVAZZUTI, 27/08/87 – Temos conhecimento de somente um julgamento – Tribunal do Júri – de tentativa de assassinato na luta pela terra. É o caso do Pe. Francisco Cavazzuti que foi tocado, recebendo um tiro no rosto na tentativa de matá-lo, no dia 27/08/87.

Mandantes: (indiciados)

Autor: Antônio Marcelino.

Procedimento jurídico: O autor foi julgado pelo Tribunal do Júri de Mossâmedes (GO), em 13/14 de dezembro de 1988 sendo condenado a 12 anos de reclusão.

CONCLUSAO

Em 17 julgamentos realizados em 26 anos, houve condenações em oito e, nos demais, todos foram absolvidos.

As condenações ocorreram em julgamentos de homicídios de índios – dois casos; de sacerdotes – três casos; e de advogados – três casos.

Em nenhum caso de assassinato de trabalhador rural houve qualquer condenação.

Pelo levantamento realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela CPT, nestes 25 anos – de 01 de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1989 – foi registrado um total de 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosos e religiosas e outros profissionais vinculados aos movimentos populares no campo e à luta pela terra.

Goiânia, 15 de março de 1990



ética	Campo Grande-MS	Folha de Camapuã	Camapuã-MS	O Dia	Teresina-PI
azeta	Rio Branco-AC	Folha de Linhares	Linhares-ES	O Estado	Teresina-PI
Gazeta	Vitória-ES	Folha de Londrina	Londrina-PR	O Estado	Florianópolis-SC
A Província do Pará	Belém-PA	Folha de São Paulo	S. Paulo-SP	O Estado de Minas	Belo Horizonte-MG
A Tarde	Salvador-BA	Folha do Norte	Manaus-AM	O Estado de São Paulo	São Paulo-SP
A Tribuna	Vitória-ES	Folha do Paraná	Curitiba-PR	O Estado do Mato Grosso	Cuiabá-MT
A Tribuna	Porto Velho-RO	Folha do Pernambuco	Recife-PE	O Estado do Norte	Porto Velho-RO
A Voz da Unidade	São Paulo-SP	Força Jovem	S. L. M. Belos-GO	O Globo	Rio de Janeiro-RJ
ACR do Brasil	Recife-PE	Gazeta Mercantil	São Paulo-SP	O Guaporé	RO
AGEN – Boletim e Informativos	SP	Gazeta de Alagoas	Maceió-AL	O Imparcial	São Luis-MA
Aconteceu	CEDI-RJ	Grito do Nordeste	ACR-PE	O Lavrador	CPT-PI
Afinal	São Paulo-SP	História do Chão	CPT-CE	O Liberal	Belém-PA
Alto Madeira	Porto Velho-RO	Hoje em Dia	Belo Horizonte-MG	O Migrante	Past. do Migrante-RO
Alvorada	S.F. Araguaia-MT	Igreja a Caminho	Boa Vista-RR	O Momento	João Pessoa-PB
Anunciando e Defendendo	Ji-Paraná-RO	Igreja de Aracuaí	Aracuaí-MG	O Norte	Montes Claros-MG
Aroeira	CPT-MT	Inf. Jurídico Com. Pro-Índio	São Paulo-SP	O Norte	João Pessoa-PB
Boletim Nacional da PO	RJ	Informativo Calha Norte	Manaus-AM	O Pequeno	MA
Boletim da CPT Nacional	Goiânia-GO	Informativo da IECLB	Porto Alegre-RS	O Plantador	CPT-Goiás-GO
Boletim da CPT/SP	São Paulo	Informes da Anistia Internacional	Londres	O Popular	Goiânia-GO
Boletim do MNDDH	Petrópolis-RJ	Informes da Pax Christi Int.	Bélgica	O Porantim	Brasília-DF
CIR – Conselho Ind. de Roraima	Boa Vista-RR	Integração	Montes Claros-MG	O Povo	Fortaleza-CE
CNBB – Boletim e Informes	DF	Isto É-Senhor	São Paulo-SP	O Rio Branco	Rio Branco-AC
Cadernos do Terceiro Mundo	R. de Janeiro-RJ	Jornal Indústria e Comércio	Curitiba-PR	O Roceiro	Crateús
Cambota	F. Beltrão-PR	Jornal Pessoal	Belém-PA	O São Paulo	São Paulo
Caminhada	Goiás-GO	Jornal da Bahia	Salvador-BA	O Trabalhador Rural (CONTAG)	DF
Caminhar Juntos	Juazeiro-BA	Jornal da Cidade	MS	Pelejando	Belo Horizonte-MG
Cheiro de Terra	CPT-SC	Jornal da Manhã	MS	Poeira	CPT-PR
Correio Braziliense	Brasília-DF	Jornal da Manhã	Teresina-PI	Quinzena (CPV)	São Paulo
Correio Popular	Recife-PE	Jornal da Tarde	São Paulo-SP	Revista do Arquidiocese	Goiânia-GO
Correio da Manhã	Manaus-AM	Jornal de Alagoas	Maceió-AL	SIN	Petrópolis-RJ
Correio da Manhã	Salvador-BA	Jornal de Barretos	Barretos-SP	Sem Fronteiras	São Paulo-SP
Correio da Paraíba	João Pessoa-PB	Jornal de Brasília	Brasília-DF	Sinais dos Tempos	Imperatriz-MA
Correio de Notícias	Curitiba-PR	Jornal de Hoje	São Luis-MA	Tablóide da ANAMPOS	Vitória-ES
Correio do Estado	Campo Grande-MS	Jornal de Minas	Belo Horizonte-MG	Tempo e Presença	São Paulo-SP
Correio-do Povo	Porto Alegre-RS	Jornal de Opinião	Belo Horizonte-MG	Tempos Novos	São Luis-MA
Diário da Manhã	Goiânia-GO	Jornal do Brasil	Rio de Janeiro-RJ	Tribuna da Bahia	Salvador-BA
Diário da Serra	Campo Grande-MS	Jornal do Comércio	Recife-PE	Tribuna de Minas	Belo Horizonte-MG
Diário da Tarde	Vitória-ES	Jornal do Dia	Cuiabá-MT	Tribuna do Cricaré	São Mateus-ES
Diário de Cuiabá	Cuiabá-MT	Jornal do Estado	Curitiba-PR	Tribuna do Mucuri	Teófilo Otoni-MG
Diário de Minas	Belo Horizonte-MG	Jornal dos Direitos Humanos	São Paulo	Tupari (GTME)	Porto Velho-RO
Diário de Natal	Natal-RN	Jornal dos Mov. Populares	Campo Grande-MS	Última Hora	Rio de Janeiro-RJ
Diário de Pernambuco	Recife-PE	Jornal dos Trab. Sem Terra	São Paulo-SP	Vai e Vem	São Paulo-SP
Diário do Nordeste	Fortaleza-CE	Língua do Norte	Montanha-ES	Veja	São Paulo-SP
Diário do Pará	Belém-PA	Marcha Verde	Curitiba-PR	Voz da Terra	CPT-RS
Diário do Povo	Teresinha-PI	Mundo Jovem	Porto Alegre-RS	Zero Hora	Porto Alegre-RS
Encontro com as Comunidades	Propriá-SE	Mutirão da Vida	João Pessoa-PB		
Famiglia Cristiana	Itália	News Week	EUA		
Folha Pastoral	Crateús-CE	O Combate	João Pessoa-PB		



CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Nós, 406 famílias de trabalhadores do Projeto de Assentamento Taquaral, vimos através desta, esclarecer e denunciar a situação crítica e calamitosa que estamos passando.

E de lamentar a irresponsabilidade, incompetência e desumanidade com que os governos federal, estadual, municipal e seus órgãos (INCRA, SEAF, TERRASUL...), nos vêm tratando.

A transferência, ocorreu de forma desumana, porque fomos obrigados a aceitar vir de trem em várias etapas ou não sermos transferidos. Pela falta do RIMA (Relatório do Impacto Ambiental), contribuíram para o atraso na preparação da terra para o plantio.

Fazem três meses que chegamos na área, o governo prometeu:

- CREDITO ALIMENTAÇÃO
- FOMENTO AGRICOLA
- ASSISTENCIA A SAUDE...

mas até agora nada foi cumprido.

Estamos desesperados, não aguentamos mais ver nossos filhos passando fome, bebendo água contaminada, doentes e sem assistência, num país rico onde nós, trabalhadores, produzimos os alimentos.

Queremos alertar a população e as autoridades que não assumiremos a responsabilidade do que possa vir a acontecer.

EXIGIMOS PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS!

Corumbá, 27 de dezembro de 1989 – MS.

LIDERANÇA DOS TRABALHADORES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TAQUARAL

CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 89

É uma responsabilidade do Secretariado Nacional da CPT.

Setor de Documentação.

Caixa Postal 749.

74.001 – Goiânia-GO – Brasil.

Telefones (062) 223-4039 e 224-4436

Telex (62) 2605 – PTTC

Telefax (062) 225-4967

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo ligado à linha 6 – Pastoral Social – da CNBB. Tem como objetivo central “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais.” (Conclusão nº 1 do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, junho de 1975).

Goiânia, abril de 1990.

Diagramação: João Alfredo Spada – R.P. 574/DRT-GO.

Composição, arte final, fotolito, impressão e acabamento: Gráfica e Editora O Popular Ltda. – Fone: (062) 241-5533 – Goiânia-GO

